Yin, R. K. (1994). *Pesquisa Estudo de Caso - Desenho e Métodos* (2 ed.). Porto Alegre: Bookman.

Preâmbulo

É um privilégio fornecer um prefácio para este bom livro. Ele epitomiza um método de investigação por tentar inferências válidas de eventos fora do laboratório, enquanto ao mesmo tempo retém os objectivos de conhecimento partilhados com a ciência de laboratório.

Cada vez mais chego à conclusão que o âmago do método científico não é a experimentação *per se*, mas a estratégia conotada pela frase *hipóteses rivais plausíveis*. Esta estratégia pode começar a solução do seu puzzle com "provas" ou pode começar com "hipóteses". Em vez de apresentar estas hipóteses ou provas no contexto – independente de maneiras positivistas de "confirmação" (ou mesmo corroboração pós – positivista), são apresentados em vez redes de implicações que (embora nunca completas) são, no entanto, cruciais para a sua avaliação científica.

Esta estratégia inclui tornar explícitas outras implicações das hipóteses para outros dados disponíveis e relatar como estes se encaixam. Também inclui procurar explicações rivais das provas em foco e examinar a sua plausibilidade. A plausibilidade destas rivais é normalmente reduzida por " extinção de ramificações ", isto é, ao olhar para as suas outras implicações nos conjuntos de dados e ver quão bem eles se encaixam. Até que ponto estas duas tarefas potencialmente intermináveis são levadas depende da comunidade científica da altura, assim como que implicações e hipóteses rivais plausíveis foram tornadas explícitas. É em tais bases que as comunidades científicas com sucesso atingem consenso efectivo e resultados cumulativos, sem nunca sequer atingir provas fundamentadas. No entanto. estas características das ciências bem sucedidas foram grosseiramente negligenciadas pelos positivistas lógicos e são Sb praticadas pelas ciências sociais, quantitativas ou qualitativas.

Tal verificação por outras implicações e a extinção – de ramificações das hipóteses rivais também caracteriza a investigação de procura – de – validade nas humanidade, incluindo as hermenêuticas de Schleiermacher, Dilthey, Hirst, Habermas e cultura actual sobre a interpretação dos textos antigos. Similarmente, a estratégia está disponível para uma conjectura histórica sobre um acontecimento específico assim como para a asserção científica da lei causal. É trágico que movimentos maiores nas ciências sociais estejam a usar o termo hermenêutica para conotar desistência do objectivo de validade e abandonar a disputa para

quem o percebeu. Assim, a juntar à abordagem de estudo do caso quantitativo e quasi – experimental que Yin ensina, o nosso armamento metodológico de ciências sociais também precisa de uma metodologia de estudos de casos que procure a validade humanística que, enquanto não faz uso da quantificação ou testes de significância, trabalharia à mesma nas mesmas questões e partilharia os mesmos objectivos de conhecimento.

Como versões desta estratégia de "hipóteses rivais plausíveis", há dois paradigmas do método experimental de que os cientistas sociais podem emular. Através do treino, estamos aptos a pensar primeiro do modelo "atribuição aleatório de tratamento", chegado até nós das estações de experiências agrícolas, laboratórios psicológico, julgamentos aleatórios investigações médicas e farmacêuticas, e os modelos estatísticos matemáticos. A aleatoriedade significa controlar um número infinito de "hipóteses rivais" sem especificar o que cada uma delas é. As atribuições aleatórias nunca controlam completamente estas rivais, mas apresenta —as "implausíveis "até um grau avaliado pelo modelo estatístico.

O outro e mais antigo paradigma provém dos laboratórios de ciências físicas e é epitomizado pelo "isolamento experimental" e "controlo laborato -rial". Aqui estão os muros isolados e blindados; os controlos de pressão, temperatura, e humidade; os resultado dos vácuos, e assim por diante. Esta tradição mais velha controla algumas hipóteses rivais especificas relativamente escassas, mas explícitas. Estas nunca são perfeitamente controladas, mas o suficiente para as apresentar implausíveis. Que hipóteses rivais são controladas é uma função das actuais disputas na comunidade científica actualmente. Mais tarde, em retrospectiva, pode ser visto que outros controlos foram precisos.

A abordagem do estudo do caso como é aqui apresentada, e mais geralmente quasi- experimentação, são mais similares ao paradigma do "isolamento experimental" do que ao modelo de "atribuição aleatória de tratamento", no aspecto de que cada hipótese rival deve ser especificada e especificadamente controlada. O grau de certeza ou consenso que a comunidade científica é capaz de alcançar será, normalmente, inferior na ciência social fora de portas, devido ao menor grau de redução - de plausibilidade das hipóteses rivais que são passíveis de serem atingidas. A incapacidade de replicar à vontade (e com variações planeadas para regrar rivais específicas) é parte do problema. Deveríamos usar aqueles casos de

estudo singulares (os quais nunca podem ser copiados) na sua totalidade, mas deveríamos também estar alerta para as oportunidades de fazer intencionalmente estudos de caso copiados.

Dados os antecedentes de Robert Yin (um Doutorado em psicologia experimental, com uma dúzia de publicações nesse campo), a sua insistência de que o método do estudo do caso deveria ser feito em conformidade com os objectivos da ciência e métodos é talvez não surpreendente. Mas tal treino e escolha de carreira estão normalmente acompanhados por uma intolerância das ambiguidades de cenários não laboratoriais. Eu gosto de acreditar que esta mudança foi facilitada pela sua investigação laboratorial sobre aquele estimulo mais difícil de especificar. O lado humano, e que esta experiência forneceu consciência do papel crucial do padrão e contexto para alcançar conhecimento.

Estes antecedentes valiosos não o mantiveram completamente imerso nos casos de estudo de ciências sociais clássicos e tornando —se no processo um líder da metodologia não — laboratorial das ciências sociais. Não conheço nenhum texto comparável. Vai de encontro a uma necessidade de longo prazo. Estou confiante que se tornará um texto padrão no curso dos métodos de investigação das ciências sociais.

DONALD T. CAMPBELL BETHLEHEM, PENNSYLVANIA

Prefácio

O estudo de casos tem sido estereotipado como um parente fraco entre os métodos das ciências sociais. Os investigadores dos estudos de caso são vistos como tendo – se desviado das suas disciplinas académicas, as suas investigações como tendo precisão insuficiente. (isto é, quantificação), objectividade e rigor.

Apesar deste estereótipo, os estudos de casos continuam a ser usados extensivamente na investigação das ciências sociais – incluindo as disciplinas tradicionais (psicologia, sociologia, ciências políticas,

antropologia, história e economia) assim como campos de prática orientada tais como o planeamento urbanístico, administração pública, política pública, ciências de gerência, trabalho social, e educação. O método é também um modo frequente investigação de tese e dissertação em todas estas disciplinas e campos. Mais ainda, os estudos de caso são, cada vez mais, chavões mesmo na investigação de avaliação, supostamente a função de outros métodos, tais como observações e quasi — experiências. Tudo isto sugere um paradoxo flagrante: se o método do estudo de caso tem sérias fraquezas, porque é que os investigadores continuam a usá — lo?

Uma explicação é que algumas pessoas não conhecem melhor e não estão treinadas para usar métodos alternativos. No entanto, a leitura cuidadosa dos estudo de caso ilustrativos citados como exemplos ao longo deste livro irá revelar um grupo distinto de estudiosos, incluindo alguns que têm servido como cabeça das suas respectivas profissões. (Ver as CAIXAS numeradas ao longo do texto e a secção de referências, na qual informações bibliográficas completas são fornecidas.) Um segundo, menos importante argumento nos tempos que correm, é que as agências federais Americanas tornaram as vigilâncias e os questionários um assunto burocraticamente perigosos, devido à clareza dos procedimento necessária. Por isso, os casos de estudo tornaram – se o método preferido. No entanto, a investigação patrocinada federalmente não domina as ciências sociais – e certamente não na Europa e outros países – e a natureza das regras federais não podem contribuir para o padrão mais alargado de metodologias usadas nas ciências sociais.

Em contraste, este livro cria um terceiro argumento – de que o estereótipo do método do estudo do caso pode estar errado. De acordo com este argumento, a relevância contínua do método levanta a possibilidade de termos entendido mal as suas forças e fraquezas e que é necessária uma perspectiva diferente. Este livro tente desenvolver tal perspectiva, ao libertar o estudo do caso, como uma ferramenta de trabalho, de (a) o estudo de caso como uma ferramenta de ensino, (b) etnografías e observações – participativas, e (c) métodos " qualitativos ". A essência do estudo de caso vai para além de todos estes, embora possam haver sobreposições com estes dois últimos. Assim, as características verdadeiramente distintivas do método do estudo do caso, ao longo de todas as fases de investigação –

definição do problema, plano, recolha de dados, análise de dados, e composição e relatos – são os assuntos dos capítulos seguintes deste livro.

O objectivo do livro é guiar os investigadores e estudantes que estão a tentar fazer dos estudos de casos um método rigoroso de investigação. O livro pretende ser distintivo e nesse caso é dada mais atenção ao plano e análises dos estudo de casos do que ao tema tradicional de estudo de caso da recolha de dados. O primeiro tem recebido pouca atenção nos textos de ciências sociais existentes, no entanto, eles criaram os maiores problemas para aqueles que tentam realizar estudos de casos. O livro também pretende ser distintivo pois as referências a estudos de casos largamente conhecidos em diferentes campos são descritos individualmente, ilustrando pontos feitos no texto (ver as CAIXAS no texto). Finalmente, o livro é também distintivo no aspecto de que está a começar a passar o teste do tempo, a primeira edição (1984) ultrapassou as 8 impressões e a edição revista (1989) ultrapassou outras 16.

As ideias contidas neste livro são baseadas na mistura da minha própria investigação ao longo dos últimos 20 anos, em cursos de métodos de estudo de caos ensinados no Instituto de Tecnologia durante 5 anos e na Universidade Americana durante 3, assim como em discussões com muitos estudiosos interessados na investigação de estudo de casos, incluindo Herbert Kaufman (enquanto esteve na Instituição Brookings, Alexander George da Universidade de Stanford, Lawrence Susskind do MIT, Matthew Miles do Centro de Investigação Política, Karen Seashore Louis (enquanto estava na Universidade de Massachussets), Elliot Liebow (enquanto estava no Instituto Nacional de Saúde Mental), e Carol Weiss da Universidade de Harvard

Mais recentemente tive o privilégio de conduzir seminários anuais sob os auspícios da Escola de Negócios de Aarhus na Dinamarca (e partilhar pontos de vista com os Professores Erik Maaloe, Finn Borum, e Erik Albaek). Estes colegas, assim como os da Corporação RAND (1970 a 1978) e da Corporação Cosmos (desde 1980 até agora) forneceram — me estimulação contínua, debate, e apoio e ajudaram — me a articular vários aspectos da investigação do estudo dos caso discutida neste livro.

Dois críticos anónimos ajudaram nos comentários do manuscrito da primeira edição. todas as três versões deste livro (1984, 1989 e a presente versão) beneficiaram directamente da atenção contínua e cuidadosa do

Leonard Bickman e Debra Rog (os editores da série) assim como de C. Deborah Laughton e o bom pessoal das Publicações Sage. A sua detalhada atenção, apoio animado, e acotovelamento periódico, tudo faz um autor querer terminar um texto e passar ao desafio seguinte na VIDA. No entanto, como nas versões anteriores, apenas eu suporto a responsabilidade por esta Segunda edição.

Claro, as ideias de qualquer um sobre estudo de casos - e mais geralmente, sobre métodos de ciências sociais – devem ter raízes mais profundas, e as minhas provêm das duas disciplinas, nas quais me treinei: História como um sub – graduado e psicólogo experimental como graduado. A História e a historiografía chamaram a atenção da minha consciência para a importância da metodologia nas ciências sociais. A única marca de psicologia experimental que aprendi no MTI ensinou – me depois os avanços da investigação empírica apenas quando acompanhada do pensamento lógico, e não quando tratada como um esforço mecânico. Esta lição acaba por ser um tema básico método do estudo do caso. Dedique, por isso, este livro à pessoa no MIT que me ensinou este melhor, e sob quem completei uma dissertação em reconhecimento de face, embora ele possa apenas reconhecer mal as semelhanças entre o passado e o presente, se estivesse vivo hoje.

NOTA DA SEGUNDA EDIÇÃO

A primeira edição deste livro recebeu atenção crescente por parte daqueles que faziam investigação sociológica e psicológica, investigação de avaliação, estudos de política pública, negócios, gerência e estudos internacionais. Um desenvolvimento intrigante foi a viragem em direcção ao estudo do caso como uma ferramenta de investigação (e não apenas ensino) nas escolas de negócios pelo país todo. Similarmente, os investigadores de programas internacionais tinha redescoberto a importância do estudo do caso com uma ferramenta séria de estudo. No geral, uma tendência significativa pode ter sido no sentido de apreciar a complexidade do fenómeno organizacional, para o qual o estudo do caso pode ser o método de investigação mais apropriado.

Em resposta a comentários sobre a primeira edição (1984), a edição revista (1989) tentou clarificar mais o papel crítico da teoria, tanto a planear estudos de caso e a generalizar a partir deles. Também, mais

aconselhamento foi fornecido no que diz respeito ao problema de determinar o número de casos a serem usados num estudo de casos- múltiplos. Ambas as discussões foram descobertas no capítulo 2. No entanto, outra resposta aos comentários anteriores foi um livro de acompanhamento, *Aplicações da Investigação de Estudo de Casos* (1993), o qual fornece exemplos extensivos método de estudo do caso na prática.

Esta Segunda edição actualiza as edições original e revista, sem duplicar nenhum dos exemplos no livro de aplicações. Primeiro, o texto integra muitas publicações adicionais, algumas que apenas recentemente apareceram. Algumas destas dão significativas e lidam directamente com o método de estudo do caso (ex.: Agranoff & Radin, 1991; Feagin, Orum, & Sjoberg, 1991; Hamel, 1992; Platt, 1992 a; Stake, 1994; Gabinete Geral de Contas dos EUA, 1990). Um artigo de Platt, traçando o desenvolvimento histórico do estudo do caos como um método de investigação merece uma nota especial.

Outras publicações significativas lidam temas intimamente relacionados, incluindo métodos qualitativos, correspondência de padrões, e escrita e composição (Becker 1986; Lincoln, 1991; Marshall & Rossman, 1989; Merton, Fiske & Kendall, 1990; Strauss & Corbin,1990; Trochim, 1989; van Maanen, 1988; Wolcott, 1990). Estas publicações têm ajudado a clarificar mais as áreas de contraste e sobreposição entre o método do estudo do caso e outras estratégias de investigação.

Segundo, dá uma ênfase crescente a exemplos que cobrem o mundo do mercado e economia internacional – temas algo publicamente salientes do que antes. Estes exemplos estão no próprio texto, assim como em novas ilustrações (ver CAIXAS 5b, 6, 11 e 29). No geral, embora o número de CAIXAS pareça ter diminuído desde a 1ª edição, esta observação é enganosa porque a 1ª edição continha 4 CAIXAS que eram, na verdade figuras, e não exemplo ilustrativos. (As figuras ainda são parte do texto, mas são agora figuras rotuladas e não CAIXAS).

Terceiro, o texto tenta clarificar vários assuntos ainda mais. Estes incluem (a) discussão expandida do furiosos debate de avaliação entre investigação qualitativa e quantitativa (Capítulo 1), (b) ainda mais no desenvolvimento da teoria (Capítulo 2, (c) clarificação dos cinco níveis de perguntas, 8 (d) uma nova distinção entre as unidade de recolha de dados (capítulo 3), (e) uma comparação mais refinada das fontes de dados das

forças e fraquezas, (f) uma discussão mais extensa de triangulação como o racional para as fontes múltiplas de provas (Capítulo 4) , (g) o uso de modelos de programa lógicos como uma estratégia analítica, (h) aconselhamento adicional levando a cabo análises de elevada qualidade (Capítulo 5), e um pouco mais sobre (i) estruturas de escrita e (j) escrita e rescrita (Capítulo &). Em suma, a actualização afectou todos os capítulos de uma maneira ou de outra, embora em muitos outros aspectos o livro permaneça largamente imutável.

Uma mudança final e significativa tem sido uma articulação mais detalhada da definição original do estudo dos casos. Onde as primeiras versões consideravam os estudos de casos como tendo 3 características, a presente edição (capítulo 1) identifica duas características adicionais que estavam implícitas, mas não claramente enumeradas anteriormente. Esta definição mais articulada deveria levar a um entendimento melhorado do método do estudo do caso como uma ferramenta de investigação.

Gostaria de fechar esta nota expressando o meu agradecimento a todos os companheiros e experientes investigadores que têm praticado a investigação do estudo do caso nos últimos 10 anos. Parece haver mais de vocês, e colectivamente espero que estejamos a fazer um trabalho melhor do que há 10 anos atrás. No entanto, o desafio de inovar e avançar significativamente o oficio ainda permanece. A presente actualização ainda reflecte mudanças incrementáveis. A avanço desejado faria a investigação do estudo do caso ainda mais "lugar comum " e ainda mesmo tempo, aumentaria a sua qualidade a alturas inquestionáveis.

INTRODUÇÃO

O estudo do caso não é mais do que uma de várias maneiras de fazer investigação nas ciências sociais. Outras maneiras incluem experiências, vigilâncias, histórias e a análise de informações de arquivo (como nos estudos económicos). Cada estratégia tem vantagens e desvantagens peculiares, dependendo de três condições: (a) o tipo de questão de investigação, (b) o controlo que um investigador tem sobre verdadeiros acontecimentos comportamentais e (c) o foco em fenómenos contemporâneos em oposição a fenómenos históricos.

No geral, os estudos de caso são a estratégia preferida quando questões "como" e "porquê" estão a ser colocadas, quando o investigador tem pouco controlo sobre os acontecimentos, e quando o foco está nos fenómenos contemporâneos dentro do contexto da vida real. Tais estudos de casos "explanatórios" também podem ser complementados por outros dois tipos —estudos de caso "exploratório" e "descritivo". Independentemente do tipo de estudo de caso, os investigadores devem exercer grande cuidado ao planear e fazer estudos de casos para ultrapassar o tradicional criticismo do método.

O ESTUDO DO CASO COMO UMA ESTRATÉGIA DE INVESTIGAÇÃO

Este livro é sobre o plano e conduta de estudos de casos *com objectivos de investigação*. Como uma estratégia de investigação, o estudo do caso é usado em muitas situações, incluindo:

- Investigação de Política, ciência política e administração pública
- Psicologia e Sociologia da comunidade
- Estudos Organizacionais e de gerência
- Investigação de planeamento citadino e regional
- A conduta das dissertações e estas nas ciências sociais as disciplinas académicas assim como os campo profissionais, tais como a administração de negócios, ciência empresarial e serviço social

Este livro cobre as características distintivas da estratégia do estudo do caso, comparado com outros tipos de investigação. Importantemente. O livro lida com assuntos de plano, análise e relatórios – e não meramente o foco mais tradicional da recolha de dados ou campo de trabalho.

O objectivo geral deste livro é ajudar os investigadores a lidarem com algumas das questões mais difíceis normalmente negligenciadas por textos de investigação disponíveis. Tão frequentemente, por exemplo, o autor tem sido confrontado por um aluno ou colega que perguntou (a) como definir o caso a ser estudado, (b) como determinar os dados relevantes a serem recolhidos, ou (c) o que deveria ser feito com os dados, uma vez recolhidos. Este livro, espera – se, responde a estas questões.

No entanto, este livro não cobre todos os usos de estudos de casos. Por exemplo, não se pretende ajudar aqueles que poderão usar os estudos de casos como esquemas de ensino, popularizados no campo do direito, negócios, medicina, ou política pública (ver Llewellyn, 1948; Stein,1952; Towl, 1969; Windsor & Greanias, 1983) mas agora prevalente virtualmente em todos os campos académicos, incluindo as ciências naturais. Para objectivos de ensino, um estudo de caso não precisa conter uma interpretação completa ou exacta dos acontecimentos; em vez disso, o sue propósito é estabelecer uma estrutura para discussão e debate entre os estudantes. Os critérios para desenvolver bons casos para o ensino – normalmente de variedade de casos simples e não múltiplos - são bastante diferentes dos de investigação (ex.: Cauley & Dowdy, 1987). Os estudos de casos de ensino não precisam de se preocupar com o rigor e justa apresentação de dados empíricos; os estudos de casos de investigação precisam de fazer exactamente isso.

Similarmente. Este livro não pretende cobrir aquelas situações, nas quais os casos são usados como uma forma de guardar registos. Registo médicos, arquivos de serviço social, e outros registos de casos são usados para facilitar alguma prática, tal como a medicina, o direito ou o serviço social. Mais uma vez, os critérios para desenvolver bons casos para a prática são diferentes daqueles planeados para estudos de casos para investigação.

Em contraste, o fundamento lógico para este livro é que os estudos de casos estão cada vez mais a ser usados como ferramenta de investigação (ex.: Hamel, 1992; Perry & Kraemer, 1986) e que você – que pode ser um cientista social sazonal ou debutante - gostaria de saber como planear ou conduzir estudos de casos simples ou múltiplos para investigar um assunto de investigação. Este livro concentra – se fortemente no problema de elaboração e análise de estudos de casos e não é meramente um guia para recolher provas de estudos de caso. Neste sentido, o livro preenche um vazio na metodologia das ciências sociais, as quais são dominadas por textos sobre "métodos de campo", oferecendo poucas indicações sobre como começar um estudo de caso, como analisar os dados, ou mesmo como minimizar os problemas de redigir o relatório do estudo do caso. Este livro cobre todas as fases da elaboração, recolha de dados, análise e relatórios.

Como um esforço de investigação, o estudo de caso contribui de forma única para o nosso conhecimento de fenómenos individuais,

organizacionais, sociais e políticos. Não surpreendentemente. O estudo do caso tem sido uma estratégia comum de investigação em psicologia, sociologia, ciências políticas, negócios, serviço social e planeamento (Yin, 1983). Os estudos de caso são até encontrados em economia, na qual a estrutura de uma dada indústria, ou a economia de uma cidade ou região, podem ser investigadas usando um plano de estudo de caso. Em todas estas situações, a necessidade distintiva de estudos de casos surge do desejo de compreender fenómenos sociais complexos. De forma breve, o estudo do caso permite uma investigação para reter as características holísticas e significativas dos acontecimentos da vida real — tais como os ciclos de vida individuais, processos organizacionais e de gerência, mudança de vizinhança, relações internacionais, e a maturação de industrias.

COMPARANDO ESTUDOS DE CASOS COM OUTRAS ESTRATÉGIAS DE INVESTIGAÇÃO

Quando e porquê quereria fazer estudos de casos sobre alguns temas? Deveria considerar fazer, em vez disso, uma experiência? Uma vigilância? Uma história? Uma análise baseada em computadores de arquivos de registos tais como registos de estudantes?

Estas e outras escolhas representam diferentes estratégias de investigação. (A discussão seguinte concentra – se apenas em cinco escolhas não tenta catalogá – las todas, no entanto.) Cada é uma maneira diferente de recolher e analisar provas empíricas, seguindo a sua própria lógica. E cada estratégia tem as suas próprias vantagens e desvantagens. Para obter o máximo do uso da estratégia do estudo de caso, precisa de saber estas diferenças.

Uma concepção errónea é que as várias estratégias de investigação deveriam ser hierarquicamente ordenadas. Em tempos fomos ensinados a acreditar que os estudos de caso eram apropriados para a fase exploratória de uma investigação, que as vigilâncias e histórias eram apropriadas para a fase descritiva e que as experiências eram a única forma de fazer inquéritos explanatórios ou causais. A visão hierárquica reforçava a ideia de que os estudos de casos eram apenas uma ferramenta exploratória e não podia ser usada para descrever ou testar proposições (Platt, 1992 a).

Esta visão hierárquica, no entanto, é incorrecta. Experiências com um motivo exploratório têm certamente sempre existido. Mais, o desenvolvimento de explicações causais tem sido há muito uma preocupação dos historiadores, reflectido pelo sub – campo conhecido como historiografia. Finalmente, estudos de casos estão longe de ser a única estratégia exploratória. Alguns dos melhores e mais famosos estudos de caso têm sido tanto descritivos (por exemplo, *a Sociedade Street Corner* de Whyte, 1943/ 1955: ver CAIXA 1) e explanatórias (ver *Essência da Decisão: Explicando a Crise Cubana do Míssil* de Allison, 1971 (ênfase adicionada ao título); ver CAIXA 2).

A visão mais apropriada destas diferentes estratégias é a pluralista. Cada estratégia pode ser usada para todos os três propósitos – exploratório, descritivo, ou explanatório. Pode haver estudos de casos exploratórios, estudos de casos descritivos ou estudos de casos explanatórios (Yin, 1981 a, 1981 b). Pode também haver experiências exploratórias, experiências descritivas e experiências explanatórias. O que distingue as estratégias não é esta hierarquia mas três outras condições, discutidas abaixo. Mesmo assim, isto não implica que as fronteiras entre as estratégias – ou as ocasiões em que cada uma deve ser usada – são sempre claras e precisas. Mesmo que cada estratégia tenha as suas características distintivas, há grandes áreas sobrepostas entre elas (ex.: Sieber, 1973). O objectivo é evitar fortes desajustes – isto é, que está a planear usar um tipo de estratégia mas outra é realmente muito mais vantajosa.

CAIXA 1 Um estudo de Caso Descritivo Famoso

Street Corner Society (1943/1955), de William F. Whyte, a sua leitura tem sido recomendada durante décadas na comunidade sociológica. O livro é um exemplo clássico de um estudo de caso descritivo. Assim traça a sequência de acontecimentos interpessoais ao longo do tempo, descreve uma subcultura que raramente tinha sido tema de estudos anteriores, e descobre o fenómenos chave – tal como progresso na carreira de jovens com baixos rendimentos e a sua capacidade (ou incapacidade) para quebrar os laços com a vizinhança.

O estudo tem sido fortemente tido em consideração apesar de ser um estudo de caso simples, cobrindo um bairro (" Cornerville ") e um período de tempo agora com mais de 50 anos. O valor do livro é , paradoxalmente, a sua generalização de assuntos sobre a performance individual, estrutura do grupo, e a estrutura social da vizinhança. Investigadores mais tarde têm repetidamente encontrado vestígios de Corneville, no seu trabalho, apesar de terem estudado diferentes bairros e em

acontecimentos históricos. A figura 1.1 mostra estas três condições e mostra como cada uma está relacionada com as cinco estratégias mais importantes de investigação nas ciências sociais: experiências, vigilâncias, análises de arquivo, histórias, e estudos de casos. A importância de cada condição, em distinguir entre as cinco estratégias, é discutida abaixo.

CAIXA 2 Um Estudo de Caso Explanatório

Mesmo um estudo de caso simples pode frequentemente ser usado para perseguir um objectivo explanatório e não só meramente exploratório. O objectivo da analista deveria ser afirmar explicações competitivas para o mesmo conjunto de acontecimentos e indicar como tias explicações podem aplicar – se a outras situações.

Esta estratégia foi seguida por Graham Allison em *A Essência da Decisão: Explicando a Crise Cubana do Míssil* (1971). O caso simples é a confrontação entre os EUA e a URSS sobre a colocação de mísseis ofensivos em Cuba. Allison afirma três teorias competitivas ou modelos para explicar o curso dos acontecimentos, incluindo respostas a três questões chave: porque é que a URSS colocou mísseis ofensivos (e não apenas defensivos) em Cuba em primeiro lugar, porque é que os EUA responder à posição de combate com um bloqueio (e não um ataque aéreo ou invasão 9, e porque é que a URSS acabou por retirar os mísseis. Ao comparar cada teoria com o verdadeiro curso dos acontecimentos, Allison desenvolve a melhor explicação para este tipo de crise.

Allison sugere que esta explicação é aplicável a outras situações, alargando assim a utilidade do estudo do caso simples. Desta forma Allison cita o envolvimento dos EUA no Vietname, confrontação nuclear mais generalizada,

Tipos de questões de investigação (figure 1.1, coluna 1). A primeira condição cobre as suas questões de investigação (Hendrick, Bickman, & Rog, 1993). Um esquema básico de categorização para os tipos de questões é a série familiar: "quem", "o quê," "onde", "como "e" porquê."

Se as questões de investigação se concentra principalmente em questões "o quê ", uma de duas possibilidades surge. Primeiro, alguns tipos de questões "o quê " são exploratórias, tal como esta : " quais são as maneiras de tornar as escolas eficazes?" Este tipo de questão é um raciocínio lógico justificável para conduzir um estudo exploratório, sendo o objectivo desenvolver hipóteses pertinentes e proposições para mais inquéritos.. No entanto, como um estudo exploratório, qualquer uma das cinco estratégias de investigação pode ser usada — por exemplo, uma

vigilância exploratória, uma experiência exploratória ou um estudo de caso exploratório. O segundo tipo de questões " o quê " é, na verdade ,uma forma de linha de inquéritos " que quantidade " ou " quantos " . – por exemplo, " Quais têm sido os resultados de um uma reorganização de gerência específica? " Identificar tais resultados é mais provável de favorecer a vigilância ou as estratégias de arquivo do que outras. Por exemplo, uma vigilância pode ser prontamente planeada para enumerar os " o quê, " ao passo que um estudo de caso não seria uma estratégia vantajosa nesta situação.

estratégia	Forma de questão de investigação	Necessita controlo sobre acontecimentos comportamentais?	Concentra –se em acontecimentos contemporâneos?
Experiênci a	Como, porquê	Sim	Sim
vigilância	Quem, o quê, onde, quantos , que quantidade	Não	Sim
Análise de arquivo	Quem, o quê, onde, quantos, que quantidade	Não	Sim/ Não
História	Como, porquê	Não	Não
Estudo de caso	Como, porquê	Não	Sim

Figura 1.1. Situações Relevantes para Diferentes Estratégias de Investigação

FONTE: Corporação COSMOS

Semelhantemente, como este segundo tipo de questão, questões " o quê", " quem" e " onde " (ou as suas derivadas – " quantos " e " que quantidade ") são prováveis de favorecer as estratégias de vigilância ou a

análise de registos de arquivo, como na investigação económica. Estas estratégias são vantajosas quando o objectivo da investigação é descrever a incidência ou prevalência de um fenómeno ou quando é para se *predicativo* acerca de certos resultados. A investigação de atitudes políticas prevalentes (nas quais a vigilância ou a recolha de informação pode ser uma estratégia favorável) ou do alastramento de uma doença com a SIDA (na qual uma análise de estatísticas de saúde podem ser favorecidas por esta estratégia) seriam exemplos típicos.

Em contraste, questões " como " e " porquê " são mais explanatórias e passíveis de conduzir ao uso de estudos de caso, histórias, e experiências como as estratégias de investigação preferidas. Isto é porque tais questões lidam com elos operacionais, necessitando serem localizados ao longo do tempo, mais do que meras frequências ou incidências. Assim, se quisesse saber como uma comunidade impediu com sucesso uma autoestrada proposta (ver Lupo et al., 1971), seria menos passível de confiar numa vigilância ou um exame de registos de arquivo e poderia ser melhor fazer uma história ou um estudo de caso. Semelhantemente, se quisesse saber porque é que os espectadores não relataram emergências sob certas circunstâncias, poderia planear e conduzir uma série de experiências (ver Latané & Darley, 1969).

Tomemos mais dois exemplo. Se estivesse a estudar " quem " participou em escaramuças, e " que quantidade " de prejuízos foram feitos, poderia vigiar residentes, examinar registos de negócios (uma análise de arquivos 9, ou conduzir uma vigilância de " pára – brisas " na zona da escaramuça. Em contraste, se quisesse saber " porquê 2 é que as escaramuças ocorreram, teria de virar para uma ordem mais alargada de informações documentadas, a juntar às entrevistas conduzidas; se se concentrasse na questão " porquê " em mais do que uma cidade, estaria provavelmente a fazer um estudo de caso múltiplo.

Semelhantemente, se quisesse saber " quais " tinham sido os resultados de um novo programa governamental, poderia responder a esta pergunta de frequência fazendo uma vigilância ou examinando dados económicos, dependendo do tipo de programa envolvido. Assim considere questões como estas: Quantos clientes é que o programa serve? Que tipo de benefícios foram recebidos? Quão frequentemente foram diferentes benefícios produzidos? Isto tudo poderia ser respondido sem fazer um

estudo de caso. Mas se precisasse saber " como " ou " porquê " o programa tinha resultado (ou não) , inclinar - se - ia ou par um estudo de caso ou uma experiência de campo.

Algumas " questões " como " e " porquê " são ambivalentes e requerem clarificação. " Como " e " porquê " o Bill Clinton foi eleito em 1992 pode ser estudado tanto por vigilância como por um estudo de caso. A vigilância pode examinar os padrões de votação, mostrando que os votantes de Ross Perot provinha largamente de apoiantes do antigo Presidente Bush, e isto poderia satisfatoriamente responder ás questões como e porquê. Em contraste. O estudo do caso pode examinar como Clinton conduziu a sua campanha para alcançar a nomeação necessária e para manipular a opinião pública a seu favor. Este estudo cobriria o papel potencialmente auxiliar da fraca economia dos EUA, negando apoio para a candidatura Bush — Quayle como titulares. Esta abordagem seria também uma maneira aceitável de responder às questões " como " e " porquê ", mas seria diferentes do estudo de vigilância.

Para sumariar, a primeira e mais importante condição para diferenciar entre as várias estratégias de investigação é identificar o tipo de questão de investigação a ser feita. Em geral, questões " o quê " podem ser exploratórias (neste caso qualquer das estratégias poderia ser usada) ou sobre prevalência (na qual as vigilâncias ou a análise de registos de arquivo seriam favorecidos). Questões " como "e " porquê " são passíveis de favorecer o uso de estudos de casos, experiências ou histórias.

Definir as questões de investigação é provavelmente o passo mais importante a ser tomado num estudo de investigação, por isso a paciência e tempo suficiente deveriam ser permitidos para esta tarefa. A chave é compreender que as questões de investigação têm tanto *substância* – por exemplo, Sobre o que é que é o meu estudo? – e *forma* – por exemplo, Estou a pôr uma questão " quem ", " o quê ", " onde ", " porquê " ou " como "? Outros tem – se concentrado em alguns dos assuntos substancialmente importantes (ver Campbell, Daft & Hulin, 1982); o objectivo da discussão precedente é que a forma da questão fornece uma pista importante no que diz respeito à estratégia de investigação a ser utilizada. Lembre – se, também, das grandes áreas de sobreposição entre as estratégias, de modo que, para algumas questões, uma escolha entre estratégias possa realmente existir. Lembre – se, finalmente, que pode estar predisposto a perseguir uma

estratégia específica independentemente do estudo em questão. Se assim for, esteja certo de criar a forma da questão de estudo que melhor liga com a estratégia que estava inclinado a usar em primeiro lugar.

Extensão do controlo sobre os acontecimentos comportamentais (Figura 1.1, coluna 2) e grau de concentração nos acontecimentos contemporâneos em oposição aos históricos ((Figura 1.1, coluna 3). Assumindo que as questões "como" e "porquê" são para ser o ponto de concentração do estudo, uma outra distinção entre história, estudo de caso, e experiência é a extensão do controlo do investigador sobre os acontecimentos e o acesso a acontecimentos comportamentais verdadeiros. As histórias são a estratégia preferida quando não acesso ou controlo. Assim, a contribuição distintiva do método histórico está em lidar com o passado "morto" – isto é, quando não há pessoas relevantes vivas para relatar, mesmo que retrospectivamente, o que aconteceu, e quando um investigador tem de confiar em documentos primários, documentos secundários, e artefactos culturais e físicos como a fonte principal de provas. As histórias podem, claro, serem feitos sobre acontecimentos contemporâneos; nesta situação, a estratégia começa a sobrepor – se com a do estudo do caso.

O estudo do caso é preferido para examinar acontecimentos contemporâneos, mas quando os comportamentos relevantes não podem ser manipulados. O estudo do caso confia em muitas das mesmas técnicas que a história, mas adiciona duas fontes e provas normalmente não incluídas no repertório do historiador: observação directa e entrevistas sistemáticas. Mais uma vez, embora o estudo do caso e as histórias possam sobrepor – se, a única força do estudo do caso é a sua capacidade para lidar com uma variedade completa de provas – documentos, artefactos, entrevistas e observações – para além daquilo que possa estar disponível nos estudo histórico convencional. Mais, em algumas situações, tais como a observação de participantes, a manipulação informal pode ocorrer.

Finalmente, as experiências estão completas quando um investigador pode manipular o comportamento directamente, precisamente e sistematicamente. Isto pode ocorrer num cenário laboratorial, no qual uma experiência pode concentrar – se numa ou duas variáveis isoladas (e presume que o ambiente laboratorial pode " controlar " todas as restantes variáveis para além do campo de interesse), ou pode ser feito num cenário

de campo, onde o termo *experiência social* emergiu para cobrir a investigação na qual os investigadores "tratam "grupos inteiros de pessoas de maneiras diferentes, tal como fornecer – lhes diferentes tipos de fiadores (Boruch, que se segue). Mais uma vez, os métodos sobrepõem-se. O alcance total da ciência experimental também inclui aquelas situações em que o experimentador não pode manipular o comportamento (ver Blalock, 1961; Campbell & Stanley, 1966; Cook & Campbell, 1979) mas no qual a lógica do plano experimental pode ainda ser aplicada. Estas situações têm sido normalmente consideradas como situações "quasi – experimentais". A abordagem "quasi – experimental "pode até ser usada num cenário histórico, no qual, por exemplo, um investigador pode estar interessado em estudar escaramuças raciais ou linchamentos (ver Spilerman, 1971) e pode usar um plano quasi – experimental porque nenhum controlo sobre o acontecimento comportamental foi possível.

Sumário. Podemos identificar algumas situações, nas quais toadas as estratégias de investigação podem ser relevantes (tal como a investigação exploratória), e outras situações nas quais duas estratégias podem ser consideradas igualmente atractivas (tal como porquê e como o Clinton foi eleito). Podemos também usar mais do que uma estratégia em qualquer estudo dado (por exemplo, uma vigilância dentro do estudo do caso ou um estudo de caso dentro de uma vigilância). A esta extensão, as várias estratégias não são mutuamente exclusivas. Mas também podemos identificar algumas situações, nas quais uma estratégia específica tem uma vantagem distinta. Para o estudo do caso, isto acontece quando

• Uma questão "como" ou "por quê" está a ser feita sobre um conjunto de acontecimentos contemporâneos sobre os quais o investigador tem pouco ou nenhum controlo.

Para determinar as questões que são mais significativas para um tema, e para ganhar alguma precisão ao formular estas questões, é necessária muita preparação. Uma maneira é rever a bibliografia sobre o tópico (Cooper, 1984). Repare que tal revisão de bibliografia é por isso um meio para atingir um fim, e não – como a maioria dos estudantes pensa- um fim em si mesmo. Investigadores debutantes pensam que o objectivo da revisão bibliográfica serve para determinar as *respostas* sobre o que é conhecido

acerca do tema; em contraste, investigadores experientes revêm investigação prévia para desenvolver *questões* mais exactas e incisivas acerca do tema.

Preconceitos Tradicionais Contra a Estratégia do Estudo do Caso

Embora o estudo do caso seja uma forma distintiva de inquérito empírico, muitos investigadores têm , no entanto, desdenho por esta estratégia. Por outras palavras, , como esforço de investigação, os estudos de caso têm sido vistos como uma forma menos desejável de inquérito do que outras experiências ou vigilâncias. Porquê isto?

Talvez a maior preocupação tenha sido sobre a falta de rigor na investigação do estudo do caso. Muitas vezes, o investigador do estudo do caso tem sido desleixado e tem permitido que provas erróneas ou pontos de vista preconceituosos influenciem a direcção das descobertas e conclusões.

Também existe a possibilidade de as pessoas terem confundido o ensino do estudo do caso com a investigação do estudo do caso. No ensino, os materiais do estudo do caso pode ser alterados deliberadamente para demonstrar um ponto específico mais eficazmente. Em investigação, qualquer passo do estilo seria severamente proibido. Cada investigador de estudo de caso deve trabalhar arduamente para relatar as provas justamente, e este livro irá ajuda – lo a fazê – lo. O que é frequentemente esquecido é que o preconceito na conduta das experiências (ver Rosenthal, 1966) e o uso de outras estratégias de investigação, tais como o planeamento dos questionários para vigilâncias (Sudman & Bradburn, 1982) ou conduzir investigações históricas (Gottschalk, 1968). Os problemas não são diferentes, mas na investigação do estudo do caso, eles podem ter sido mais frequentemente encontrados e menos frequentemente ultrapassados.

Uma Segunda preocupação comum sobre os estudos de caso é que eles fornecem poucas bases para a generalização científica. "Como pode generalizar a partir de um caso simples? "é uma questão frequentemente ouvida. A resposta não é simples (Kennedy, 1976). No entanto, considere o momento em que a mesma questão tinha sido perguntada sobre uma experiência: "Como pode generalizar a partir de uma experiência simples?" De facto, factos científicos raramente são baseados em experiências simples; normalmente são baseados num conjunto de experiências múltiplas, as quais repetiram o mesmo fenómeno debaixo de condições diferentes. A mesma

abordagem pode ser usada com estudos de casos múltiplos, mas requer um conceito diferente dos planos de investigação apropriados; isto é discutido detalhadamente no Capítulo 2. A reposta curta é que os estudos de caso, tal como as experiências, são generalizáveis a proposições teóricas e não a populações ou universos. Neste sentido, o estudo do caso, tal como a experiência, não representa uma "amostra" e o objectivo do investigador é expandir e generalizar teorias (generalização analítica) e não enumerar frequências (generalização estatística). Ou, como três notáveis cientistas sociais descreveram no seu estudo de caso simples, o objectivo é fazer uma análise de "generalização" e não de "particularização" (Lipset, Trow, & Coleman, 1956, pp. 419 – 420).

Uma terceira queixa frequente sobre os estudos de caso é que eles são muito longos, e resultam em documentos maciços e difíceis de ler. Esta queixa pode ser apropriada, dada a forma como os estudos de caso foram feitos no passado (ex.: Feagin, Orum, & Sjoberg, 1991), mas isto não é necessariamente a forma como os estudos de caso devem ser feitos no futuro. O capítulo 6 discute formas alternativas de escrever estudos de casos – incluindo aqueles, nos quais a narrativa longa e tradicional podem no entanto ser evitada. Nem os estudos de caso demoram muito tempo.

Isto confunde incorrectamente a estratégia do estudo do caso com um método específico de recolha de dados, tal como a etnografia ou a observação – participativa. As etnografias normalmente requerem longos períodos de tempo no "campo" e enfatizam as provas detalhadas e observacionais. A observação – participativa pode não necessitar do mesmo período de tempo, mas ainda assume um investimento pesado de esforços de campo. Em contraste, os estudos de caso são uma forma de inquérito que não depende somente de dados etnográficos ou observação participativa. Poder – se – ia fazer um estudo de caso válido e de elevada qualidade sem deixar a biblioteca e o telefone, dependendo do tema a ser estudado.

Apesar do facto que estas preocupações comuns podem ser apaziguadas, como acima, um lição maior é ainda que os estudos de caso são muito difíceis de fazer. O problema é que temos poucas formas de visualizar ou testar a capacidade de um investigador de realizar bons estudos de caso. As pessoas sabem quando não sabem tocar música; também sabem quando não percebem a matemática; e podem ser testados para outras capacidades, tais como o exame da barra em Direito. De algum modo, as

capacidades para fazer bons estudos de caso não foram ainda definidos, e como resultado.

A maioria das pessoas sentem que podem preparar um estudo de caso, e quase todos nós acreditamos perceber um. Uma vez que nenhum ponto de vista é bem fundamentado, o estudo do caso recebe uma grande aprovação que não merece. (Hoaglin, Light, Mcpeek, Mossteller, & Stoto, 1982, p. 134)

Esta citação é de um livro de cinco *estatísticos* proeminentes. Surpreendentemente, mesmo de outro campo, eles reconhecem o desafio de fazer bons estudos de caso.

DIFERENTES TIPOS DEE ESTUDOS DE CASO, MAS UMA DEFINIÇÃO COMUM

Esta discussão tem progredido sem uma definição formal de estudos de casos. Mais, questões normalmente colocada sobre o estudo dos casos estão ainda por responder. Por exemplo, ainda se trata de um estudo de caso quando mais do que um caso é incluído no mesmo estudo? Os estudos de caso impedem o uso de provas quantitativas? Podem os estudos de caso ser usados para fazer avaliações? Podem os estudos de caso incluir opiniões jornalísticas? Tentemos agora definir a estratégia do estudo do caso e responder a estas questões.

Definição do Estudo do Caso com uma Estratégia de Investigação

A s definições mais frequentemente encontradas de estudos de caso repetem meramente os tipos de temas aos quais os estudos de caso têm sido aplicados. Por exemplo, nas palavras de um observador

a essência de um estudo de caso, a tendência central entre todos os tipos de estudo, é que tenta iluminar uma *decisão* ou conjunto de decisões: porque foram tomadas, como foram implementadas, e com que resultados. (Schramm, 1971, adicionada ênfase)

esta definição cita assim o tema das "decisões" como o maior ponto de concentração do estudo do caso. Semelhantemente, outros temas têm sido listados, incluindo "indivíduos", " organizações ", " programas ", "

vizinhanças ", instituições " e até mesmo " acontecimentos". No entanto, citar o tema é certamente insuficiente para estabelecer a definição necessária.

Alternativamente, a maioria dos livros das ciências sociais falharam completamente ao considerar o estudo do caso uma estratégia de investigação formal (a maior excepção é o livro de os cinco estatísticos da Universidade de Harvard – Hoaglin et al., 1982). Como foi discutido anteriormente, uma falha comum foi considerar o estudo do caso como o placo exploratório de alguns outros tipos de estratégia de investigação, e o estudo do caso em si era apenas mencionado numa linha ou duas do texto.

Outra falha comum tem sido confundir estudos de caso com etnografias (Fetterman, 1989) ou com a observação participativa (Jorgensen, 1989). De modo a discussão presumida de um livro de estudos de caso era na verdade a descrição ou de métodos etnográficos ou de observações participativas como uma técnica de recolha de dados. O texto contemporâneo mais popular (e.g., Kidder & Judd, 1986; Nachmias & Nachmias, 1992), de facto, ainda cobre "trabalho de campo "apenas como uma técnica de recolha de dados e omite qualquer outra discussão de estudos de caso.

Numa visão histórica do estudo do caso no pensamento metodológico Americano, Jennifer Platt (1992 a) explica as razões para estas afirmações. Ela localiza a pratica de fazer estudos de caso até lá atrás , à conduta de histórias de vida, o trabalho da Escola de Sociologia de Chicago, e trabalho de caso em serviço social. Ela mostra depois como a "observação participativa emergiu como uma técnica de recolha de dados, deixando as seguintes definições de qualquer estratégia de estudo de caso em suspensão. Finalmente, ela explica como a primeira edição deste livro (1984) desassociou a estratégia do estudo do caso da perspectiva limitada de fazer observação participativa (ou qualquer tipo de trabalho de campo). A estratégia do estudo do caso, nas suas palavras, começa com "uma lógica de plano.... uma estratégia a ser preferida quando as circunstâncias e os problemas de investigação são apropriados mais do que um compromisso ideológico a ser seguido independentemente das circunstâncias "(Platt, 1992 a, p. 46).

E o que é esta lógica de plano? As características técnicas tinham sido trabalhadas antes da 1ª edição deste livro (Yin, 1981 a, 1981 b) mas agora

pode ser reafirmada de duas maneiras. Primeiro, a definição técnica começa com o objectivo de um estudo de caso:

- 1. Um estudo de caso é um inquérito empírico que
 - Investiga um fenómeno contemporâneo dentro do seu conceito de vida real, especialmente quando
 - As fronteiras entre fenómeno e contextos não são claramente evidentes

Por outras palavras, usaria o método do estudo do caso porque queria deliberadamente cobrir as condições contextuais – acreditando que estas poderiam altamente pertinentes para o seu fenómeno de estudo. A nossa primeira lógica do plano, por isso , ajuda – nos a compreender estudos de caso ao continuar a distingui – los das outras estratégias de investigação que têm sido discutidas.

Uma experiência, por exemplo, divorcia deliberadamente um fenómeno do seu contexto, para que a atenção recaia em apenas algumas variáveis (tipicamente, o contexto "é controlado "pelo ambiente laboratorial). Um história, por comparação, lida com a situação complicada entre o fenómeno e o contexto, mas normalmente com acontecimentos *não* contemporâneos. Finalmente, as vigilâncias podem tentar lidar com o fenómeno e o contexto, mas a sua capacidade para investigar o contexto é extremamente limitada. Quem planeia a vigilância, por exemplo, luta constantemente para limitar o número de variáveis a serem analisadas (e assim o número de questões que podem ser colocadas) para cair seguramente dentro do número de respondentes que podem ser observados.

Segundo, porque os fenómenos e os contextos não são sempre distinguíveis nas situações de vida real, um conjunto completo de outras características técnicas, incluindo a recolha de dados e as estratégias de recolha de dados, agora tornam – se a segunda parte da nossa definição técnica:

2. O inquérito do estudo do caso

 Colabora com a situação tecnicamente distintiva, na qual haverá muitas mais variáveis de interesse do que pontos de dados, e como resultado

- Depende de múltiplas fontes de provas, com os dados a necessitarem convergir num modo triangular, e como outro resultado
- Beneficia de anteriores desenvolvimentos das proposições teóricas para guiar a recolha e análise de dados.

Por outras palavras, o estudo do caso como uma estratégia de investigação compreende um método completamente cercado – com a lógica de plano, encorporando abordagens específicas de recolha e análise de dados. Neste sentido, o estudo do caso não é nem um táctica de recolha de dados ou uma característica sozinha meramente planeada (Stoecker, 1991), mas uma estratégia de investigação compreensiva. Como a estratégia é definida e implementada é o tópico deste livro inteiro

Algumas outras características da estratégia do estudo do caso não são críticas para definir a estratégia mas podem ser consideradas variações dentro da investigação do estudo do caso e também fornecem respostas a perguntas comuns.

Variações dentro dos estudos do Caso como Estratégia de investigação

Sim, a investigação de estudo do caso pode incluir estudos de casos simples e múltiplos. Embora alguns campos, tais como a ciência política e a administração pública, tem tentado delinear exactamente entre estas duas abordagens (e tem usado tais termos como o *método de caso comparativo* com uma forma distintiva de estudos de caso múltiplo; ver Agranoff & Radin, 1991; George, 1979; Lijphart, 1975), estudos de casos múltiplos e simples são na realidade nada mais que variantes de planos de estudos de casos (ver Capítulo 2).

E, sim, os estudos de caso podem incluir, e mesmo ser limitados a , provas quantitativas. De facto, o contraste entre provas quantitativas e qualitativas não distingue as várias estratégias de investigação. Repare que, como exemplos análogos, algumas experiências (tais como estudos de percepções psicológicas) e algumas questões de vigilância (tais como aquelas que procuram respostas categóricas em vez de numéricas)

dependem das provas qualitativas e não quantitativas. Da mesma maneira, a investigação histórica pode incluir grandes quantidades de provas.

Como uma nota relacionada mas importante, a estratégia do estudo do caso não deveria ser confundida com "investigação qualitativa " (ver Schwartz & Jacobs, 1979; Strauss & Corbin, 1990; van Maanen, 1988; van Maanen, Dabbs & Faulkner, 1982). Alguma investigação qualitativa segue os métodos etnográficos e procura satisfazer duas condições: (a) o uso do grande plano, observação detalhada do mundo natural pelo investigador (b) a tentativa de evitar compromissos anteriores com qualquer modelo teórico (Jacob, 1987, 1989; Lincoln & Guba, 1986; Stake, 1983; Van Maanen et al., 1982 b, p. 16). No entanto, a investigação etnográfica nem sempre produz estudos de caso (por exemplo, ver as breves etnografias em G. Jacobs, 1970), nem são os estudos dos casos limitados a estas duas condições. Em vez disso, os estudos de caso podem ser baseados em qualquer mistura de provas quantitativas e qualitativas. A juntar, os estudos de caso nem sempre precisam de incluir observações directas e detalhadas como fonte de provas.

Como mais uma nota, alguns investigadores distinguem entre investigação quantitativa e investigação qualitativa – não na base do tipo de provas, mas na base de crenças filosóficas completamente diferentes (e.g.; Guba & Lincoln, 1989; Lincoln 1991; Sechrest, 1991; Smith & Heshusius, 1986). Estas distinções tem produzido um debate afiado dentro do campo da investigação da avaliação. Embora alguns acreditem que estas crenças filosóficas são irreconciliáveis, a contra – argumentação pode ainda ser afirmada – que independentemente de se uma favorece a investigação qualitativa ou quantitativa, há um fundo forte e essencial comum entre dois (Yin, 1994).

E, sim, os estudos de caso tem um lugar distintivo na investigação de avaliação (ver Cronbach et al., 1980; Guba & Lincoln, 1981; Patton, 1980; Gabinete Americano Geral de Contas, 1990; Yin, 1993, cap. 4). Há pelo menos cinco diferentes aplicações. A mais importante é *explicar* os elos causais nas intervenções da vida real que são demasiado complexas para as estratégias de vigilância ou experimentais

Em linguagem de avaliação, as explicações ligariam o programa de implementação com os efeitos do programa (Gabinete americano Geral de Contas, 1990). Uma Segunda aplicação é *descrever* uma intervenção e o contexto da vida real no qual ocorreu. Terceiro, os estudo de caso podem

ilustrar certos temas dentro de uma avaliação, uma vez mais num modo descritivo — mesmo de uma perspectiva jornalística. Quarto, a estratégia do estudo do caso pode ser usada para *explorar* aquelas situações nas quais a intervenção a ser avaliada não tem um único conjunto de resultados claros. Quinto, o estudo do caso pode ser uma " *meta — avaliação* "— um estudo de um estudo de avaliação (N. Smith, 1990; Stake, 1986). Seja qual for a aplicação, um tema constante é que os patrocinadores do programa — em vez dos investigadores apenas — podem Ter o papel proeminente na definição das questões de avaliação e categorias de dados relevantes (Gabinete Americano Geral de Contas, 1990).

E, finalmente, sim, certos esforços jornalísticos podem classificar – se como estudos de caso. Na verdade, um dos melhores estudos de caso escritos e mais interessante é sobre o escândalo Watergate, de dois jornalistas do *The Washington Post* (ver CAIXA 3)

Sumário

Este capítulo introduziu a importância do estudo do caso como uma estratégia de investigação O estudo de caso, como outras estratégias de investigação, é uma maneira de investigar um tema empírico seguindo um conjunto de procedimentos pré — especificados. Estes procedimentos dominarão largamente o restante deste livro.

Este capítulo também tentou distinguir o estudo do caso das estratégias de investigação alternativas nas ciências sociais, indicando as situações nas quais fazer um estudo de caso simples ou múltiplo pode ser preferível, por exemplo, a fazer uma vigilância. Algumas situações podem não Ter estratégias preferidas claramente, pois as fraquezas e forças das várias estratégias podem sobrepor –se. a abordagem básica, no entanto, é considerar todas as estratégias de uma maneira pluralista – como parte dum repertório para fazer investigação nas ciências sociais da qual o investigador pode conceber de acordo com a situação dada.

Finalmente, o capítulo discutiu alguns dos criticismos mais importantes da investigação de estudo de caso e sugeriu que este criticismo estava mal direccionado. No entanto, temos todos de trabalhar arduamente para ultrapassar os problemas de fazer investigação de estudo de casos, incluindo o reconhecimento de que alguns de nós não são esperados, quer por capacidade quer por disposição, de fazer investigação . a investigação de

estudo de caso é extraordinariamente difícil, embora os estudos de caso têm tradicionalmente sido considerados como sendo investigação " suave ". Paradoxalmente, quanto mais suave a estratégia de investigação, mais difícil é fazê – la.

CAIXA 3 Um Estudo de Caso Iornalístico

Embora a memória pública da demissão do Presidente M. Nixon tenha desvanecido, O trabalho de Bernstein e Woodward " Os homens do Presidente (1974) continua um testemunho fascinante do escândalo Watergate. O livro é dramático e intrigante, baseia -se em métodos jornalísticos sólidos, e representa acidentalmente um plano comum de estudos de caso.

O " caso " neste livro, não é a falcatrua de Watergate em si, ou mesmo a administração Nixon de maneira geral. Em vez disso, o caso é o " disfarce", um conjunto complexo de acontecimentos que ocorreram como consequência da falcatrua. Bernstein e Woodward confrontam o leitor continuamente com duas questões " como " e " porquês ". Como é que ocorreu o disfarce, e porque é que ocorreu? Nenhuma tem resposta fácil, e a atracção do livro está em juntar facto atrás de facto, cada peça adicionada curiosamente e potenciando uma explicação para o disfarce.

Estabelecer o como e o porquê de uma situação humana complexa é um exemplo clássico do uso de estudos de caso, quer seja feito por jornalistas ou cientistas sociais. Se o caso envolve um acontecimento público significativo e uma explicação atraente, os ingredientes podem fazer do "Os homens do Presidente, um best – seller.

EXERCÍCIOS

- 1. Definir uma questão de estudo de caso. Desenvolver um questão que podia ser o pensamento lógico para o estudo de um caso que poderá conduzir. Em vez de fazer um estudo de um caso, agora imagine que podia fazer apenas uma história, uma vigilância ou um experiência (mas não um estudo de caso) de modo a responder a esta questão. Que aspectos da questão, se alguns, não poderiam ser respondidos através destas estratégias de investigação? Qual seria a desvantagem distintiva de fazer um estudo de caso para responder a esta questão?
- 2. Definir questões de estudo de caso "significativas". Nomeie um tema que pense valer a pena torná lo o objecto de um estudo de caso. Identifique as três melhores questões que o seu caso tentaria responder. Agora assuma que era realmente capaz de responder a estas questões com provas suficientes (isto é, que tinha conduzido o seu estudo de caso com sucesso). Como justificaria, a um colega, o significado das suas descobertas? Teria avançado alguma teoria importante? Teria descoberto algo raro? (se não está impressionada com as suas respostas, talvez devesse considerar redefinir as questões mais importantes do seu caso.)
- 3. Identificar questões " significativas " noutras estratégias de investigação. Localize um estudo de investigação baseado somente no uso da vigilância, métodos históricos ou experimentais (mas não um estudo do caso. Descreva as formas como as descobertas deste estudo são significativas. Sugere alguma teoria importante? Descobriu algo raro?
- 4. Examinar os estudos de caso usados com objectivos de ensino. Obtenha uma cópia de um estudo de caso planeado com objectivos de ensino (ex.: um caso num livro de leitura usado num curso de uma escola de negócios.) Identifique as formas específicas nas quais este tipo de "ensino" de caso é diferente dos estudos de caso da investigação. O caso de ensino cita documentos primários, contém provas ou expõe dados? O caso de ensino tem uma

- conclusão? O que parece ser o objectivo principal do caso de ensino?
- 5. Definir tipos diferentes de estudos de caso usados com objectivos de investigação. Defina os três tipos de estudos de caso usados com objectivos de (mas não ensino): a) estudos de caso explanatórios ou causais, b) estudos de caso descritivos, e c) estudos de caso exploratórios. Compare as situações nas quais estes diferentes tipos de estudos de caso seriam mais aplicáveis, e depois nomeie o estudo de caso que gostaria de conduzir. Seria explanatório, descritivo ou exploratório? Porquê?

NOTA

1. Robert Stake (1994) tem ainda outra abordagem para definir estudos de caso. Ele considera – os como não sendo " uma escolha metodológica mas uma escolha a ser estudada. " Mais, o objecto deve ser " uma funcionante específica (tal como uma pessoa ou sala de aula), mas não uma generalidade (tal como uma política). Esta definição é muito extensa. Todos os estudos de entidades qualificadas como objectos (ex.: pessoas, organizações e países) seriam então um estudo de caso, independentemente da metodologia usada (ex.: experiência psicológicas, vigilância de gerência, análise económica).

Planear Estudos de Caso

Um plano de investigação é a lógica que liga os dados a serem recolhidos (e as conclusões a serem retiradas) às questões iniciais de um estudo. Todos os estudos empíricos têm um plano de investigação implícito, se não explicito.

Para os estudos de caso, quatro tipos de planos mais importantes são relevantes, seguindo uma matriz 2 X 2. O primeiro par de categorias consiste num plano de um caso simples e um caso múltiplo.. O segundo, o

qual pode ocorrer em combinação com qualquer um dos do primeiro par, é baseado na unidade ou unidades de análises a serem cobertas – e distingue entre planos holísticos e embutidos.

O investigador do estudo do caso deve maximizar quatro aspectos da qualidade de qualquer plano: a) construir validade, b) validade interna (apenas para estudos de casos explanatórios ou causais), c) validade externa e d) fiabilidade. Como o investigador deveria lidar com estes quatro aspectos de controlo de qualidade está sumariado no capítulo 2 mas é também um tema importante ao longo do restante livro.

ABORDAGEM GERAL AO PLANO DE ESTUDOS DE CASO

Ao identificar a estratégia de investigação para o seu projecto de investigação, o capítulo 1 mostrou quando deveria seleccionar a estratégia de estudo de caso, em oposição a outras estratégias. A tarefa seguinte é planear o seu estudo de caso. Para este propósito, como ao planear qualquer outro tipo de investigação de pesquisa, um plano, ou *plano de investigação*, é necessário.

O desenvolvimento deste plano de investigação é uma parte dificil de fazer estudos de caso. Ao contrário de outras estratégias de investigação, um catálogo compreensivo de planos de investigação para estudos de caso não foi ainda desenvolvido. Não há livros de leitura como aqueles nas ciências biológicas e psicológicas, cobrindo tais considerações de plano como as atribuições de assuntos a diferentes grupos, a selecção de diferentes estímulos ou condições experimentais, ou a identificação de várias medidas de resposta (ver Cochran & Cox, 1957; Fisher, 1935, citados em Cochran & Cox, 1957; Sidowski, 1966). Numa experiência laboratorial, cada uma destas escolhas reflecte uma ligação lógica importante aos assuntos a serem estudados . Semelhantemente, não há sequer livros de leitura como os conhecidos volumes de Campbell e Stanley (1966) ou por Cook e Campbell (1979), os quais sumarizam os vários planos de investigação para situações quasi – experimentais. Nem emergiram planos comuns - por exemplo, estudos "painel" - como aqueles agora reconhecidos em fazer investigação de vigilância (ver Kidder & Judd, 1986, cap.6).

Uma armadilha a ser evitada, no entanto, é considerar os planos de estudo de caso com um subconjunto ou variante dos planos de investigação

dos planos de investigação usados para outras estratégias, tais como experiências. Durante muito tempo, os eruditos pensaram incorrectamente que o estudo de caso era apenas um tipo de plano quasi – experimental (o plano de pós – teste de um só tiro). Esta percepção errónea foi finalmente corrigida, com a seguinte afirmação aparecendo numa revisão de planos quasi – experimentais: "Certamente o estudo do caso com é normalmente praticado não deveria ser menos significativo pela identificação com um plano de pós – teste-de- um –só- grupo" (Cook & Campbell, 1979, p.96).

Por outras palavras, o plano de pós – teste apenas de um só tiro como um plano quasi – experimental pode ainda ser considerado com obtendo falhas, mas o estudo do caso foi agora reconhecido como algo diferente. De facto, o estudo do caso é uma estratégia de investigação separada que tem os seus próprios planos de investigação.

Infelizmente, os planos de investigação de estudo de caso não têm sido codificados. O capítulo seguinte expande – se , por isso, no novo campo metodológico iniciado pela 1ª edição deste livro e descreve um conjunto básico de planos de investigação por fazer estudos de casos simples e casos múltiplos. Embora estes planos precisem de serem continuamente modificados e melhorados no futuro, na sua forma presente eles irão, no entanto, ajuda – lo a planear estudos de casos mais rigorosos e metodologicamente saudáveis.

Definição de Planos de Investigação

Todos os tipos de investigação empírica tem um plano de investigação implícito, se não explicito. No sentido mais elementar, o plano é a sequência lógica que liga os dados empíricos à questão dum estudo inicial de investigação, e derradeiramente, às suas conclusões. Coloquialmente, um plano de investigação é um *plano de acção para ir daqui ali*, onde *aqui* pode ser definido como um conjunto inicial de questões a serem respondidas, e *ali* é um conjunto de conclusões (respostas) sobre estas questões. Entre " aqui e " ali " pode ser encontrado um número de passos importantes, incluindo a recolha e análise de dados relevantes. Como uma definição sumária, outro livro de leitura descreveu um plano de investigação como um plano que

guia o investigador no processo de recolha, análise e interpretação de observações. É um *modelo lógico de prova* que permite ao investigador retirar inferências respeitantes a relações causais entre variáveis sob investigação. O plano de investigação também define o domínio de generalização, isto é, se as interpretações obtidas podem ser generalizadas a uma grande população ou a diferentes situações. (Nachmias & Nachmias, 1972, pp. 77 – 78)

Outra maneira de pensar acerca do plano de investigação é uma "cópia heliográfica" da investigação, lidando com pelo menos 4 problemas: que questões estudar; quais os dados relevantes, que dados recolher e como analisar os resultados (ver F. Borum, comunicação pessoal, Escola de Negócios de Copenhaga, Copenhaga, Dinamarca, 1991; Philliber, Schwab & Samloss, 1980).

Repare que um plano de investigação é muito mais do que um plano de trabalho. O objectivo principal do plano não se dirige às questões iniciais de investigação. Neste sentido, um plano de investigação lida com um problema *lógico* e não um problema *logístico*. Como um exemplo simples, suponha que quer estudar apenas uma organização. As suas questões de investigação, no entanto, estão relacionadas com as relações da organização com outras organizações - a sua natureza competitiva ou colaborativa, por exemplo. Tais questões podem ser respondidas apenas se recolher informações directamente de outras organizações e não meramente daquela com que começou. Se completar o seu estudo examinando apenas uma organização, não pode tirar conclusões fieis sobre parcerias interorganizacionais. Isto é uma falha no seu plano de investigação, não no seu plano de trabalho. O resultado poderia Ter sido evitado se tivesse desenvolvido um plano de investigação apropriado logo no início.

Componentes de Planos de Investigação

Para estudos de casos, 5 componentes de um plano de investigação são especialmente importantes:

- 1. as questões dum estudo,
- 2. as suas proposições, se as houver,
- 3. as suas unidades de análise,

- 4. a lógica que liga os dados às proposições, e
- 5. os critérios para interpretar as descobertas.

Questões de estudo. A primeira componente já foi descrita no capítulo 1. Embora a substância das suas questões vá variar, o cap. 1 sugeriu que a forma da questão - em termos de " quem ," " o quê ", " onde, " " como " e "porquê " - fornece uma pista importante respeitante à estratégia de investigação usada mais relevante. A estratégia dos estudo do caso é muito provável de ser apropriada para questões " como " e " porquê ", por isso a sua tarefa inicial é clarificar precisamente a natureza das questões do seu estudo a este respeito.

Proposições de estudo. No que diz respeito à Segunda componente, cada proposição dirige a sua atenção para algo que deveria ser examinado dentro do objectivo do estudo. Por exemplo, parta do principio que a sua investigação, sobre o tema das parcerias interorganizacionais, começava com esta questão: Como e porquê colaboram as organizações umas com as outras para prestar servicos conjuntos (por exemplo, um fabricante e um comerciante colaborando para vender produtos de computadores) ? Estas questões " como " e "porquê ", captando aquilo em que você está realmente interessado em responder, irá levá - lo ao estudo do caso como a estratégia apropriada em primeiro lugar. No entanto, estas questões "como "e" porquê " não apontam para aquilo que deveria estudar. Apenas se for forcado a afirmar algumas proposições se moverá na direcção certa. Por exemplo, pode pensar que as organizações colaboram porque obtém beneficios mútuos. Esta proposição, a juntar à reflexão de um assunto teórico importante (de que outros incentivos para a colaboração não existem ou não são importantes), também comeca por lhe dizer onde procurar provas relevantes (para definir e determinar a extensão de benefícios específicos para cada organização.

Ao mesmo tempo, alguns estudos podem ter um razão legítima para não Ter qualquer proposição. Esta é a condição - a qual existe em experiências, vigilâncias, e outras estratégias de investigação parecidas - na qual, um tema é a matéria de " exploração ". Todas as explorações, no entanto, deveriam ainda ter algum objectivo. Em vez de afirmar proposições, o plano de um estudo exploratório deveria afirmar um

propósito, assim como os critérios pelos quais uma exploração será julgada com sucesso. Considere a analogia na CAIXA 4 para estudos de caso exploratórios. Pode imaginar como pediria o apoio da rainha Isabel para fazer o seu estudo exploratório?

Unidade de análise. Esta terceira componente está relacionada ao problema fundamental de definir o que é o " caso " - um problema que tem afligido muitos investigadores no início de estudos de caso . Por exemplo, no estudo de caso clássico, um "caso " pode ser um indivíduo. Jennifer Platt (1992 a. 1992 b) notou como os primeiros estudos de caso na escola de Sociologia de Chicago era as histórias de vida de tais papeis como delinguentes juvenis ou homens negligentes. Pode também imaginar estudos de caso de pacientes clínicos, de estudantes exemplares, ou de certos tipos de líderes. Em cada situação, um indivíduo é o caso a ser estudado, e o indivíduo é a unidade primária de análise. Informações sobre cada indivíduo relevante seria recolhida, e vários indivíduos ou " casos " poderão ser incluídos num estudo de caso múltiplo. As proposições ainda seriam necessárias para ajudar a identificar as informações relevantes acerca de cada indivíduo ou indivíduos. Sem tais proposições, um investigador pode ser tentado a recolher " tudo ", o que é impossível de fazer. Por exemplo, as proposições em estudar estes indivíduos podem envolver a influência da infância ou o papel no relacionamento com os pares. Tais temas já representam um estreitamento grande dos dados relevantes. Quantas mais proposições específicas um estudo contém, mais hipóteses tem de ficar dentro dos limites do praticável.

CAIXA 4 " A Exploração " como uma Analogia para um Estudo de Caso Exploratório

Quando C. Colombo pediu à rainha Isabel apoio para as suas "explorações" do Novo Mundo, ele tinha que ter algumas razões para pedir 3 barcos (Porque não 1? Porque não 5?), e ele tinha alguma pensamento lógico para ir em direcção ao ocidente (Porque não Sul e depois Este?). Ele também tinha alguns critérios (errados) para reconhecer as Índias quando finalmente as encontrasse. Em resumo, a sua exploração começou com algum pensamento lógico e direcção, mesmo que as suas suposições iniciais tivessem sido provadas erradas mais tarde (Wilford, 1992). Este mesmo grau de pensamento lógico e direcção deveriam sustentar até um estudo de caso exploratório.

Claro, o " caso " pode também ser algum acontecimento ou entidade que está menos bem definida do que o caso individual. Os estudos de caso têm sido feitos sobre decisões, sobre programas, sobre a implementação de um processo, e sobre a mudança organizacional. Feagin, Orum, & Sjoberg (1991) contém alguns exemplos clássicos destes casos simples em Sociologia e ciência política. Esteja atento a estes tipos de temas - nenhum é facilmente definido em termos de pontos iniciais ou finais do " caso ". Por exemplo, um estudo de caso de um programa específico pode revelar a) variações na definição do programa, dependendo da perspectiva de diferentes actores, e b) componentes do programa que existiram anteriormente à designação formal do programa. Qualquer estudo de caso tal como um programa teria, por isso, de confrontar estas condições em delinear a unidade de análise.

Como guia geral, a definição da unidade de análise (e por isso do caso) está relacionada com a forma como as perguntas de investigação iniciais foram definidas. Suponha, por exemplo, que quer estudar o papel dos EUA na economia mundial. Peter Drucker (1986) escreveu um ensaio provocador sobre as mudanças fundamentais na economia mundial, incluindo a importância da " movimentação de capitais " independente da fluidez de bens e serviços. A unidade de análise para o seu caso de estudo pode ser a economia de um país, uma indústria no mundo mercado de trabalho, uma política económica, ou a fluidez de negócios ou capital entre dois países. Cada unidade de análise necessitaria um plano de investigação ligeiramente diferente e uma estratégia de recolha de dados. A selecção da unidade de análise apropriada resulta de se especificar fielmente as questões primárias de investigação. Se as suas questões não conduzem ao favorecimento de uma unidade de análise em relação a outra, as suas questões são provavelmente ou muito vagas ou muito numerosas - e pode ter problemas a conduzir o seu estudo de caso.

Ás vezes, a unidade de análise pode ter sido definida de uma maneira, apesar do fenómeno a ser estudado necessite de uma definição diferente. Muito frequentemente, os investigadores confundiram casos de estudo de bairros com estudos de casos de pequenos grupos (para outro exemplo, confundindo um inovação com um pequeno grupo em estudos

organizacionais, ver CAIXA 5 a). Como uma *área* geral tal como o bairro lida com a transição racial, actualizações e outros fenómenos pode ser bastante diferente da forma como um pequeno *grupo* lida com estes mesmos fenómenos. A Sociedade *Street Corner* (Whyte, 1943/1955 - ver também Caixa 1 no cap. 1 deste livro) e *Tally's Corner* (Liebow, 1967 - ver também CAIXA 9, neste capítulo), por exemplo, têm sido frequentemente confundidos como casos de estudo de bairros quando na verdade são casos de estudo de pequenos grupos (note que em nenhum livro o bairro é descrito geograficamente, apesar dos grupos pequenos viverem numa área pequena com implicações de vizinhança claras).

CAIXA 5 a Qual é a unidade Análise?

A Alma de uma Máquina Nova (1981) foi um livro de Tracy Kidder que ganhou um prémio Pulitzer. O livro, também um best- seller, é sobre o desenvolvimento de um novo minicomputador produzido pela Corporação Geral de Dados, com a intenção de competir directamente com um produzido pela Corporação do Equipamento Digital.

Este livro de leitura fácil descreve com a equipa de engenharia da Dados Gerais inventou e desenvolveu o novo computador. O livro começa com a conceitualização inicial do computador e termina quando a equipa de engenharia renuncia do controlo da máquina para o pessoal de marketing da Dados Gerais.

O livro é um exemplo excelente de um estudo de caso. No entanto, o livro também ilustra um problema fundamental ao fazer estudos de casos - o de definir *a unidade de análise*. O estudo do caso é sobre o minicomputador ou é sobre a dinâmica de um pequeno grupo - a equipa de engenharia? A resposta é crítica se queremos compreender como o estudo do caso se relaciona com um corpo mais alargado de conhecimento - isto é, se generalizar a um tema de tecnologia ou ao tema da dinâmica de um grupo. Porque este livro não é um estudo académico, não precisa, nem p faz, de fornecer uma resposta.

A CAIXA 5 b, no entanto, apresenta um bom exemplo de como as unidade de análise podem ser definidas de uma maneira mais discriminatória - no campo do mercado mundial.

A maioria dos investigadores encontrará este tipo de confusão em definir a unidade de análise. Para diminuir a confusão, uma boa prática é discutir o caso potencial com um colega. Tente explicar a essa pessoa que questões está a tentar responder e porque escolheu um caso ou grupo específicos de

CAIXA 5 b Uma escolha mais clara entre as Unidades de Análise

O livro de Ira Maganizer e Mark Patinkin *A Guerra Silenciosa: Dentro do Futuro Global Americano de Formato de Batalhas Negociais* (1989 9 apresenta nove estudos de caso. Cada estudo de caso aparenta ser similar, mas na verdade têm diferentes unidades principais de análise. Um caso, sobre a firma coreana Samsung, e um caso de estudo de políticas críticas que fazem a firma competitiva. Compreender o desenvolvimento da economia coreana é parte do contexto, e o estudo do caso também contém uma unidade embutida - o desenvolvimento do micro - ondas pela Samsung como um produto ilustrativo. O outro caso, acerca do desenvolvimento de uma fábrica de computadores Apple em Singapura, é na verdade um estudo de caso das políticas críticas de Singapura que tornam o país competitivo. A experiência da fábrica de computadores Apple - uma unidade de análises embutidas - é na verdade um exemplo ilustrativo de como as políticas nacionais afectam os investimentos estrangeiros.

Estes dois casos mostram como a definição das análises principais e embutidas , assim como a definição dos acontecimentos circundantes contextuais destas unidades, depende de um nível de inquérito. A principal unidade de analise é

Uma vez estabelecida a definição geral do caso, outras clarificações na unidade de análise torna - se importante. Se a unidade de análise é um grupo pequeno, por exemplo, as pessoas a serem incluídas no grupo (o tema imediato do estudo do caso) devem ser diferenciadas dos que estão fora (o contexto para o caso de estudo). Semelhantemente, se o caso é sobre serviços numa área geográfica específica, as decisões precisam de ser tomadas sobre serviços públicos, cujas fronteiras não coincidem com a área. Finalmente, para quase todos os temas que possam ser escolhidos, limites específicos de tempo são necessários para definir o inicio e o fim do caso. Todos estes tipos de questões precisam de ser consideradas e respondidas para definir a unidade de análise e deste modo determinar os limites da recolha e análise de dados.

Um ponto final precisa de ser feito sobre definir o caso e a unidade de análise, relativo ao papel da bibliografia de investigação disponível. A maioria dos investigadores quererão comparar as suas descobertas com descobertas anteriores; por esta razão, as definições chave não deveriam ser idiossincráticas. Em vez disso, cada estudo de caso e unidade de análise deveria ser semelhante àquelas previamente estudadas por outros ou deveria afastar - se de maneiras claramente e operacionalmente definidas. Desta maneira, a bibliografia anterior pode também tornar - se um guia para definir o caso e a unidade de análises.

Ligar dados a proposições, e critérios para interpretar as descobertas. As Quarta e Quinta componentes foram as menos desenvolvidas em estudos de caso. Estas componentes representam os passos de análise de dados em investigação de estudos de caso, e um plano de investigação deveria colocar os alicerces para esta análise.

Ligar dados a proposições pode ser feito de um número variado de maneiras, mas nenhum se tornou tão precisamente definido como a atribuição de matérias e condições de tratamento em experiências psicológicas. (a qual é a maneira de como as hipóteses e os dados estão ligados em psicologia). Uma abordagem promissora para os estudos de caso é a ideia de " padrões - de - ligação " descritos por Donald Campbell (1975), onde várias peças de informação do mesmo caso podem estar relacionadas com algumas proposições teóricas. Num artigo relacionado sobre um tipo de padrão - um padrão de séries - de - tempo - Campbell (1969) ilustrou esta abordagem, mas não a rotulou como tal.

No seu artigo, Campbell mostrou primeiro como o número anual de fatalidades de tráfego no Connecticut pareciam Ter diminuído após a passagem de uma nova lei estadual de limite de velocidade para 55 milhas horárias. No entanto, mais observações da taxa de fatalidade, sobre um número de anos antes e depois da mudança legal, mostraram flutuações não sistemáticas em vez qualquer redução marcada. Um simples teste ocular era tudo o que era necessário para mostrar que o verdadeira padrão *parecia* não sistemático em vez de seguir uma tendência descendente (ver figura 2.1), e assim Campbell concluiu que o limite de velocidade não tinha tido efeito no número de fatalidades do tráfego.

O que Campbell fez foi descrever dois padrões potenciais e depois mostrar que os dados ligavam uns melhor que os outros. Se os dois padrões potenciais são considerados proposições rivais (uma proposição" efeitos " e uma proposição " não efeitos", respeitante ao impacto da nova lei de limite de velocidade), a técnica de correspondência de padrões é uma forma de relacionar os dados às proposições, embora o estudo completo consista de um estudo de apenas um caso (o estado do Connecticut).

Este artigo também ilustra os problemas de lidar com a 5ª componente, os critérios para interpretar as descobertas do estudo. Os dados de Campbell correspondiam a um padrão muito melhor do que correspondiam a outros. Mas quão próxima tem de ser uma ligação para ser considerada uma ligação? Note que Campbell não fez nenhum teste estatístico para fazer a comparação. Nem um teste estatístico teria sido possível, porque cada dado apontado no padrão era um número único - o número de fatalidade daquele ano - para o qual não se podia calcular a variância e não podia conduzir qualquer teste estatístico. Actualmente, não há nenhuma maneira precisa de estabelecer critérios para interpretar estes tipos de descobertas. Espera - se que os diferentes padrões sejam suficientemente contrastantes para (como no caso de Campbell) que as descobertas possam ser interpretadas em termos de comparação para pelo menos duas proposições rivais.

Sumário. Um plano de investigação deveria incluir cinco componentes. Embora o actual estado das artes não forneça aconselhamento detalhado nas duas últimas, o plano completo de investigação deveria não indicar só quais os dados a serem recolhidos - como indicados por a) questões de um estudo, b) as suas proposições, e c) a sua unidade de análise. O plano deveria dizer - lhe o que é para ser feito após a recolha dos dados - como indicado por d) a lógica que liga os dados às proposições e e) os critérios para interpretar as descobertas.

O Papel da Teoria no Plano de Trabalho

Cobrir estas cinco componentes de planos de investigação irá eficazmente forçá- lo a começar a construir um teoria preliminar relacionada com o seu tema de estudo. Este papel do desenvolvimento de teoria, anterior à

realização de qualquer recolha de dados, é um ponto de diferença entre estudos de caso e métodos relacionados tais como etnografia (Lincoln & Guba, 1985; Van Maanen, 1988; Van Maanen et al., 1982) e "teoria fundada" (Strauss & Corbin, 1990). Tipicamente, estes métodos relacionados evitam deliberadamente especificar qualquer proposição teórica n o princípio de um inquérito. Como resultado, os estudantes pensam erradamente que ao usarem o método do estudo do caso, podem proceder rapidamente à fase de recolha de dados do seu trabalho, e têm sido encorajados a fazer os seus "contactos de campo ", tão rapidamente quanto possível. Nenhum aconselhamento poderia ser mais enganador. Entre outras considerações, os contactos de campo relevantes dependem de compreensão - ou teoria - daquilo que está a ser estudado.

Desenvolvimento da Teoria. Para estudos de caso, o desenvolvimento da teoria como parte do plano de fase é essencial, quer o objectivo resultante do caso seja desenvolver ou testar teoria. Usar o estudo de caso na implementação de uma nova gerência do sistema de informação (MIS) como um exemplo (Markus, 1983), o ingrediente mais simples de uma teoria é a afirmação com as que se seguem:

O estudo do caso mostrará porque é que a implementação apenas teve sucesso quando a organização foi capaz de se auto reestruturar, e não apenas revestir o novo MIS sobre a velha estrutura organizacional. (Markus, 1983)

A afirmação apresenta a carapaça de uma teoria da implementação MIS - isto é, que e restruturação organizacional é necessária para fazer o trabalho de implementação MIS.

Usando o mesmo caso, um ingrediente adicional pode ser a seguinte afirmação:

O estudo do caso irá também mostrar porquê a simples substituição das pessoas chave não foi suficiente para a implementação Ter sucesso. (Markus, 1983)

Esta segunda afirmação apresenta a carapaça de uma teoria rival - isto é, que a implementação MIS falha devido à resistência de mudar sobre a

parte de pessoas individuais, e que a substituição de tais pessoas é o único requisito para a implementação ter sucesso.

Pode ver que , como estes dois ingredientes iniciais são elaborados, as ideias afirmadas irão crescentemente cobrir as questões, proposições, unidades de análise, lógica ligando dados a proposições, e critérios para interpretar as descobertas - isto é, as cinco componentes do plano de investigação necessário. Neste sentido, o plano completo de investigação corporiza uma " teoria " daquilo que está a ser estudado. Este teoria deveria de maneira nenhuma ser considerada com a formalidade de grandes teorias nas ciências sociais, nem estão a ser perguntadas para a uma teorização de mestrado. Em vez disso, o único objectivo é Ter a cópia heliográfica para o seu estudo, e isto requer proposições teóricas. Então, o plano de investigação completo irá fornecer aconselhamento surpreendentemente forte em determinar que dados recolher e as estratégias para analisar os dados. Por esta razão, o desenvolvimento da teoria anterior à recolha de dados de qualquer estudo de caso é um passo essencial ao fazer estudos de caso

No entanto, o desenvolvimento da teoria demora tempo e pode ser dificil (Eisenhardt, 1989). Para alguns temas, trabalhos existentes podem fornecer uma estrutura teórica rica para planear um estudo de caso específico. Se está interessado no desenvolvimento da economia internacional, por exemplo, o trabalho de Peter Drucker " A Economia do Mundo Mudado " (1986) é uma fonte excepcional de teorias e hipóteses. Drucker advoga que a economia mundial mudou significativamente desde o passado. Ele aponta para a separação entre a economia de produtos primários (matérias primas) e economia industrial, uma separação semelhante entre os custos baixos do trabalho e a produção de manufactura, e a separação entre mercados financeiros e a economia real de bens e serviços. Para testar estas proposições podem ser necessários estudos diferentes, alguns concentrando - se nas diferentes separações, outros concentrando - se nas indústrias específicas. E ainda outros explicando o compromisso de países específicos. Cada estudo diferente provavelmente precisar de uma unidade de análise diferente. E estrutura teórica de Drucker forneceria aconselhamento para planear estes estudos e até mesmo para recolher dados relevantes.

Em outras situações, a teoria apropriada pode ser uma teoria descritiva (ver CAIXA 6, e também CAIXA 1 para outro exemplo), e a sua preocupação deveria concentrar - se em assuntos como a) o objectivo do esforço descritivo, b) o alcance total, mas realista dos temas que podem ser considerados uma descrição "completa "daquilo que está a ser estudado, e c) os temas possíveis que serão a essência da descrição. Boas respostas a estas perguntas, incluindo os pensamentos lógicos que sustentam as respostas, irão ajudá - lo bastante na direcção de desenvolver a base teórica necessária - e plano de investigação - para o seu estudo.

Para outros temas ainda, a base de conhecimento existente pose ser pobre, e a bibliografia disponível não irá fornecer uma estrutura conceptual ou hipóteses de nota. Tal base de conhecimento não se empresta ao desenvolvimento de boas afirmações teóricas, e qualquer estudo empírico novo é passível de assumir a característica de ser um estudo " exploratório ". Mesmo assim, como notado anteriormente com o caso ilustrativo da CAIXA 4, mesmo um estudo de caso exploratório deveria ser precedido por afirmações sobre a) o que deve ser explorado, b) o objectivo da exploração, e c) os critérios pelos quais a exploração será julgada com sucesso.

CAIXA 6 Usar uma Metáfora para Desenvolver Teoria Descritiva

Se os 4 países - as colónias americanas, Rússia, Inglaterra e França - todos tomaram percursos semelhantes de acontecimentos durante as suas revoluções políticas mais importante é o tema do famosos estudo histórico de Crane Brinton - *A Anatomia de uma Revolução* (1938). Localizar e analisar estes acontecimentos é feito de uma maneira descritiva, pois o objectivo do autor não é tanto explicar as revoluções, mas determinar se elas seguiram cursos semelhantes.

Esta análise de " contra - caso " revela semelhanças mais importantes: todas as sociedades estavam na actualização, economicamente; havia antagonismos de classe amargos; os intelectuais desertavam de posições de liderança; a maquinaria do governo não era eficiente; e a classe governante exibia comportamentos imorais exibidores, dissolutos e ineptos (ou os três). No entanto, em vez de confiar somente nestes "factores" de abordagem para a descrição, o autor também desenvolve a metáfora de um corpo humano sofrendo de uma febre como uma maneira de descrever o padrão de acontecimentos ao longo do tempo. O autor usa o padrão cíclico de febre e arrepios, elevado a um ponto crítico e seguido de uma falsa

Tipos ilustrativos de teorias. Em geral, para ultrapassar as barreiras da teoria do desenvolvimento, deveria tentar preparar - se para o seu caso de estudo fazendo coisas como rever a bibliografia relacionada com aquilo que gostaria de estudar (ver também Cooper, 21984); discutir o seu tema e ideias com colegas ou professores; e pôr a si próprio questões desafiadoras sobre aquilo que está a estudar, porque é que se está a propor para fazer este estudo, e o que espera aprender como resultado do estudo.

Como algo mais a lembrar, deveria estar consciente do alcance total de teorias que poderiam ser relevantes para o seu estudo. Por exemplo, note que o exemplo MIS ilustra a teoria de implementação " MIS", e que isto é apenas um tipo de teoria que pode ser objecto de estudo. Outros tipos de teorias para você considerar inclui o seguinte:

- Teorias individuais por exemplo, teorias de desenvolvimento individual, comportamento cognitivo, personalidade, aprendizagem e incapacidade, percepção individual, e interacções pessoais.
- Teorias de grupo por exemplo, teorias de funcionamento familiar, grupos informais, equipas de trabalho, coordenação de supervisores de empregados, e redes de trabalho interpessoais.
- Teorias organizacionais por exemplo, teorias de burocracias, estruturas organizacionais e funções, excelência na performance organizacional (ex.: Harrison, 1987), e parcerias interorganizacionais
- Teorias sociais por exemplo, teorias de desenvolvimento urbano, e funções do mercado de trabalho.

Outros exemplos vão através alguns deste tipos ilustrativos. A teoria de tomada de decisão (Carroll & Johnson, 1992), por exemplo, pode envolver indivíduos, organizações, ou grupos sociais. Como outro exemplo, um tema comum de estudos de caso é a avaliação de programas apoiados publicamente, tal como programas federias, estatais, ou locais. Nesta situação, o desenvolvimento de uma teoria de como um programa é suposto funcionar é essencial para o plano da avaliação, mas tem sido normalmente sub - enfatizado no passado (Bickman, 1987). De acordo com Bickman, os

analistas têm frequentemente confundido a teoria da implementação do programa (ex.: como instalar um programa eficaz). Onde os elaboradores de políticas querem saber os passos substancialmente desejados (ex.: descrever um curriculum novo eficaz), a análise infelizmente recomendada de passos de gerência (ex.: contrate um bom director de projectos). Esta incompatibilidade pode ser evitada dando atenção mais próxima à teoria substantiva

Generalizar dum estudo de caso para teoria. O desenvolvimento da teoria não facilita apenas a fase de recolha de dados do estudo de caso resultante. A teoria apropriadamente desenvolvida é também o nível a que a generalização do estudo de caso ocorre. Este papel da teoria tem sido caracterizado ao longo deste livro com " generalização analítica " e tem sido contrastado com outra forma de generalizar resultados, conhecido como " generalização estatística ". Compreender a distinção entre estes dois tipos de generalização pode ser o seu desafio mais importante ao fazer estudos de caso.

Tomemos a forma mais normalmente reconhecida de generalização - " generalização estatística " - primeiro, embora seja a menos relevante para fazer estudos de caso. Em generalização estatística, uma inferência é feita sobre uma população (ou universo) baseada nos dados empíricos recolhidos sobre a amostra. Isto é mostrado como um *Nível Um de Inferência* na Figura 2.2. este método de generalizar é comummente reconhecido porque os pesquisadores da investigação têm acesso pronto a formulas para determinar a confiança com a qual as generalizações podem ser feitas, dependendo maioritariamente do tamanho e variação interna dentro do universo e amostra. Mais, esta é a maneira mais comum de generalizar quando se fazem vigilâncias ((ex.: Fowler, 1988; Lavrakas, 1987), e é uma parte integral (embora não a única) de generalizar experiências.

Uma falha fatal ao fazer estudos de casos é conceber a generalização estatística como o método de generalizar os resultados do caso. Isto acontece porque os casos não são " unidades de amostras " e não deveria ser escolhidos por esta razão. Em vez disso, estudos de casos individuais são para serem seleccionados como um investigador laboratorial selecciona o tema de uma nova experiência. Casos múltiplos, neste sentido, deveria ser

considerados como experiências múltiplas (ou vigilâncias múltiplas. Sob estas circunstâncias, o método de generalização é " generalização analítica ", na qual uma teoria previamente desenvolvida é usada como um suporte com o qual comparar os resultados empíricos do estudo do caso. Se dois ou mais casos são mostrados para apoiar a mesma teoria, pode haver replicação. Os resultados empíricos podem ser considerados ainda mais potentes se dois ou mais caos apoiarem a mesma teoria, mas não apoiam um teoria *rival*, igualmente plausível. Graficamente, este tipo de generalização é mostrada com Inferência Nível Dois na figura 2.2.

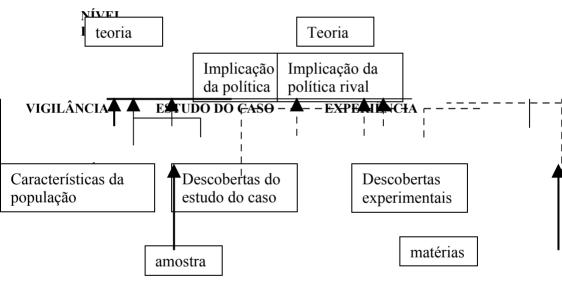


Figura 2.2 Fazer inferências: Dois Níveis FONTE: COSMOS corporação.

A generalização analítica pode ser usada quer o estudo do caso envolva um ou vários casos, o que será referenciado mais tarde como estudos de casos simples ou casos múltiplos. Mais, a lógica de replicação e a distinção entre a subsequente conduta estatística do estudo do caso, e não

apenas ao princípio. Neste sentido, " planos de Trabalho " realmente continuam para além dos planos iniciais.

Constructo de Validade

Este primeiro teste é especialmente problemático no estudo de caso de investigação. Pessoas que têm sido críticas dos estudos de caso frequentemente apontam para o facto que um investigador de estudo de caso falha a desenvolver um conjunto suficientemente operacional de medidas e que julgamentos " subjectivos " são usados para recolher os dados. Tome um exemplo como estudar " a mudança de bairro" - um tema comum de estudo de caso

Ao longo dos anos, preocupações têm surgido sobre como certos bairros urbanos mudaram o seu aspecto. Qualquer caso de estudos de caso tem examinado os tipos de mudanças e as suas consequências. No entanto, sem nenhuma especificação anterior dos acontecimentos operacionais significativos que constituem a " mudança ", um leitor não pode dizer se as mudanças registadas num estudo de caso reflecte genuinamente acontecimentos críticos num bairro ou se eles são baseados nas impressões apenas de um investigador.

A mudança num bairro pode na verdade cobrir uma vasta variedade de fenómenos: viragens raciais, deteorização das habitações e abandono, mudanças no padrão de serviços urbanos, mudanças nas instituições económicas de um bairro, ou a viragem de residentes de rendimentos baixos para médios em bairros de " pequena nobreza ". Para encontrar o teste de constructo de validade, um investigador tem de estar certo de cobrir dois passos:

- 1. Seleccionar os tipos específicos de mudanças a serem estudadas (em relação aos objectivos gerias do estudo) e
- 2. Demonstrar que as medidas seleccionadas destas mudanças reflectem na verdade os tipos específicos de mudança que foi seleccionada.

Por exemplo, suponha que satisfez o primeiro passo, afirmando que planeia estudar o aumento do crime no bairro. O segundo passo agora exige que você também justifique porque é que está a usar crimes relatados pela

polícia (o qual é a medida standard usada nos Relatórios de Crimes de Uniforme do FBI) como a sua medida de crime. Talvez esta não seja uma medida válida, dado que grandes proporções de crimes não são relatadas à polícia.

Como a Figura 2.3 mostra para fazer estudos de caso, três tácticas estão disponíveis para aumentar o constructo da validade. a primeira é o uso de *fontes múltiplas de provas*, numa maneira que encoraja linhas convergentes de inquérito, e esta táctica é relevante durante a recolha de dados (ver Cap.4). Uma Segunda táctica é estabelecer uma *cadeia de provas*, também relevante durante a recolha de dados (ver Cap. 4) a terceira táctica é ter a corrente do relatório do estudo do caso revisto por informantes chave (um procedimento descrito mais à frente no cap. 6 .

Validade Interna

Este segundo teste tem recebido grande atenção em investigação experimental e quasi - experimental (ver Campbell & Stanley, 1966; Cook & Campbell, 1979). Numerosas *ameaças* à validade têm sido identificadas, principalmente lidando com efeitos falsificados. No entanto, porque tantos livros de leitura já cobriram este tema, precisam de ser feitos apenas dois pontos.

Primeiro, a validade interna é uma preocupação apenas para estudos de caso causais (ou explanatórios), nos quais um investigador incorrectamente conclui que há uma relação causal entre x e y sem saber que algum terceiro factor - z - pode realmente Ter causado o y, o plano de investigação falhou em lidar com algumas ameaças à validade interna. Note que esta lógica não é aplicável a estudos descritivos ou exploratórios (quer os estudos sejam estudos de caso, vigilâncias ou experiências), as quais não estão preocupadas em fazer afirmações causais.

Segundo, a preocupação sobre a validade interna, para a investigação do estudo do caso, pode ser alargada a um problema mais vasto de fazer inferências. Basicamente, um estudo de caso envolve uma inferência sempre que um acontecimento não pode ser directamente observado. Assim, um investigador irá " inferir " que um acontecimento particular resultou de algumas ocorrências anteriores, baseadas em entrevistas e documentários recolhidos como parte de um estudo de caso. Está a inferência correcta?

Foram tidas todas as explicações rivais e possibilidades em consideração? A prova é convergente? Aparenta ser hermética? Um plano de investigação que antecipou estas questões começou a lidar com o problema geral de fazer inferências e assim o problema específico da validade interna.

No entanto, as tácticas específicas para alcançar este resultado são dificeis de identificar. Isto é especialmente válido ao fazer estudos de caso. Como um conjunto de sugestões, a Figura 2.3 mostra que a táctica analítica de *ligação - de - padrões*, já falada mas para ser descrita no cap. 5, é uma maneira de resolver a validade interna. Duas tácticas analíticas relacionadas, *construção - de -explicações* e *análise -de- séries -de -tempo*, também descritas no cap.5.

Validade Externa

O terceiro teste lida com o problema de saber se as descobertas de um estudo são generalizáveis para além do caso imediato. No contexto mais simples, se um estudo de mudança de bairro se concentrasse num bairro, os resultados são aplicáveis a outro bairro? O problema da validade externa tem sido uma grande barreira em fazer estudos de caso. Os críticos afirmam tipicamente que estudos de caso simples oferecem uma base pobre de generalização. No entanto, tais críticos estão implicitamente a contrastar a situação com a investigação de vigilância, na qual uma " amostra " (se seleccionada correctamente) prontamente se generaliza a um universo maior. Esta analogia a amostras e universos é incorrecta quando se lida com estudos de caso. Isto é porque a investigação de vigilância se baseia na generalização estatística, ao passo que os estudos de caso (assim como as experiências) se baseiam em generalizações analíticas. Na generalização analítica, o investigador está a esforçar - se para generalizar um conjunto particular de resultados a algumas teorias mais alargadas (ver CAIXA 7).

Por exemplo, a teoria da mudança de bairro que conduziu a um estudo de caso , em primeiro lugar, é a mesma teoria que ajudará a identificar os outros casos, aos quais os resultados estão generalizados. Se um estudo se tivesse concentrado na "pequena nobreza "(ver Auger, 1979), o procedimento para seleccionar um bairro para estudo também terá identificado aqueles tipos de bairro dentro dos quais a "pequena nobreza "estava a ocorrer. Em princípio, as teorias sobre mudanças em todos estes

bairros seriam o alvo para o qual os resultados poderiam depois ser generalizados.

A generalização não é automática, no entanto, . Uma teoria tem de ser testada através de replicações das descobertas num segundo ou até mesmo terceiro bairro, onde a teoria tenha especificado que os mesmos resultados aconteceriam. Uma vez feita tal replicação , os resultados poderão ser aceites por um número muito maior de bairros semelhantes, embora mais replicações não tenham sido executadas. Esta *lógica de replicação* é a mesma que sustenta o uso de experiências (e permite aso cientistas generalizar de uma experiência para outra) e, como mostrado na Figura 2.3, será discutido mais à frente neste capítulo na secção de planos de casos múltiplos.

CAIXA 7 Como os Estudos de Caso Podem Ser generalizado para Teoria

Uma queixa comum sobre os estudos de caso é que é dificil generalizar de um caso para outro. Assim, os analistas caem na armadilha de tentar seleccionar um caos ou um conjunto de casos " representativos". No entanto, nenhum conjunto de casos, não importa quão grande, é passível de lidar satisfatoriamente com a queixa.

O problema está na noção de generalizar a outros estudos de caso. Em vez disso, um analista deveria tentar generalizar as descobertas à " teoria ", análogo às formas como um cientista generaliza descobertas a uma " teoria ". (Note que o cientista não tenta seleccionar experiências " representativas ".)

Esta abordagem está bem ilustrada por Jane Jacobs no seu famoso livro, *A Vida e a Morte das Grandes Cidades Americanas* (1961). O livro é baseado maioritariamente em experiências da cidade de Nova Iorque. No entanto, o tema do capítulo, em vez de reflectir as experiências simples de Nova Iorque, cobre assuntos teóricos muito mais alargados no planeamento urbano, tal como o papel dos passeios, o papel dos parques do bairro, a necessidade de usos primários misturados, a necessidade de pequenos quarteirões, e os processo de visitas a bairros de lata e a bairros normais. No agregado, estes assuntos representam de facto a construção da teoria do planeamento da urbanização.

Fiabilidade

A maioria das pessoas já estão provavelmente familiarizadas com este teste final. O objectivo é ter a certeza que, se um investigador mais tarde seguisse exactamente os mesmos procedimentos como descritos por um investigador anterior e conduzisse o mesmo estudo de caso todo outra vez, este último investigador deveria chegar às mesmas descobertas e conclusões. (Note que a ênfase está em fazer o *mesmo* caso mais uma vez, não em " replicar " os resultados de um caso, fazendo *outro* estudo de caso). O objectivo da fiabilidade é minimizar os erros e preconceitos num estudo.

Um pré - requisito para permitir este outro investigador repetir um anterior estudo de caso é a necessidade de documentar os procedimentos seguidos no caso anterior. Sem tais documentos, não poderia sequer repetir o seu próprio trabalho (o qual é outra maneira de lidar com a fiabilidade). No passado, os procedimentos da investigação de estudo de caso têm sido pobremente documentados, tornando os espectadores externos duvidosos da fiabilidade do estudo do caso. Como remédios, o cap.3 irá discutir o uso do protocolo de estudo de caso para lidar com o problema de documentação em detalhe, e o cap. 4 irá descrever outra táctica, o desenvolvimento de uma base de dados de estudos de caso.

A maneira geral de abordar o problema da fiabilidade é fazer tantos passos como operacionais quanto possível e conduzir a investigação como se alguém estivesse sempre a olhar por cima do seu ombro. Na contabilidade e guarda de livros, tem -se sempre presente que qualquer cálculo pode ser alvo de uma auditoria. Neste sentido, um auditor está também a realizar a verificação da fiabilidade e deve ser capaz de produzir os mesmos resultados se os mesmos procedimentos forem seguidos. Uma boa linha guia para fazer estudos de caso é então conduzir a investigação de modo a que um auditor possa repetir os procedimentos e chegar aos mesmos resultados.

Sumário. Quatro testes podem ser considerados relevantes no julgamento da qualidade de um plano de investigação. Ao planear e fazer

estudos de caso, várias tácticas estão disponíveis para lidar com estes testes, embora nem todas as tácticas ocorram durante a fase formal do planeamento do estudo de caso. Algumas tácticas ocorrem durante a recolha de dados, análise de dados, ou fases de composição da investigação e são por isso descritas com maior detalhe nos cap. subsequentes deste livro.

PLANOS DE ESTUDOS DE CASO

Estas características gerais de planos de investigação servem como um antecedente para considerar os planos específicos de estudos de caso. Quatro tipos de planos irão ser discutidos, baseados numa matriz 2 X 2 (ver Figura 2.4) A matriz assume que estudos de casos simples e casos múltiplos reflectem diferentes situações de plano e que, dentro destes dois tipos, pode também haver unidades de análise unitárias ou múltiplas. Assim, para a estratégia de estudo de caso, os quatro tipos de planos eram a) planos de casos simples (holísticos), b) planos de casos simples (embutidos), c) planos de casos múltiplos (holísticos) e d) planos de casos múltiplos (embutidos). O pensamento lógico para estes quatro tipos de planos é como se segue.

Quais são os Potenciais Planos de Caso - Simples ?

Pensamento lógico para planos de caso simples. Uma distinção primária no planeamento de estudos de caso é entre planos de casos simples e múltiplos. Isto significa a necessidade de uma decisão, anterior a qualquer recolha de dados, em relação a se estudos de caso simples ou casos múltiplos vão ser usados para responder a questões de investigação.

O estudo de caso - simples é um plano apropriado sob várias circunstâncias. Primeiro, lembre - se que um estudo de caso simples é análogo a uma experiência simples, e muitas das mesmas condições que justificam uma experiência simples também justificam um estudo de caso simples. Um pensamento lógico para um caso simples é quando ele representa o *caso crítico* a testar uma teoria bem formulada (mais uma vez, note a analogia com a experiência crítica). A teoria especificou um conjunto claro de proposições assim como as circunstâncias dentro das quais as proposições são tidas como válidas. Para confirmar, desafie, ou alargue a

teoria, poderá existir um caso simples, que vai de encontro a todas as condições de testar a teoria. O caso simples pode então ser usado para determinar se as proposições de uma teoria estão correctas ou se alguns conjuntos alternativos de explicações podem ser mais relevantes. Desta maneira, como a comparação de Graham Allison das três teorias de funcionamento burocrático e a crise do míssil Cubano (descrito no cap.1, CAIXA 2), o caso simples pode representar uma contribuição significativa para o conhecimento e construção da teoria. Tal estudo pode até ajudar a reconcentrar futuras investigações num campo inteiro. (ver CAIXA 8 para outro exemplo, no campo da inovação organizacional).

	Planos de caso - simples	Planos de casos - múltiplo
holístico (unidade simples de análise)	TIPO 1	TIPO 3
embutido (unidades múltiplas de análise)	TIPO	TIPO 4

Figura 2.4 Tipos básicos de Planos de Estudos de Caso FONTE: COSMOS corporação

Um segundo pensamento lógico para um caso simples é um no qual o caso representa um *caso extremo ou único*. Isto tem normalmente sido a situação na psicologia clínica, na qual um ferimento específico ou desordem pode ser tão raro que qualquer caso simples vale a pena documentar e analisar. Por exemplo, um síndroma clínico raro é a incapacidade de certos

pacientes clínicos reconhecerem caras familiares. Dadas apenas algumas pistas visuais, tais pacientes são incapazes de reconhecer os entes queridos, amigos, fotografías de pessoas famosas, ou (em alguns casos) a sua própria imagem ao espelho. Este síndroma aparenta ser devido a algumas lesões físicas do cérebro. No entanto, o síndroma ocorre tão raramente que os cientistas têm sido incapazes de estabelecer quaisquer padrões comuns (Yin, 1970, 1978). Em tais circunstâncias, o estudo do caso simples é um plano de investigação apropriado sempre que uma nova pessoa com este síndroma - conhecido como prosopagnosia - é encontrada. O estudo do caso documentaria as capacidades e incapacidades da pessoa para determinar a natureza precisa do défice de reconhecimento da cara mas também para assegurar se existem desordens relacionadas.

Um terceiro pensamento lógico para o estudo de um caso simples é o caso revelatório. Esta situação existe quando um investigador tem uma oportunidade de observar e analisar um fenómeno anteriormente inacessível à investigação científica, tal como o Street Corner Society de Whyte, anteriormente descrito no cap.1, CAIXA 1. Um exemplo mais tardio é o famoso caso de estudo de Elliot Liebow de negros desempregados, Tally's Corner (ver CAIXA 9). Liebow teve a oportunidade de conhecer homens num bairro de Washington, DC, e aprender sobre as suas vidas diárias. As suas observações de e perspectivas do problema de desemprego formaram um estudo de caso significativo, porque poucos cientistas sociais tinham tido anteriormente a oportunidade de investigar estes problemas, embora os problemas fossem comuns por todo o país (como distinguido do caso raro ou único). Quando outros investigadores tem tipos semelhantes de oportunidades e podem revelar alguns fenómenos prevalentes anteriormente inacessíveis aos cientistas, tais condições justificam o uso do estudo do caso simples, baseando -se na sua natureza revelatória.

Estes três pensamentos lógicos servem como razões mais importantes para conduzir um estudo de caso simples. Há outras situações, nas quais o estudo do caso simples pode ser conduzido como um prelúdio para estudos seguintes, tal como o caso de estudos de caso como projectos exploratórios ou tal como a condução de um caso piloto que é o primeiro de um estudo de caso múltiplo. No entanto, nestas últimas instâncias, o estudo do caso simples não ser tido em consideração como um estudo completo por si só.

Seja qual for o pensamento lógico para fazer casos simples (e pode haver mais do que os três aqui mencionados), a vulnerabilidade potencial do plano de caso simples é que um caso pode mais tarde revelar - se não como o caso que se pensou ser no início. Os planos de casos simples requerem por isso investigação cuidadosa do caso potencial para minimizar as oportunidades de representação errónea e para maximizar o acesso necessário para recolher as provas do estudo do caso. Um aviso justo é não se comprometer com um caso simples até que estas preocupações maiores tenham sido cobertas.

Estudos de caso holísticos versus embutidos. O mesmo estudo de caso pode envolver mais do que uma unidade de análise. Isto ocorre quando, dentro de um caso simples, também é dada atenção a uma sub - unidade ou sub unidades (ver CAIXA 10). Por exemplo, mesmo que um estudo de caso possa ser sobre um único problema público, as análises podem incluir resultados de projectos individuais dentro do programa (e possivelmente mesmo algumas análises quantitativas de grandes números de projectos). Num estudo organizacional, as unidades embutidas podem ser unidades de " processo " - tais como reuniões, papeis ou localizações. Em qualquer destas situações, estas unidades embutidas podem ser seleccionadas através de ou técnicas de agrupamento (McClintock, Independentemente das unidades seleccionadas, os planos resultantes seriam chamados de planos de estudo de caso embutido (ver Figura 2.4, TIPO 2). Em contraste, se o estudo de caso examinasse apenas a natureza global de um programa ou de uma organização, um plano holístico teria sido usado (ver Figura 2.4, Tipo 1).

Ambas as variações de estudos de caso simples têm diferentes forças e fraquezas. O plano holístico é vantajosos quando não podem ser identificadas quaisquer sub - unidades e quando a teoria relevante que sustenta o estudo do caso é em si própria de natureza holística. Problemas potenciais surgem, no entanto, quando uma abordagem global permite um investigador evitar examinar qualquer fenómeno específico em detalhe operacional. Outro problema típico com o plano holístico é que o caso inteiro pode ser conduzido a um nível abstracto, sem qualquer medidas ou dados claros.

Um outro problema com o plano holístico é que a natureza inteira do estudo do caso pode mudar, desconhecida para o investigador, durante o

decurso do estudo. As questões iniciais do estudo podem Ter reflectido uma orientação, mas à medida que o estudo de caso avança, uma orientação diferente pode surgir, e as provas começam a apontar questões diferentes. Embora algumas pessoas tenham afirmado que tal flexibilidade é uma força da abordagem do estudo do caso, de facto, o maior criticismo de estudos de caso é baseado neste tipo de mudança - na qual o plano de investigação original já não é apropriado para as questões de investigação a serem perguntadas (ver Yin, Bateman & Moore, 1983). Devido a este problema, tal diminuição de trabalho inesperadas precisa de ser evitada: se as questões de investigação relevantes mudam realmente, deverá simplesmente começar de novo, com um novo plano de investigação. Uma maneira de aumentar a sensibilidade para tal diminuição de trabalho é ter um conjunto de sub unidades. Com tais sub - unidades, um plano embutido pode servir como um esquema para concentrar um inquérito de estudo de caso.

CAIXA 10 Um Plano de Caso Simples, Embutido

União Democrática (1956) é um estudo de caso altamente considerado por três académicos eminentes - Seymour Martin Lipset, Martin Trow, e James Coleman. O estudo de caso é sobre as políticas internas da União Tipográfica Internacional e *envolve* várias unidades de análise (ver a seguinte tabela p.43). A unidade principal era a organização como um todo, a unidades mais pequena era o membro individual., e várias unidades intermediárias eram também importantes. A cada nível de análise, técnicas diferentes de recolha de dados foram usadas, indo de vigilância histórica a vigilância de análises.

Um plano embutido, no entanto, também tem algumas armadilhas. A maior ocorre quando o estudo do caso se concentra apenas no nível da sub-unidade e falha em voltar - se para a análise de unidades maiores. A avaliação de um programa que inclui as características do projecto como uma sub - unidade de análise, por exemplo, torna - se um estudo de projecto se não é feita nenhuma investigação à unidade maior - isto é, o " programa" . semelhantemente, um estudo de clima organizacional pode

envolver empregados individuais como uma sub - unidade de estudo. No entanto, se os dados se concentrarem apenas em empregados individuais, o estudo irá de facto tornar - se um estudo de desemprego e não organizacional. O que aconteceu foi que o fenómeno original de interesse (clima organizacional) se tornou o contexto e não o alvo do estudo.

Sumário. Casos simples são um plano comum para fazer estudos de caso, e dois tipos têm sido descritos: aqueles que usam planos holísticos e aqueles que usam unidades de análise embutidas. No geral, o plano de caso simples é eminentemente justificável sob certas circunstâncias - onde o caso representa um teste crítico da teoria existente, onde o caso é um acontecimento raro ou único, ou onde o caso serve um objectivo revelatório.

Um passo importante em planear e conduzir um caso simples é definir a unidade de análise (ou o caso em si). Uma definição operacional é necessária e algumas precauções devem ser tomadas - antes de um compromisso total ao caso completo de estudo ser tomado - para assegurar que o caso é relevante para os assuntos e questões de interesse.

Dentro do caso simples podem ainda ser incorporadas sub - unidades de análise, para que um plano mais complexo - ou embutido seja desenvolvido. As sub-unidades podem frequentemente adicionar oportunidades significativas para análises extensivas, realçando as perspectivas do caso simples. No entanto, se for dada muita atenção a estas sub - unidades, e se os maiores aspectos holísticos do caso começarem a ser ignorados, o estudo do caso em si terá mudado a sua orientação e mudado a sua natureza. Esta mudança pode de facto ser justificável, mas deveria não ser uma surpresa para o investigador.

Quais São os Potenciais Planos de Casos Múltiplos?

O mesmo estudo pode conter mais do que um caso simples. Quando isto ocorre, o estudo tem de usar o plano de caso múltiplo, e tais planos aumentaram em frequência nos últimos anos. Um exemplo comum é um estudo de inovações escolares (tais como salas de aula abertas, professores auxiliares ou nova tecnologia) nas quais as inovações independentes ocorrem em diferentes sítios. Assim cada sítio pode ser a matéria de um estudo de caso individual, e o estudo como um todo terá usado um plano de caso múltiplo.

Planos de casos simples - versus múltiplos. Em alguns campos, os estudos de casos múltiplos têm sido considerados uma "metodologia" diferente dos estudos de caso simples. Por exemplo, tanto a antropologia com as ciências políticas desenvolveram um conjunto de pensamentos lógicos para fazer estudos de casos simples e um segundo conjunto para fazer o que tem sido considerado estudos " comparativos" (ou caso múltiplo) (ver Eckstein, 1975; George, 1979). A partir da perspectiva deste livro, no entanto, a escolha entre planos de estudos de caso simples e caso múltiplo continua dentro da mesma estrutura metodológica - e nenhuma distinção alargada é feita entre o chamado estudo de caso clássico (isto é, simples) e estudos de casos múltiplos. A escolha é considerada uma dos planos de investigação, com ambos sendo incluídos sob a estratégia de estudo do caso

Os planos de caso múltiplos têm vantagens e desvantagens distintas em comparação com planos de caso simples. As provas de casos múltiplos são frequentemente consideradas mais forçadas, e o estudo geral é por isso visto como sendo mais robusto (Herriot & Firestone, 1983). Ao mesmo tempo, o pensamento lógico para planos de caso simples normalmente não podem ser satisfeitos por casos múltiplos. O caso não normal ou raro, o caso crítico, e o caso revelatório são todos passíveis de envolver apenas casos simples, por definição. Mais, a conduta de um estudo de caso múltiplo requer recursos extensos e tempo para além dos meios de um único estudante ou investigador independente.

Por isso, a decisão de realizar 4 estudos de casos múltiplos não pode ser levada levemente. Cada caso deveria servir um objectivo específico dentro do objectivo geral do inquérito. Aqui, *uma perspectiva maior é considerar casos múltiplos como se considerariam experiências múltiplas* - isto é, seguir a lógica da " replicação ". Isto é de longe diferente de uma analogia errada do passado, a qual incorrectamente considerou os casos múltiplos matérias *dentro* de uma experiência) - isto é, para seguir uma " amostragem " lógica. As diferenças metodológicas entre estes dois pontos de vista são reveladas pelos diferentes pensamentos lógicos que sustentam a replicação como oposta à lógica da amostragem.

Replicação, não levantamento de amostras lógico, para estudos de caso múltiplos. A lógica de replicação é análogo à usada nas experiências

múltiplas (ver Hersen & Barlow,1976). Assim, se se tem acesso apenas a três casos de um síndroma raro, clínico em psicologia ou ciência médica, o plano de investigação apropriado é um no qual os mesmos resultados são previstos para cada um dos três casos, produzindo assim provas que os três casos realmente envolveram o mesmo síndroma. Se resultados semelhantes são obtidos dos três casos, a replicação é dita como tendo ocorrido. Esta replicação lógica é a mesma quer se esteja a repetir certas experiências críticas, é limitada a poucos casos devido à despesa ou dificuldade de realizar uma preparação cirúrgica em animais, ou é limitada pela raridade de ocorrência de um síndroma clínico. Em cada uma destas situações, um caso individual ou matéria é considerado aparentado a apenas uma experiência, e a análise deve seguir contra - experiências em vez de planos de experiências - dentro e lógica.

A lógica que sustenta o uso de estudos de caso múltiplos é a mesma. Cada caso deve ser cuidadosamente seleccionado de modo a que ou a) preveja resultados semelhantes (uma replicação literal) ou produza resultados contrastantes mas por razões previsíveis (uma replicação teórica). A capacidade de conduzi 6 ou 10 estudos de caso, arranjados eficazmente dentro dum plano de caso múltiplo, é análogo à capacidade de conduzir 6 ou 10 experiências sobre temas relacionados.; alguns casos (2 ou 3) iriam ser replicações literais, ao passo que alguns outros caso (4 a 6) poderiam ser planeados para perseguir dois padrões diferentes de replicações teóricas. Se todo estes casos se tornassem previsíveis , estes 6 a 10 casos, no agregado, teriam fornecido apoio forçado para o conjunto inicial de proposições. Se os casos se de alguma maneira contraditórios, as proposições iniciais devem ser revistas e re - testadas com outro conjunto de casos. Mais uma vez, esta lógica é semelhante à maneira como os cientistas lidam com descobertas experimentais contraditórias.

Um passo importante em todos estes procedimentos de replicação é o desenvolvimento duma estrutura teórica rica. E estrutura necessita de afirmar as condições sob as quasi um fenómeno particular é passível de ser encontrado (uma replicação literal), assim como as condições quando não é passível de ser encontrado (uma replicação teórica) . E estrutura teórica torna - se mais tarde o veículo para generalizar a novos casos, mais uma vez semelhante ao papel representado em planos de contra - experiência. Para além disso, assim como a ciência experimental, se alguns dos casos

empíricos não funcionam como previsto, uma modificação deve ser feita à teoria. Lembre - se também que as teorias podem ser práticas, e não apenas.

CAIXA 11 Estudos de Caso Múltiplo E Teorias Politicamente orientadas

O mercado internacional dos anos 70 e 80 foi mercado pela proeminência do Japão. Muita da sua força foi atribuída ao papel de planeamento centralizado e apoio de agências governamentais. Em contraste, os Estados Unidos foram considerados como não tendo estruturas complementares de apoio. O excelente estudo de Gregory Hook's (1990) aponta par um exemplo contrastante, frequentemente ignorado por advogados: o papel do Departamento da Defesa dos EUA em implementar uma política de planeamento industrial dentro das indústrias relacionadas com a defesa.

Hooks fornece dados quantitativos em dois casos - a indústria aeronáutica e a indústria da microelectrónica. Uma indústria era muito mais dependente do governo do que a outra. No entanto, em ambos os casos, as provas de Hooks mostram como o departamento da defesa apoiava o desenvolvimento destas indústrias através de apoio financeiro, assegurando a procura e o apoio do R & D.

Para tomar outro exemplo, pode considerar - se a proposição inicial, que um aumento no uso de micro-computadores nos distritos escolares irá acontecer quando tais tecnologias são usadas tanto para aplicações administrativas como instrutivas, mas nunca sozinhas. Para levar a cabo esta proposição num plano de estudo de casos múltiplos, 3 ou 4 casos podem ser seleccionados, nos quais ambos os tipos de aplicação estão presentes, para determinar se, de facto, o uso dos micro-computadores aumentou realmente num período de tempo 8 a investigação estaria a prever uma replicação literal em três ou quatro casos). Três ou quatro casos adicionais poderão ser seleccionados, nos quais apenas estão presentes aplicações administrativas, com a previsão sendo de pouco aumento no uso (prevendo uma replicação teórica). Finalmente, três ou quatro outros casos seriam seleccionados, nos quais apenas instruções instrutivas estão presentes, com a mesma previsão de pouco aumento no uso, mas por diferentes razões do que os casos apenas administrativos (outra replicação teórica). Se todo este padrão de resultados ao longo destes casos múltiplos

for na verdade encontrado, os nove ou doze casos, no agregado, iria fornecer um apoio substancial para a proposição inicial. (ver CAIXA 12 para outro exemplo de plano de replicação de casos múltiplos, mas do campo de estudos urbanos).

Esta replicação lógica, quer aplicada a experiências ou a estudos de casos, deve ser distinguida da amostragem lógica normalmente usada nas vigilâncias. De acordo com a amostragem lógica, um número de respondentes (ou matérias) são assumidos como " representantes " de um conjunto de respondentes (ou matérias), de modo a que os dados de um número mais pequeno de pessoas são vistas como representantes de dados que poderiam ter sido recolhidos do conjunto inteiro.

A amostragem lógica exige uma enumeração operacional de todo o universo ou conjunto dos potenciais respondentes e depois um procedimento estatístico para seleccionar o sub conjunto específico de respondentes a serem observados. Esta lógica é aplicável sempre que um investigador está interessado em determinar a prevalência ou frequência de um fenómeno particular e quando é muito caro ou impraticável observar todo o universo ou conjunto. Os dados resultantes da amostra que é realmente observada são assumidos como reflectindo o universo todo ou o conjunto, com estatísticas inferenciais usadas para estabelecer os intervalos de confiança para os quais esta representação é verdadeiramente fiel.

CAIXA 12 Um Plano de Replicação, Caso Múltiplo

Um problema comum nos anos 60 e 70 era como obter bons conselhos para os governos das cidades. O livro de Peter Szantzon, *Mal Aconselhado* (1981), reviu as experiências de numerosas tentativas da universidade de grupos de investigação para colaborar com os oficiais das cidades.

O livro é um exemplo excelente de um plano de replicação, caso múltiplo. Szanton começa com oito estudos de caso, mostrando como diferentes grupos de universidade todos falharam em ajudar as cidades. Os oito casos de estudo são " replicações "suficientes para convencer o leitor de um fenómeno geral. Szanton fornece depois mais cinco estudos de caso, nos quais grupos mono - universitários também falharam, concluindo que o falhanço, por isso, necessariamente inerente nos empreendimentos académicos. No entanto, um terceiro grupo de casos mostra como os grupos universitários ajudaram com sucesso firmas de negócios e engenharia, e outros sectores para além dos governos das cidades. Um conjunto final de três casos mostra que poucos grupos capazes de ajudar os governos das cidades estavam preocupados coma implementação e não apenas com a produção de novas ideias, levando à conclusão mais importante que os governos das cidades podem ter necessidades peculiares em receber conselhos.

Dentro de cada dos quatros grupos de estudos de casos, Szanton ilustrou o princípio da replicação *litera*l. Através dos quatro grupos, ilustrou a *replicação* teórica. Este plano de caso potente pode e deveria ser aplicado a muitos outros tópicos.

Qualquer aplicação desta lógica de amostragem aos estudos de casos seria deslocada. Primeiro, os estudos de caso não deveriam geralmente se usados para avaliar a incidência de fenómenos. Segundo, um estudo de caso teria de cobrir tanto os fenómenos de interesse e o seu contexto, cedendo um grande número de variáveis potencialmente relevantes. Em troca, isto requereria um número grande impossível de casos - grande demais para permitir qualquer consideração estatística de variáveis relevantes.

Terceiro, se a lógica da amostragem tivesse de ser aplicada a todos os tipos de investigação, muitos temas importantes não poderiam ser empiricamente investigados, tal como no seguinte problema: A sua investigação lida com o papel da presidência dos EUA, e você está interessado em estudar o comportamento do responsável por algumas perspectivas de liderança. A perspectiva de liderança, para ser fiel à complexidade da realidade, deve incorporar dezenas, se não centenas de variáveis relevantes. Qualquer amostragem lógica iria simplesmente ser mal interpretada sob tais circunstâncias, pois houve apenas 42 Presidentes desde o início da República. Para além disso, provavelmente não teria os recursos para conduzir um estudo completo de todos os 42 responsáveis (e mesmo que tivesse. Teria ainda muitas variáveis em relação aos 42 pontos de dados disponíveis). Este tipo de estudo simplesmente não poderia ser feito, seguindo a lógica amostragem; se a lógica da replicação é seguida, no entanto, o estudo é eminentemente fazível.

A abordagem de replicação a estudos de casos múltiplos está ilustrada na Figura 2.5 (esta figura é derivada da investigação do método do estudo do caso; ver Yin. Bateman & Moore, 1983). A figura indica que o passo inicial ao planear o estudo deve consistir de desenvolvimento de teoria e depois mostrar que a selecção do caso e a definição de medidas específicas são passos importantes no processo do plano e recolha de dados. Cada estudo de caso individual consiste num estudo " completo ", no qual as provas convergentes são procuradas tendo em consideração os factos e conclusões para o caso; cada conclusão de caso é depois considerada como

sendo a informação que precisa de replicação por outros casos individuais. Tanto os casos individuais como os resultados dos casos múltiplos podem e devem ser o foco de um relatório sumário. Para cada caso individual, o relatório deveria indicar como e porquê uma proposição particular foi demonstrada (ou não). Através dos casos, o relatório deveria indicar a extensão da lógica da replicação e porquê certos caos eram previstos como tendo certos resultados, ao passo que outros casos - se alguns - foram previstos como tenso resultados contrastantes.

Mais uma vez, a Figura 2.5 retrata uma lógica muito diferente do que a do plano da amostragem. Este é um passo difícil de perceber e é uma discussão extensa que vale a pena discutir com os colegas antes de proceder a qualquer plano de estudo de caso.

Quando se usa um plano de caso múltiplo, uma outra questão que se encontra tem a ver com o *número* de casos considerados necessários ou suficientes para o seu estudo. No entanto, porque a lógica da amostragem não deveria ser usada, os critérios típicos respeitantes ao tamanho da amostra são também irrelevantes. Em vez disso, deveria pensar nesta decisão como uma reflexão do número de replicações de caso - tanto literais como teóricas - que gostaria de ter no seu estudo.

Para o número de replicações literais, uma analogia apropriada dos estudos estatísticos é a selecção do critério para estabelecer níveis de significância. Tal como a escolha de " p>.05 " ou " p< .01 " não deriva de qualquer formula mas é uma questão de escolha discricionária e de julgamento, a selecção do número de replicações depende da certeza que quer ter sobre os resultados do seu caso múltiplo (assim como com os elevados critérios para estabelecer significância estatística, a maior certeza está no número maior de casos). Por exemplo, pode querer decidir - se por duas ou três replicações literais quando as teorias rivais são bastante diferentes e o assunto em mãos não exige um grau excessivo de certeza. No entanto, se os seus rivais têm diferenças subtis ou se você quer um grau mais elevado de certeza, pode decidir - se por 5, 6 ou mais replicações.

Para o número de replicações teóricas, a consideração importante está relacionada com o seu sentido da complexidade do reino da validade externa. Quando não se tem a certeza se as condições externas irão produzir resultados de estudos de caso diferentes, pode querer articular estas condições relevantes mais explicitamente no início do seu estudo e

identificar um número maior de casos a serem incluídos. Por exemplo, no exemplo do bairro usado anteriormente na discussão da validade externa (ver a secção intitulada "Validade Externa"), uma preocupação comum do posição da política de investigação (ex.: Majchzak, 1984 9 é que bairros etnicamente e racialmente diferentes não costumam seguir percursos de mudança semelhantes. Um estudo de "pequena nobreza" quereria por isso incluir pelo menos alguns números de casos que variassem com as linhas étnicas e raciais (de *dentro* de cada tipo de caso, ainda se quereria um mínimo de duas ou três replicações literais).Em contraste, quando as condições externas não são pensadas para produzir muita variação no fenómeno a ser estudado, um número menor de replicações teóricas é necessário

Estudos de casos múltiplos: Holísticos ou embutidos. O facto de que um plano necessita de estudos de caso múltiplos não elimina a variação identificada anteriormente com casos simples: Cada caso individual pode ainda ser holístico ou embutido. Por outras palavras, um estudo de caso múltiplo pode consistir de casos holísticos múltiplos (ver Figura 2.4, Tipo 3) ou de casos embutidos múltiplos (ver Figura 2.4, Tipo 4).

A diferença entre estes dois tipos de planos depende do tipo de fenómenos a serem estudados. Num plano embutido, um estudo pode até necessitar da conduta de uma vigilância no sítio de cada estudo de caso. Por exemplo, supondo que um estudo está preocupado com a entrega de serviços por diferentes centros de saúde mental comunitários (instalações) (ver Larsen, 1982 9. Cada centro pode certamente ser o tema de um estudo de caso; a estrutura teórica pode ditar que nove de tais centros sejam incluídos como estudos de caso, três para replicar um resultado directo (replicação literal) e outros seis para lidar com as condições contrastantes (replicações teóricas).

Em todos os nove centros, um plano embutido é usado porque as vigilâncias dos clientes dos centros serão conduzidas. No entanto, os resultados de cada vigilância não será concentrado pelos centros. Em vez disso, os dados de vigilância serão parte das descobertas para cada centro individual, ou caso. Estes dados podem ser altamente quantitativos, concentrando - se nas atitudes e comportamentos de clientes individuais, e os dados serão usados juntamente com informações de arquivo para interpretar o sucesso e operações de determinado centro. Se, em contraste,

os dados da vigilância são juntos ao longo dos centros, um plano de estudo de caso múltiplo já não está a ser usado, e a investigação é passível de estar a usar uma vigilância em vez de um plano de estudo de caso.

Sumário. Esta secção lidou com situações, nas quais a mesma investigação pode precisar de estudos de casos múltiplos. Estes tipos de planos estão a tornar - se prevalentes, mas são muito mais caros e demoram mais tempo a conduzir.

Qualquer uso de planos de estudo de caso múltiplo deveria seguir uma replicação, não uma amostragem, lógica, e um investigador deve escolher cada caso cuidadosamente. Os casos deveriam servir de uma maneira semelhante para experiências múltiplas, com resultados semelhantes (uma replicação literal) ou resultados contrastantes (uma replicação teórica) previstos explicitamente no princípio da investigação.

Um plano de replicação não significa necessariamente que cada estudo de caso precisa de ser ou holístico ou embutido. Os casos individuais, dentro dum plano de estudo de caso múltiplo, podem ser ambos. Quando um plano embutido é usado, cada estudo de caso individual pode de facto incluir a recolha e análise de dados altamente quantitativos, incluindo o uso de vigilâncias dentro de cada caso.

Como os Planos de Estudo de Caso Podem Ser Mantidos Flexíveis

Uma lembrança final é que o plano de estudo do caso não é algo completo9 apenas no início do estudo. O plano pode ser alterado e revisto após os estádios iniciais de um estudo, mas apenas sob circunstâncias restritas.

Como um exemplo, estudos de caso *piloto* podem revelar inadequações no plano inicial ou pode ajudar a articulá - lo. No caso de um plano de caso simples, o que se pensava ser revelatório ou caso único pode não se revelar como tal no final. No caso de um plano de caso múltiplo, a selecção de caso pode ter de ser modificada devido à nova informação acerca dos casos. Por outras palavras, após a recolha e análise de dados iniciais, um investigador tem todo o direito de concluir que o plano inicial era defeituoso e modificá - lo. Este é um uso apropriado e desejável de estudos piloto. (Ver também Cap. 3 para mais sobre estudos de caso piloto.)

Ao mesmo tempo, um investigador deve ter o cuidado de não mudar, inconscientemente as preocupações e objectivos teóricos. Se estes, em vez de casos em si, são mudados, o investigador pode correctamente ser acusado de exercer um preconceito na condução da investigação e interpretação das descobertas. A questão é que a flexibilidade dos planos de estudos de caso está em seleccionar casos diferentes daqueles inicialmente identificados (com documentação da mudança apropriada) mas não em mudar o propósito ou os objectivos do estudo para servir o(s) caso(s) que foram encontrados. A primeira situação é como alterar experiências quando é óbvio que um procedimento experimental é impraticável; a Segunda é uma mudança mais subtil, mas mesmo assim ilegítima.

EXERCÍCIOS

- 1. Definir fronteiras do estudo do caso. Seleccione um tema para um estudo de caso que gostasse de fazer. Identifique algumas questões básicas a serem respondidas pelo seu estudo de caso. A nomeação destas perguntas clarifica as fronteiras do seu caso, respeitante à duração relevante para a qual as provas estão a ser recolhidas? A organização ou área geográfica relevantes? O tipo de provas que deverão ser recolhidas? As prioridades para fazer análises?
- 2. Definir a unidade de análise para um estudo de caso. Examine ou leia o estudo do caso A Alma de uma Máquina Nova. Qual é a unidade principal de análise neste livro! Que alternativas considerou, e porque é que seleccionou essa unidade? Leve a cabo o mesmo exercício para alguns outros estudos de caso à sua escolha.
- **3.** Definir um plano de investigação de estudo de caso. Seleccione um dos estudos de caso descritos nas CAIXAS deste livro. Descreva o plano de investigação deste estudo de caso. Como é que este justifica as provas relevantes a serem procuradas, dadas as questões básicas de investigação a serem respondidas? Que métodos foram usados para tirar conclusões, baseadas nas provas? É o plano de um caso simples ou de um caso múltiplo? É holístico ou tem unidades de análise embutidas?

- 4. Estabelecer o pensamento lógico para estudos de caso simples e múltiplos. Nomeie os pensamentos lógicos para usar o plano de caso simples, depois nomeie aqueles para usar um plano de caso múltiplo. Dê exemplos para cada tipo de plano, quer de estudos de caso descritos nas CAIXAS deste livro ou de outros estudos de caso com os quais esteja familiarizado. Quais são as vantagens de cada tipo de plano?
- **5.** Definir os critério para julgar a qualidade dos planos de investigação. Defina 4 critérios para julgar a qualidade dos planos de investigação: a) validade do constructo, b) validade interna, c) validade externa, e d) fiabilidade. Dê um exemplo de cada tipo de critério em cada estudo de caso que queira fazer.

NOTA

1. A figura 2.2 concentra - se apenas no processo formal de plano de investigação, não nas actividades de recolha de dados. Para os três tipos de investigação, as técnicas de recolha de dados pode ser retratada como um terceiro nível para padrões entre tipos de provas convergentes, como descrito à frente no cap.5; recolhas de dados semelhantes podem ser descritos para vigilâncias ou experiências - por exemplo, o plano de um questionário para vigilâncias ou estratégias de apresentação de estímulos para experiências.

Conduzir Estudos de Caso: Preparar a Recolha de Dados

A preparação para fazer um estudo de caso inclui as capacidades anteriores do investigador, o treino e a preparação para o estudo do caso específico, o desenvolvimento do protocolo de um estudo de caso e a condução de um estudo de caso piloto. Em relação às capacidades anteriores, muitas pessoas acreditam incorrectamente que estão suficientemente capacitadas para fazer estudos de caso porque pensam que o

método é fácil de usar. De facto, a investigação do estudo do caso está entre os tipos de investigação mais difíceis de fazer.

Para ajudar a preparar um investigador a fazer um estudo de caso de grande qualidade, sessões de treino intensivo deveriam ser planeadas, um protocolo de estudo de caso deveria ser desenvolvido e refinado, e um estudo piloto conduzido. Estes procedimentos são especialmente desejáveis se a investigação é baseada num plano de caso múltiplo ou envolve múltiplos investigadores (ou ambos).

Os capítulos 1 e 2 mostraram que fazer um estudo de caso começa com a definição dos problemas ou assuntos a serem estudados e o desenvolvimento de um plano de estudo de caso. No entanto, a maioria das pessoas associam o " fazer " de um estudo de caso com a recolha de dados de um estudo de caso, e este capítulo e o seguinte concentram - se nesta actividade. Este capítulo lida com a preparação de recolha de dados; o próximo capítulo cobre as técnicas de recolha de dados.

Preparar - se para a recolha de dados pode ser complexo e difícil, Se não for bem feito, toda a investigação do estudo do caso pode ser posta em perigo, e todo o trabalho anterior - a definir o problema e planear o estudo do caso - terá sido inútil.

A boa preparação começa com as *capacidades desejadas* por parte do investigador do estudo do caso. Estas capacidades têm raramente o assunto de atenção separada no passado. No entanto, algumas são críticas e podem ser aprendidas ou praticadas. Três temas adicionais também deveriam ser uma parte formal de qualquer preparação de estudo de caso: o *treino* par um estudo de caso específico, o desenvolvimento de um *protocolo* para a investigação, e a condução de um *estudo de caso piloto*. O protocolo é uma maneira particularmente eficaz de lidar, de forma geral, com os problemas de aumentar a fiabilidade de estudos de caso. No entanto, o sucesso com os quatro temas é necessário para assegurar que os estudos de caso são conduzidos com grande qualidade e lidados de maneira suave. Tudo exige uma certa quantia de paciência, a qual tem sido frequentemente negligenciada no passado. Cada um destes temas é, por isso, discutido no restante capítulo.

O INVESTIGADOR DO ESTUDO DO CASO: CAPACIDADES DESEJADAS

Muitas pessoas são atraídas à estratégia do estudo de caso porque acreditam que é " fácil ". como se notou no cap.1, muitos cientistas sociais - especialmente os debutantes - pensam que a estratégia do estudo de caso pode ser elaborada sem grande dificuldade. A sua percepção é que eles terão que aprender apenas um conjunto mínimo de procedimentos técnicos, que quaisquer deficiências nas capacidades analíticas, formais serão irrelevantes, e que um estudo de caso irá permitir - lhes simplesmente " dizê - lo como é ". Nenhuma percepção poderia estar mais longe da verdade.

Na verdade, as exigências do estudo de caso sobre o intelecto, ego e emoções de uma pessoa são de longe maiores do que aquelas de qualquer outra estratégia de investigação. Isto é porque os procedimentos de recolha de dados *não estão rotinados*. Em experiências laboratoriais ou em vigilâncias, por exemplo, a fase de recolha de dados de um projecto de investigação pode ser largamente, se não completamente, conduzido pelo assistente de investigação. O assistente leva a cabo as actividades de recolha de dados com o mínimo de comportamento discricionário, e neste sentido a actividade é rotineira - e aborrecida. Não nenhum outro paralelismo na condução de estudos de caso.

De facto, um ponto a ser enfatizado ao longo deste capítulo é que as capacidades requeridas para recolha de dados de estudos de caso são muito mais exigentes do que aqueles das experiências e vigilâncias. Em estudos de casos, há pouco espaço paro o tradicional assistente de investigação. Em vez disso, um investigador bem treinado e experiente é necessário para conduzir um estudo de caso de elevada qualidade devido à interacção continua entre assuntos teóricos a serem estudados e os dados a serem recolhidos. Durante

a recolha de dados, apenas um investigador mais experiente será capaz de tirar vantagem de oportunidades inesperadas em vez de ficar embrulhado nelas - e também exercer cuidados suficientes contra procedimentos potencialmente preconceituosos.

Infelizmente, não há testes para determinar quais as pessoas passíveis de se tornarem bons investigadores de estudos de caso e quais as pessoas que o não são. Compare esta situação, brevemente mencionada no cap.1, àquela na matemática ou até mesmo numa profissão como direito. Na matemática, as pessoas são capazes de se avaliarem a si próprias pelas suas capacidades de se protegerem a elas próprias de mais avanços porque simplesmente não podem levar a cabo certos níveis de problemas matemáticos. Semelhantemente, para praticar direito, uma pessoa deve primeiro conseguir entrar numa faculdade de direito e mais tarde passar no exame da barra num estado em particular. Mais, uma vez, muitas pessoas protegem - se do campo ao chumbar qualquer um destes testes.

Estes esquemas não existem para avaliar as capacidades de estudo de caso. No entanto, uma lista básica de capacidades normalmente requeridas é como se segue:

- Uma pessoa deveria ser capaz de *fazer boas perguntas* e interpretar as respostas.
- Uma pessoas deveria *ser um bom "ouvinte"* e não ser apanhado pelas suas ideologias ou preconceitos.
- Uma pessoa deveria *ser adaptável e flexível*, de modo a que situações novas encontradas possam ser vistas como oportunidades e não como ameaças.
- Uma pessoa tem de ter um domínio forte dos assuntos a serem estudados, que esta seja uma orientação teórica ou política, mesmo que de um modo exploratório. Tal domínio concentra os acontecimentos e informações relevantes a serem procurados em proporções maleáveis.
- Uma pessoa deveria se não preconceituosa devido a noções preconcebidas, incluindo aquelas que derivam da teoria. Assim, uma pessoa deveria ser sensível e receptiva a provas contraditórias

Cada um destes atributos é descrito abaixo. Muitos dos atributos são remediáveis, e alguém a quem falte uma ou mais destas capacidades pode trabalhar para desenvolve - las. Mas toda a gente deve ser honesta a avaliar as suas capacidades em primeiro lugar.

Fazer - Perguntas

Uma mente inquiridora é um grande pré-requisito *durante* a recolha de dados, não apenas antes ou depois da actividade. A recolha de dados segue um plano formal, mas a informação específica que pode tornar - se relevante para um estudo de caso não é prontamente previsível. À medida que faz o seu trabalho de campo, deve perguntar - se constantemente porque os acontecimentos aparentam ter acontecido a parecem estar a acontecer. Se é capaz de fazer boas perguntas, ficará também mentalmente e emocionalmente exausto no fim de um dia de trabalho de campo. Isto é muito diferente da experiência de recolher dados experimentais e de vigilância, nos quais uma pessoa pode ficar fisicamente exausta, mas não foi mentalmente testada depois de um dia de recolha de dados.

Uma perspectiva em fazer boas perguntas é compreender que a investigação é sobre perguntas e não necessariamente sobre perguntas. Se é do tipo de pessoa para quem uma resposta tentadora leva imediatamente a uma grande quantidade de novas perguntas, e se estas questões eventualmente se agregam a algum inquérito significativo sobre como e porquê o mundo funciona como funciona, você é passível de ser um bom perguntador de perguntas.

" Ouvir "

Ouvir inclui observar e sentir de forma mais geral e não está limitado à modalidade auricular. Ser um bom ouvinte significa ser capaz de assimilar grandes quantidades de novas informações sem preconceitos. À medida que um entrevistado conta um acidente, um bom ouvinte ouve as palavras exactas usadas pelo entrevistado (ás vezes, a terminologia reflecte uma orientação importante), capta as componentes afectivas e voluntariosas, e compreende o contexto do qual cada um dos entrevistados está a perceber o mundo.

Este tipo de capacidade também precisa de ser aplicada à inspecção de provas documentadas, assim como fazer observações directas de

situações da vida real. Ao rever documentos, uma boa questão a pôr é se há alguma mensagem importante nas *entrelinhas*; quaisquer inferências, claro, precisariam de ser corroboradas com outras fontes de informação, mas perspectivas importantes podem ser obtidas desta forma. Os " ouvintes" pobres podem nem sequer aperceber - se que pode haver informação nas entrelinhas. Outros que são deficientes são aqueles cujas mentes estão fechadas ou que realmente têm memórias fracas.

Adaptabilidade e Flexibilidade

Muito poucos estudos de caso irão acabar exactamente como planeado. Inevitavelmente, terá de fazer mudanças menores, se não maiores, indo da necessidade de alcançar uma pista inesperada (potencialmente menor) à necessidade de identificar um caso " novo " para estudar (potencialmente maior) . O investigador capacitado deve lembrar - se do propósito original da investigação mas depois deve estar disposto a mudar os procedimentos ou planos se ocorrerem acontecimentos não antecipados (ver CAIXA 13).

Quando uma mudança é feita, deve manter uma perspectiva não preconceituosa e tomar conhecimento daquelas situações nas quais, de facto, uma investigação totalmente nova pode estar por baixo. Quando isto ocorre, muitos passos completos - incluindo o plano inicial do estudo do caso - devem ser repetidos e re-documentados. Uma das piores queixas sobre a condução da investigação de estudo de casos é que os investigadores mudam de direcções sem saber que o seu plano original de investigação era inadequado para a investigação revista, deixando , por isso, fossos desconhecidos e preconceitos. Assim a necessidade de equilibrar a adaptabilidade com *rigor* - mas não rigidez - não pode ser sobre - enfatizada.

CAIXA 13 Manter a Flexibilidade ao Planear Estudos de Caso

O estudo de Peter Blau do comportamento em grandes agências governamentais (*A Dinâmica da Burocracia*, 1955) é ainda valiosos pelas suas perspectivas na relação sobre a organização formal e informal de grupos de trabalho.

Embora o seu estudo se concentrasse em duas agências governamentais, esse não era o plano inicial de Blau. Como o autor nota, primeiro tencionou estudar uma única organização e mais tarde trocou para um plano para comparar duas organizações - uma pública e uma privada (pp. 272 - 273). No entanto, as suas tentativas iniciais para ganhar acesso a uma firma privada foram frustradas, e entretanto ele tinha desenvolvido um pensamento lógico mais forte para comparar duas agências governamentais, mas de tipos diferentes.

Estas mudanças nos planos iniciais são exemplos dos tipos de mudanças que podem ocorrer no plano de um estudo de caso, e a experiência de Blau mostra como um investigador competente pode tirar vantagem das oportunidades de mudança, assim como mudanças nos assuntos teóricos, para produzir um estudo de caso clássico.

Domínio dos assuntos a serem estudados

A maneira principal de se manter no alvo, claro, é compreender o propósito da investigação do estudo do caso para começar. Cada investigador de estudo de caso deve compreender os assuntos teóricos e as políticas, porque os julgamentos têm de ser feitos (e a inteligência exercitada) durante a fase de recolha de dados. Sem um domínio forte dos assuntos, poderia falhar algumas pistas importantes e poderia não saber quando um desvio era aceitável ou até mesmo desejável. O ponto é que essa recolha de dados de estudo de caso não é meramente uma questão de *gravar* dados duma forma mecânica, como acontece em alguns outros tipos de investigação. Deve ser capaz de interpretar as informações à medida que estão a ser recolhidas e saber imediatamente, por exemplo, se várias fontes de informação se contradizem umas às outras e levam à necessidade de provas adicionais - muito parecido com um bom detective.

De facto, o papel do detective oferece algumas perspectivas ricas para o campo de trabalho do estudo do caso. Note que o detective chega a um local *após* o crime ter ocorrido e basicamente é chamado para fazer *inferências* sobre o que realmente transpira. As inferências, por outro lado, devem ser baseadas em provas convergentes de testemunhas e artefactos físicos, assim como alguns elementos não específicos de senso comum. Finalmente, o detective pode ter de fazer inferências sobre vários crimes, para determinar se o mesmo perpetrador os cometeu. Este último passo é semelhante à lógica da replicação que sustenta os estudos de casos múltiplos.

Falta de Preconceitos

Todas as condições precedentes serão negadas se um investigador procura usar um estudo de caso apenas para substanciar uma posição preconcebida. Os investigadores de estudos de caso estão particularmente expostos a este problema porque deve compreender os assuntos e exercer discrição (ver Becker, 1958, 1967). Em contraste, o assistente tradicional de investigação, embora mecânico e possivelmente até desleixado, não é passível de introduzir preconceitos na investigação.

Um teste deste preconceito possível é o grau ao que se está aberto a descobertas contrárias. Por exemplo, os investigadores que estudam organizações " não - lucrativas) podem ficar surpreendidos ao descobrir que muitas destas organizações têm motivos empresariais e capitalistas. Se tais descobertas são baseadas em provas forçadas, as conclusões do estudo do caso teria de reflectir estas descobertas contrárias. Para testar a sua própria tolerância para descobertas contrárias, relate as suas descobertas preliminares - possivelmente enquanto ainda está na fase de recolha de dados - a dois ou três colegas críticos. Os colegas deveriam oferecer explicações alternativas e sugestões para a recolha de dados. Se a demanda por descobertas contrárias pode produzir refutações documentáveis, a probabilidade de preconceito terá sido reduzida.

TREINO E PREPARAÇÃO PARA UM ESTUDO DE CASO ESPECÍFICO

A chave para compreender o treino necessário para recolher dados de estudo de caso é compreender que todos os investigadores de estudos de caso devem ser capazes de operar como " investigadores " seniores. Uma vez num campo, cada trabalhador de campo de estudo de caso é um investigador independente e não podem fiar - se numa fórmula rígida para guiar o seu comportamento. Deve ser capaz de tomar decisões inteligentes acerca dos dados a serem recolhidos.

Neste sentido, o treino para uma investigação de estudo de caso começa realmente com a definição do problema a ser estudado e o desenvolvimento do caso do plano de estudo. Se estes passos foram satisfatoriamente conduzidos, como descrito nos cap. 1 e 2 , apenas outros esforços mínimos podem ser necessários, especialmente se há apenas um único investigador de estudo de caso.

No entanto, acontece frequentemente que uma investigação de estudo de caso tem de depender de *investigadores múltiplos*, devido a uma destas três condições:

- um caso simples necessita de uma recolha de dados intensiva no mesmo sítio, requerindo uma " equipa " de investigadores (ver CAIXA 14).
- um estudo de caso envolve casos múltiplos, sendo necessárias diferentes pessoas para cobrir cada sítio ou para rodar pelos sítios; ou
- 3. existe uma combinação das duas primeiras condições

Para além disso, alguns membros da equipa de investigação podem não Ter participado na definição inicial do problema ou fases do plano o estudo de investigação. Sob estas condições, o treino formal e a preparação são prelúdios essenciais para a verdadeira recolha de dados da investigação.

CAIXA 14 A Logística de Investigação de Campo, Circa 1924 - 1925

Arranjar horários e ganhar acesso a fontes relevantes de provas são importantes para a *gerência* de um estudo de caso. O investigador moderno pode sentir que estas actividades emergiram apenas com o crescimento da " grande " ciência social durante os anos 60 e 70.

Num campo de estudo famoso feito nos há 70 anos atrás, no entanto, muitas das mesmas técnicas de gerência já tinham sido praticadas. Os dois investigadores principais e seu pessoal secretário abriram um escritório local, na cidade em que estavam a estudar, e este escritório foi usado por pessoal de outros projectos por longos períodos de tempo. Deste ponto de vantagem, a equipa de investigação participou na vida local, examinou material documentário, compilou estatísticas locais, conduziu entrevistas, e distribuiu e recolheu questionários. Este trabalho de campo extenso resultou 5 anos mais tarde na publicação do agora estudo clássico de cidade pequena da América, *Middletown* (1929), de Robert e Helen Lynd.

Treino de Estudo de Caso como uma Experiência de Seminário

Quando vários investigadores são para serem treinados, eles podem trabalhar sobre como se tornarem investigadores " seniores" se o treino toma a forma de um seminário em vez de instrução habitual. Como num seminário, tem de se permitir muito tempo para leitura, preparar as sessões de treino, e as próprias sessões. Na maioria dos exemplos, o seminário requer pelo menos uma semana de preparação e discussões (ver Figura 3.1).

PREPARAR A RECOLHA DE DADOS

- 1. Propósito dos estudos de caso
- 2. Tarefas de campo
- 3. Tarefas para estudos de caso
- A . Orientação e preparação
- B. Compromissos no campo e organização das viagens
- C. Visitar o sítio
- D. Escrever o estudo do caso
- E. Rever e aprovar a selecção
- F. Compromissos no campo e organização das viagens para o próximo estudo de caso
- 4. Lembrancas do treino
- A . Ler lembranças detalhadas, de guias de entrevista e de procedimentos
- B. Ler sobre como fazer trabalho de campo; ver e ouvir
- fazer perguntas indirectas
- organizar tirar notas à volta das maiores secções do guia de entrevista
- C. Ler o modelo de estudo do caso
- D. Manter claramente escrito (e com ortografia *correcta*) listas de todos os contactos: nome, título, organização, número de telefone
- E. Recolhe documentos e arquivos no campo e submetê los ao estudo do caso; listar os documentos em forma de *bibliografia anotada*.

Figura 3.1. Agenda de Sessão de Treino

Tipicamente, o seminário cobrirá todas as fases da investigação do estudo de caso planeado, incluindo leituras sobre as matérias, os assuntos teóricos que levam ao plano do estudo do caso, métodos e técnicas de estudo de caso. O objectivo do treino é fazer com que todos os participantes os conceitos básicos, a terminologia, e assuntos relevantes para o estudo. Cada investigador precisa de saber:

- Porque o estudo está a ser feito
- Que provas estão a ser procuradas
- Que variações podem ser antecipadas (e o que deveria ser feito se tais variações ocorrerem)
- O que constituiria prova apoiante ou contrária para qualquer proposição determinada

As discussões, em vez das palestras, são a parte chave do esforço de treino, para assegurar que o nível desejado de compreensão foi alcançado.

Estas abordagens de seminário ao treino do estudo do caso mais uma vez ser contrastadas com o treino dos entrevistadores das vigilâncias. O treino de vigilância envolve discussões, mas principalmente enfatiza os itens do questionário ou terminologia a ser usada e toma lugar sobre um período de tempo intensivo, mas curto. Para além disso, o treino evita as preocupações globais ou conceituais do estudo, pois o entrevistador é desencorajado de Ter um conhecimento mais alargado do que a mecânica do instrumento de vigilância. O treino de vigilância raramente envolve qualquer leitura exterior sobre os assuntos independentes. E o entrevistador da vigilância geralmente não tem conhecimento de como os dados da vigilância são para serem analisados e que assuntos são para serem investigados. Tal resultado seria insuficiente para o treino dos estudo do caso.

Desenvolvimento e Crítica do Protocolo

A próxima subsecção dirá mais sobre os *conteúdos* do protocolo do estudo do caso. No entanto, uma tarefe de treino legitima e desejável é a co-autoria do protocolo por todos os investigadores do estudo do caso.

Uma tarefa mais importante do seminário de treino pode, por isso, desenvolver um protocolo de selecção. Nesta situação, cada co investigador pode ser responsável por uma porção de temas independentes a serem cobertos pelo estudo do caso. O investigador é depois responsável por

rever os materiais de leitura apropriados sobre este tema, adicionando qualquer outra informação que pode ser relevante, e seleccionar o conjunto inicial das questões do protocolo sobre este tema. No seminário, o grupo inteiro de investigadores do estudo de caso podem discutir e criticar as selecções individuais. Tal discussão não levará apenas a que se complete o protocolo, mas também assegurará que cada investigador tenha domínio sobre os conteúdos do protocolo ao participar no seu desenvolvimento.

Se a equipa de estudo do caso não está a partilhar a tarefe de desenvolver o protocolo, as sessões de treino deveriam incluir uma revisão completa do protocolo. Todos os aspectos do protocolo, quer de procedimento, quer independentes, precisam de ser discutidos, e serem feitas modificações no protocolo.

Problemas a Serem Tratados

O treino também tem o propósito de descobrir problemas dentro do plano do estudo do caso ou das capacidades da equipa de investigação. Se tais problemas emergem, uma consolação é que eles serão mais trabalhosos se só forem reconhecidos mais tarde, depois de ter começado a recolha de dados. Os bons investigadores de estudos de caso deveriam por isso pressionar para estarem certos, durante o período de treino, que potenciais problemas são trazidos ao de cima.

O problema mais óbvio que o treino revela falhas no plano do estudo do caso ou mesmo a definição inicial do problema de estudo. Se isto ocorre, deve estar disposto a fazer as revisões necessárias, mesmo que sejam necessários mais tempo e esforço. Às vezes as revisões desafiarão o propósito básico da investigação, como numa situação na qual o objectivo original pode ter sido investigar um fenómeno tecnológico, tal como o uso de micro-computadores, mas no qual o estudo do caso realmente acaba por ser sobre um fenómeno organizacional. Quaisquer revisões, claro, também podem levar à necessidade de rever uma bibliografia ligeiramente diferente e uma nova nomeação do estudo completo e da sua audiência. Mesmo assim, tais mudanças são garantidas se o treino demonstrar a natureza irrealista (ou desinteressante) do plano original.

Um segundo problema é que as sessões de treino podem revelar algumas incompatibilidades entre a equipa de investigação - e em particular o facto que alguns investigadores podem não partilhar a ideologia do

projecto ou os seus patrocinadores. Num estudo de caso múltiplo de organizações comunitárias, por exemplo, os trabalhadores de campo variaram nas suas crenças no que diz respeito à eficiência de tais organizações(Comissão Nacional nos Bairros,1979). Quando tais preconceitos são descobertos , uma maneira de lidar com as ideologias contrárias é sugerir ao trabalhador de campo que provas contrárias serão respeitadas se forem recolhidas e verificáveis. O trabalhador de campo tem ainda a escolha, claro, de continuar a participar no estudo ou decidir desistir.

Um terceiro problema é que o treino pode descobrir alguns prazos de tempo irreais ou expectativas no que diz respeito aos recurso disponíveis. Por exemplo, um estudo de caso pode ter assumido que 20 pessoas iam ser entrevistadas, numa maneira de resposta aberta, como parte da recolha de dados. O treino pode ter revelado, no entanto, que o tempo necessário para entrevistar estas pessoas é muito maior do que o antecipado. Sob tais circunstâncias, qualquer expectativa que 20 pessoas pudessem ser entrevistadas teria de ser considerada irrealista.

Finalmente, o treino pode descobrir alguns factores positivos, tais como o facto que dois ou mais investigadores de campo são capazes de trabalhar juntos produtivamente. Tal conformidade e produtividade durante a sessão de treino pode prontamente alastrar - se ao verdadeiro período de recolha de dados e pode por isso sugerir certas parcerias para equipas de estudo de caso. No geral, o treino deveria ter o efeito de criar normas de grupo para a resultante actividade de recolha de dados. Este processo de construção de normas é mais do que uma amenidade; ajudará a assegurar as reacções apoiantes caso surjam problemas inesperados durante a recolha de dados.

O PROTOCOLO DO ESTUDO DO CASO

O protocolo de um estudo de caso é mais do que um instrumento. O protocolo contém o instrumento, mas também contém os procedimentos e regras gerais que deveriam ser seguidas ao usar os instrumentos. Ter um protocolo de estudo de caso é desejável sob todas as circunstâncias, mas é essencial se está a usar um plano de caso múltiplo.

O protocolo é uma táctica importante no aumento da *fiabilidade* da investigação do estudo do caso e pretende - se que guie o investigador a levar a cabo o estudo de caso. (figura 3.2. fornece uma tabela de conteúdos

de um protocolo ilustrativo, o qual foi usado para um estudo de implementação de micro - computadores e os seus efeitos organizacionais em doze distritos escolares.) O protocolo deve ter as seguintes secções:

CONTEÚDOS

Propósito	l
Características chave do Método do Estudo do caso	
Organização deste Protocolo	
I. Procedimentos	
A . Horário Inicial da Visita de Campo	4
Revisão das Informações Preliminares	
Verificação dos Procedimentos de Acesso	
Documentos Especiais	
B. Determinação das Pessoas a serem Entrevistadas	
e Outras Fontes de Informação	6
Funções dos micro-computadores	6
Funções da Estrutura Principal	
Funções Executivas	
Sumário	
C. Treinar a Equipa de Estudo do Caso	9
Propósito do Treino	
Tópicos para Treino	9
A Base de Dados do Estudo do Caso	9
Figura 1	12
Figura 2	13
Figura 3	15
II. Protocolo e Questões de Estudo de Caso	17
A . Definição do " Sistema do Micro-computador	18
Temas	18
Sumário das Questões para a Secção A	
B. Centralização e Descentralização	23
Temas	23
Sumário das Questões para a Secção B	26
C. Aplicações Instrucionais e Administrativas	
Temas	
Sumário das Questões para a Secção C	32

D. Aplicações Relacionadas com P.L.94 - 142	34
Temas	34
Sumário das Questões para a Secção D	36
E. Educação Especial e Educação Normal	
Temas	
Sumário das Questões para a Secção E	40
F. Planear para Implementação	
Temas	
Sumário das Questões para a Secção F	41
III. Plano de análise e Relatórios de Estudo de Caso	46
A . Estudos de Casos Individuais	47
Informação Descritiva	47
Informação Explicativa	
Perfil de Relatórios de Estudos de Caso Individuais	48
B. Análise de Contra - Caso	50
Informação Descritiva	50
Informação Explicativa	50
Relatório de Contra - caso	51
Referências para o Protocolo do Estudo do Caso	53

Figura 3.2. Protocolo para Conduzir Estudos de Caso sobre o Uso de Micro - computadores na Educação Especial

- Uma visão geral do projecto de estudo do caso (objectivos e auspícios do projecto, assuntos do estudo do caso, e leituras relevantes sobre o tópico a ser investigado)
- Os procedimentos de campo (credenciais e acesso aos " sítios " do estudo do caso, fontes gerais de informação, e procedimentos de lembranças)
- As questões de estudos de caso (as questões específicas que o investigador do estudo do caso deve ter em mente ao recolher os dados,
 " Conchas de mesa" para ordem específica de dados, e as fontes potenciais de informação para responder cada questão)
- Um guia para o relatório de estudo do caso (perfil, formato para narrativa, e especificação de qualquer informação bibliográfica e outra documentação)

Um olhar rápido a estes tópicos irá indicar porque é que o protocolo é tão importante. Primeiro, relembra o investigador daquilo que o estudo do caso trata. Segundo, a preparação do protocolo força um investigadora antecipar vários problemas, incluindo aquele de como o s relatórios de Estudo de Caso podem ser completados. Isto significa, por exemplo, que a *audiência* para tais relatórios terá de estar identificada, mesmo antes do estudo do caso ter sido conduzido. Tal previsão irá ajudar a evitar resultados desastrosos a longo prazo. Cada secção do protocolo é discutida a seguir.

Visão Geral do Projecto do Estudo do Caso

A visão geral deveria cobrir a informação anterior sobre o projecto, os assuntos independentes a serem investigados, e as leituras relevantes sobre os assuntos.

Como informação antecedente, todo o projecto tem o seu próprio contexto e perspectiva. Alguns projectos, por exemplo, são fundados por agências do governo tendo uma missão geral e clientela que precisa de ser relembrada de conduzir a investigação. Outros projectos têm preocupações teóricas mais alargadas ou investigações relacionadas - tais como a vigilância - que de facto leva ao plano da investigação de estudo de caso. Seja qual for a situação , este tipo de informação antecedente, de forma sumária, pertence à secção da visão geral.

Um elemento de procedimento da secção de antecedentes é a afirmação acerca do projecto que pode apresentar a qualquer pessoa que queira saber sobre o projecto, o seu propósito, e as pessoas envolvidas em conduzir e patrocinar o projecto. Esta afirmação pode mesmo ser acompanhada por uma carta de apresentação, a ser enviada aos entrevistados mais importantes e organizações que podem ser matéria de estudo. (ver Figura 3.3). A maioria da visão geral, no entanto, deveria ser dedicada aos assuntos independentes a serem investigados. Isto pode incluir o pensamento lógico para seleccionar os sítios, as proposições ou hipóteses a serem examinadas, e as teorias mais alargadas ou políticas relevantes de inquérito. Para todos estes temas, deveriam ser citadas leituras relevantes e os materiais essenciais de leitura deveriam ser tornados acessíveis a cada membro da equipa de estudo de caso.

Uma boa visão geral irá comunicar ao leitor inteligente (isto é, alguém familiarizado com o tema geral do inquérito) o propósito de e o cenário para o estudo do caso. Alguns dos materiais (tais como a afirmação sumária do projecto) serão necessários para outros propósitos de qualquer forma, de modo que escrever a visão geral deveria ser visto como uma actividade que valesse a pena.

COMISSÃO NACIONAL DE BAIRROS 2000 RUA K, N.W., SUITE 350 Washington, D.C. 20006 202 - 632 - 5200

30 de Maio, 1978

A Quem Possa Interessar

Isto serve a para introduzir um indivíduo altamente qualificado com vasta experiência no campo da revitalização de Bairros e organização comunitária. ______ tem estado envolvido na Comissão Nacional de Bairros para incorporar uma equipa de peritos que agora toma a cargo uma série de 40 -50 estudos de caso patrocinados pela nossa Força de Tarefas sobre Governos.

Finalmente, por meio desta abordagem de estudo de caso, a Comissão espera identificar e documentar respostas a perguntas como: O que permite alguns bairros sobreviverem, dadas as forças, atitudes e políticas de investimento (tanto públicas como privadas) que trabalham contra eles? Que condições são necessárias de modo a expandir o número de bairros onde a revitalização com sucesso, beneficiando os residentes existentes, são possíveis? O que pode ser feito para promover estas condições?

Esta carta é dirigida aos líderes da comunidade, pessoal administrativo e oficiais da cidade. Temos que lhe pedir que dê o seu tempo, experiência e paciência aos nossos entrevistadores. A sua cooperação é bastante essencial para o estudo do caso guiar com sucesso e apoiar as recomendações finais, as quais a comissão deve apresentar ao Presidente e ao Congresso.

Em nome de todos os vinte membros da Comissão, desejo exprimir o nosso agradecimento pela sua ajuda.

Caso deseje entrar para as nossas listas de correio para as cartas de notícias da Comissão e relatório final, o nosso entrevistador terá o prazer de tomar as providências necessárias.

Mais uma vez, muito obrigado.

Atenciosamente, / assinado/ Senador Joseph F. Timilty

Figura 3.3.

Procedimentos de Campo

O cap. 1 definiu previamente os estudos de caso como estudos de acontecimentos dentro dos seus contextos de vida real. Isto tem implicações importantes para a definição do problema e para o plano, os quais têm sido discutidos nos cap. 1 e 2.

Para a recolha de dados, no entanto, esta característica dos estudos de caso também levanta um assunto importante, para o qual procedimentos de campo devidamente planeados são essenciais. Os dados a serem recolhidos de pessoas e instituições existentes, e não dos limites controlados de um laboratório, a santidade de uma biblioteca, ou as limitações estruturadas de questionários rígidos. Assim, num estudo de caso, o investigador deve aprender a integrar acontecimentos do mundo real com as necessidades do plano de recolha de dados; neste sentido, o investigador não controla o ambiente da recolha de dados, pois poder - se -à estar a utilizar outras estratégias de investigação.

Note que numa experiência de laboratório, " sujeitos " humanos são solicitadas a entrar no laboratório - isto é, um ambiente controlado quase exclusivamente pelo investigador da investigação. O sujeito, dentro dos limites éticos e físicos, deve seguir as instruções do investigador, o qual prescreve cuidadosamente o comportamento desejado. Semelhantemente, o respondente " humano " a um questionário de vigilância não pode desviar -

se da agenda posta pelas questões. O comportamento do respondente é reprimido pelas regras principais do investigador. Claro, o sujeito ou o respondente que não deseje seguir os comportamentos prescritos pode livremente abandonar a experiência ou vigilância. Finalmente, no arquivo histórico, documentos pertinentes podem não estar sempre disponíveis, mas o investigador pode geralmente inspeccionar o que existe ao seu próprio ritmo e a um tempo conveniente ao seu horário. Nas três situações, a actividade formal de recolha de dados é controlada de perto pela investigador da investigação.

Fazer estudos de caso envolve uma situação completamente diferente. Quando se entrevista pessoas chave, deve limitar - se ao horário e disponibilidade do entrevistado e não à sua. A natureza da entrevista é muito mais de resposta aberta e um entrevistado pode não necessariamente cooperar completamente na resposta das perguntas. Semelhantemente, ao fazer observações de actividades da vida real, está a entrar no mundo do sujeito a ser estudado em vez do contrário; sob estas condições pode ter de tomar providências especiais para ser capaz de agir como um observador (ou mesmo um observador - participante), e o seu comportamento - e não o do sujeito ou respondente - é o mais provável de ser reprimido.

Este processo contrastante de fazer a recolha de dados leva à necessidade de ter procedimentos de campo explícitos e bem planeados no que diz respeito a " combinar " comportamentos e linhas guia. Imagine, por exemplo, enviar alguém ao campo; porque não sabe o que esperar, a melhor preparação é ter os recursos para estar preparado. Os procedimentos de campo do estudo de caso deveriam ser os mesmos.

Com esta orientação em mente, os procedimentos de campo do protocolo precisam de enfatizar as tarefas mais importantes na recolha de dados, incluindo:

- · Ganhar acesso a organizações chave ou entrevistados
- · Ter recursos suficientes enquanto se está no campo incluindo um computador pessoal, instrumentos de escrita, papel, clips, e um local calmo preestabelecido para escrever as notas privadamente
- Desenvolver um procedimentos para pedir assistência e aconselhamento, se necessário, de outros investigadores de estudo de casos ou colegas

- Fazer horários claros das actividades de recolha de dados que são esperadas completas dentro de períodos de tempo específicos
- Providenciar para acontecimentos não antecipados, incluindo mudanças na disponibilidade dos entrevistados assim como as mudanças de atitude e motivação do investigador do estudo do caso

Estes são o tipo de tópicos que podem ser incluídos nos procedimentos da secção de campo do protocolo. Dependendo do tipo de estudo a ser feito, os procedimentos específicos variarão.

Quanto mais operacional estes procedimentos forem, melhor. Para tomar um assunto insignificante como exemplo, a recolha de dados do estudo de caso resulta frequentemente na acumulação de numerosos documentos no sítio do campo. O fardo de carregar tal quantidade de documentos pode ser reduzido por dois procedimentos. Primeiro, a equipa do estudo do caso pode ter tido a precaução de trazer grandes envelopes, permitindo - lhes enviar os documentos pelo correio para o escritório em vez de os levar consigo. Segundo, o tempo de campo pode ter sido estabelecido aparte para ler cuidadosamente os documentos e ir depois a um centro de cópias local e copiar apenas as poucas páginas relevantes de cada documento. Estes são os tipos de detalhes operacionais que podem permitir a qualidade generalizada e eficiência da recolha de dados do estudo de caso.

Ouestões do Estudo de Caso

O coração do protocolo é um conjunto de questões independentes que reflectem o verdadeiro inquérito. Duas características distinguem estas questões das da entrevista de vigilância. (Ver Figura 3.4 para uma pergunta ilustrativa de um programa escolar; o protocolo completo incluiu dúzias de questões.)

Primeiro, as questões são afirmadas *a si, o investigador*, não a um respondente. As questões, em essência, são as suas lembranças respeitantes à informação que precisa de ser recolhida, e porquê. Em alguns casos, as questões específicas também podem servir como sugestões para fazer perguntas durante a entrevista do estudo do caso; no entanto, o objectivo principal destas questões é manter o investigador no caminho à medida que a recolha de dados procede.

Segundo, cada questão deveria ser acompanhada por uma lista de fontes prováveis de prova. Tais fontes podem incluir os nomes de indivíduos entrevistados , documentos, ou observações. Esta passagem entre as questões de interesse e as fontes prováveis de prova é extremamente auxiliadora na recolha de dados. Antes de começar uma determinada entrevista, por exemplo, o investigador de um estudo de caso pode rever rapidamente as questões mais importantes que a entrevista deveria cobrir. (Mais uma vez, estas questões formam a estrutura do inquérito e não se pretende que sejam as questões literais a serem perguntadas ao entrevistado.)

Q. Como é que o programa está organizado, quem está empregado por ele, quando as decisões soa tomadas, e quem as toma?

Fontes de Dados

- Director do programa
- Supervisor imediato do programa
- Mapa Organizacional
- Descrições dos trabalhos Estratégias de amostra
- Obter ou tirar um mapa organizacional que mostra a localização do escritório do programa
- Liste o tipo e número de pessoal instruído e não instruído (incluindo especialistas, coordenadores, gerentes).
- A quem é que este director de programa relata?
- Quem relata ao directo do programa?
- A quem é que o director do programa supervisiona?
- Que tipo de decisões o director tem de atribuir formalmente e com quem?
- Crie um mapa organizacional do programa (se não existir um) que mostre os directores e qualquer intermediário (quer em escolas ou no escritório do programa) e as suas relações com os presidentes do conselho executivo, professores normais e professores especiais.
- Preencha a tabela seguinte ao atribuir um posto no qual as seguintes decisões e acontecimentos ocorrem

(Ordem	Mês completado no	Mês completado no	Título das
		Calendário 1994	Calendário 1993	Pessoas

				volvidas nas Decisões
Determinar o orçamento				
Contratar ou despedir pessoal				
Distribuir o pessoal pelas escolas				
Compra de materiais e equipamento				
Decidir sujeitos e graus				
Testar os estudantes				
Seleccionar os estudantes		-		
Seleccionar as escolas				
Avaliar os programas de escola				
Preparação e submissão da aplicação				

Figura 3.4

As questões no protocolo do estudo do caso deveriam reflectir o conjunto completo de preocupações do plano inicial - mas apenas aquelas a serem dirigidas ao nível do caso simples, não aquelas dos outros níveis. De facto, distinguir entre níveis de questões é crucial quando um único caso é parte de um estudo de caso múltiplo, porque pode haver cinco níveis de questões - apenas os dois primeiros dos quais podem ser cobertos pelo caso simples:

Nível 1: questões perguntadas de entrevistados específicos

Nível 2: questões perguntadas do caso individual (estas são as questões no protocolo do estudo do caso)

Nível 3: questões perguntadas das descobertas ao longo dos casos múltiplos

P L A N Nível 4: questões perguntadas de um estudo inteiro - por exemplo, recorrer a informação para além dos casos múltiplos e incluir outra bibliografía que pode ter sido revista

Nivel 5: questões normativas sobre recomendações e conclusões de política, indo além do estreito objectivo do estudo

FONTE DE RECOLHA DE DADOS

De um Indivíduo Registos de arquivo De uma organização Sobre um lo indivíduo Se o estudo do ortamento caso é um indivíduo Sobre uma viduais organização ndividuais Se o estudo do nização Políticas de Pessoal caso s uma

Resultados da Organização organização

Figura 3.5. Plano versus Recolha de Dados: Diferentes Unidades de Análise Fonte: Corporação COSMOS

anização

tunciona

Entre estes níveis, uma confusão considerável pode ocorrer, por isso a sua compreensão destes níveis é crítica.

Os dois primeiros níveis lidam com o caso simples (mesmo se tal caso é parte de um estudo de caso múltiplo). A confusão comum entre estes dois níveis é que fonte de recolha de dados pode estar no nível 1, assim como a unidade de análise do seu estudo de caos pode estar no nível 2 - um plano frequentemente usado quando o caso é sobre uma organização (Nível

2). Mesmo que a sua recolha de dados possa confiar fortemente em informações do Nível 1, as suas conclusões não podem ser baseadas inteiramente em entrevistas como uma fonte de informação (teria então recolhido informações sobre como os indivíduos *perceberam* a organização, mas não sobre a organização em si).

No entanto, a situação contrária também pode ser verdadeira. O seu estudo de caso pode ser sobre um indivíduo, mas as fontes de informação sobre o indivíduo podem incluir registos de arquivo (ex.: fichas sobre o pessoal ou registos de estudantes) do nível organizacional. <Nesta instituição, você quereria também evitar basear as suas conclusões sobre o indivíduo apenas nas fontes organizacionais de informação. A figura 3.5 ilustra estas duas situações, onde a unidade de análise para o estudo de caso é diferente da unidade de análise para a fonte de recolha de dados.

Os outros níveis também deveriam ser compreendidos claramente. Uma questão de contra - caso, por exemplo (nível 3), pode ser se escolas distritos escolares maiores são mais receptivos do que distritos escolares menores, ou se estruturas burocráticas complexas fazem os distritos maiores mais incómodos e menos receptivos. No entanto, o protocolo para o caso simples pode dirigir - se apenas à receptividade de um específico distrito escolar. O que não pode ser perguntado é se tal organização aparenta ser mais receptiva do que a encontrada noutros distritos. Apenas a análise de contra - caso pode cobrir este tópico. Semelhantemente, as questões do Nível 4 e 5 também não são possíveis de responder quando se faz cada caso de estudo individual, e deve notar esta limitação quando inclui tais questões no protocolo do estudo do caso. Lembre - se: *O protocolo é para a recolha de dados de um caso simples e não se pretende que sirva o projecto inteiro*.

As questões de protocolo podem também incluir " conchas de tabela " vazias (para mais detalhes ver Miles & Huberman, 1984). Estes são os limites de uma tabela. Ordenando um conjunto específico de dados. Os limites dão as colunas exactas e cabeçalhos de fila, indicando as categorias de dados a serem cobertas. O trabalho do investigador do estudo de caso é recolher dados retirados colhidos pela tabela. A provisão de tais conchas de tabela ajuda de várias maneiras. Primeiro, força - o a identificar exactamente quais os dados a serem procurados. Segundo, assegura que informações paralelas serão recolhidas em sítios diferentes onde está a ser usado um

plano de estudo de caso. Finalmente, ajuda a compreender o que será feito com os dados uma vez recolhidos

Guia para o Relatório do Estudo de Caso

Este elemento falta geralmente na maioria dos planos de estudos de caso. Os investigadores negligenciam pensar nos limites, formato, ou audiência para o relatório de estudo de caso até que os dados tenham sido recolhidos. No entanto, alguns planos no estádio preparatório - admitidamente fora de sequência no plano típico da maioria das investigações - significa que os limites tentados podem aparecer no protocolo do estudo do caso (uma discussão detalhada dos temas possíveis no relatório de estudo de caso acha - se no cap.6 deste livro.)

Mais uma vez. Uma razão para a sequência linear, tradicional está relacionada com as práticas e outras estratégias de investigação. Não se preocupa com o relatório de uma experiência até depois da experiência estar concluída, porque o formato do relatório e a sua provável audiência vão ser ditados por uma revista académica. Assim, a maioria das experiências seguem limites semelhantes: a afirmação de questões e hipóteses de investigação; uma descrição do plano de investigação, mecanismo, e procedimentos de recolha de dados; a apresentação dos dados recolhidos, e uma discussão das descobertas e conclusões.

Infelizmente, os relatórios de estudo do caso não têm limites uniformemente aceitáveis. Nem, em muitos caso, os relatórios de estudos de caso acabam em revistas da especialidade (Feagin, Orum & Sjoberg, 1991, pp. 269 - 273). Por esta razão, cada investigador deve estar preocupado, ao longo da condução do estudo do caso, com o plano do relatório final do estudo do caso. Não é fácil lidar com o problema.

Mais, o protocolo também pode indicar a extensão da documentação para o relatório do estudo do caso. O trabalho de campo é passível de levar a grandes quantidades de provas documentais, na forma de relatórios publicados, publicações, memorandos, e outros documentos recolhidos no sítio. O que é para ser feito com esta documentação para a apresentação mais tarde? Na maioria dos estudos, os documentos são arquivados e raramente recuperados. No entanto, esta documentação é uma parte importante da " base de dados " para o estudo de caso (ver Cap.6) e não deveria ser ignorada até o caso ter sido concluído. Uma possibilidade é

ter o relatório do estudo do caso incluído numa bibliografía anotada, na qual cada um dos documentos disponíveis está discriminado. As anotações ajudariam o leitor (ou o investigador, mais tarde) a saber quais os documentos podem ser relevantes para mais inquéritos.

Em resumo, à extensão possível, os limites básicos do relatório do estudo do caso deveriam ser parte do protocolo. Isto irá facilitar a recolha de dados relevantes, no formato apropriado, e irá reduzir a possibilidade que uma visita de regresso ao sítio do estudo do caso seja necessária. Ao mesmo tempo, a existência de tais limites não deveria implicar uma adesão rígida ao protocolo pré - planeado. De facto, os planos de estudo de caso podem mudar como resultado da recolha inicial de dados, e você é encorajado a considerar estas flexibilidades - se usadas propriamente e sem preconceitos - uma vantagem da estratégia do estudo do caso.

O ESTUDO DE CASO PILOTO

A preparação final da recolha de dados é a condução de um estudo piloto. O caso piloto pode ser escolhido por várias razões não relacionadas com os critérios para seleccionar os casos finais no plano do estudo do caso. Por exemplo, os informadores no sítio piloto podem ser invulgarmente congeniais e acessíveis, ou o sítio pode ser geograficamente conveniente, ou pode ter uma quantidade de documentação e dados invulgar. Uma outra possibilidade é que o sítio piloto representa a mais complicado dos casos reais, de modo que quase todos os assuntos de recolhas de dados relevantes serão encontrados neste sítio.

O estudo do caso piloto ajuda os investigadores a refinar os planos da sua recolha de dados no que diz respeito a tanto o conteúdo dos dados e aos procedimentos a serem seguidos. A este respeito, é importante notar que um teste piloto não é um pré-teste. O caso piloto é usado mais formativamente, assistindo um investigador a desenvolver linhas de questão relevantes - possivelmente até mesmo fornecer alguma clarificação conceptual para o plano de investigação também. Em contraste, o pré - teste é a ocasião para um " ensaio " formal, no qual o plano de recolha de dados pretendido é usado tão fielmente possível quanto a execução do teste final.

O estudo do caso piloto pode ser tão importante que mais recursos podem ser devotados a esta fase da investigação do que à recolha de dados de qualquer dos verdadeiros casos. Por esta razão, vários sub - temas são passíveis de mais discussão: a selecção dos casos piloto, a natureza do inquérito para casos piloto, e a natureza dos relatórios dos casos piloto.

Selecção dos Casos Piloto

Em geral, conveniência, acesso e proximidade geográfica podem ser os critérios mais importantes para seleccionar o caso ou casos piloto. Isto permitirá que uma relação menos estruturada e mais prolongada se desenvolva entre os entrevistados e o investigador do estudo do caso do que a que acontece nos sítios de estudos de caos " reais ". O sítio piloto pode então assumir o papel de um "laboratório" para muitos investigadores, permitindo - lhes observar fenómenos diferentes de muitos ângulos diferentes ou tentar diferentes abordagens num sistema de tentativas.

Um estudo de inovações tecnológicas em serviços locais (Yin, 1979, 1981 c, 1982 c) teve na verdade sete casos piloto, cada um concentrando - se num tipo diferente de tecnologia. Quatro dos casos estavam localizados na mesma área metropolitana que as equipas de investigação e eram visitadas primeiro. Três dos casos, no entanto, estavam localizados numa cidade diferente e eram a base para um segundo conjunto de visitas. Os casos não eram escolhidos devido às suas tecnologias distintivas ou por qualquer razão independente. O critério principal, a juntar à proximidade, era o facto de que o acesso aos sítios era tornado mais fácil por algum contacto pessoal anterior por parte da equipa de investigação. Finalmente, os entrevistados estavam numa fase inicial da sua investigação e não teriam agendas marcadas.

Natureza do Inquérito Piloto

O inquérito para o caso piloto pode ser muito maior alargado e menos concentrado dos que o último plano de recolha de dados. Mais, o inquérito pode cobrir tanto assuntos independentes como metodológicos.

No exemplo mencionado acima, a equipa de investigação usou os sete casos piloto para melhorar a sua conceitualização dos diferentes tipos de tecnologias e os seus efeitos organizacionais relacionados. Os estudos piloto foram feitos anteriormente à selecção das tecnologias específicas para a recolha final de dados - e anteriormente à articulação final das proposições teóricas do estudo. Assim, os dados piloto fornecem uma perspectiva considerável dos assuntos básicos a serem estudados. Esta informação era

usada em paralelo com uma revisão em progresso da bibliografia relevante, de modo que o plano de investigação final era informado tanto pelas teorias prevalentes como por um conjunto novo de observações empíricas. As fontes de informação duais ajudam a assegurar que o estudo a ser feito reflicta teorias significativas e assuntos de política assim como questões relevantes de casos contemporâneos.

Metodologicamente, o trabalho nos sítios piloto podem fornecer informação sobre questões de campo relevantes e sobre a logística do inquérito de campo. Nos sítios piloto de tecnologia, uma questão de logística importante era se observar a tecnologia em acção primeiro ou recolher informações sobre os assuntos organizacionais prevalentes primeiro. Esta escolha interagiu com outra questão sobre a posição da equipa de campo: Se a equipa consistia em duas ou mais pessoas, em que tarefas precisava a equipa para trabalhar junta e que tarefas poderiam ser concluída separadamente? As variações nestes procedimentos eram experimentadas durante os estudos de caso piloto, as trocas eram reconhecidas, e eventualmente um procedimento satisfatório era desenvolvido para o plano formal de recolha de dados.

Relatórios dos Casos Piloto

Os relatórios dos casos piloto são valiosos principalmente para o investigador e precisam de ser escritos claramente, mesmo que seja na forma de memorando. Uma diferença entre os relatórios piloto e os relatórios do estudo de caso real e que o relatório piloto deveria se explicito acerca das lições aprendidas tanto para o plano de investigação como para os procedimentos de campo. Os relatórios piloto podem até conter sub - secções destes tópicos.

Se mais do que um caso piloto é planeado, o relatório de um caso piloto pode também indicar as modificações a ser tentadas no próximo caso piloto. Por outras palavras, o relatório pode conter a agenda para o caso piloto resultante. Se forem feitos casos piloto suficientes desta maneira, a agenda final pode realmente tornar - se um bom protótipo para o protocolo final do estudo de caso.

SUMÁRIO

Este cap. Reviu as preparações para a recolha de dados. Dependendo do objectivo do estudo de caso - quer sítios simples ou múltiplos estejam envolvidos - as tarefas preparatórias serão correspondentemente directas ou complexas.

Os temas mais importantes têm sido as capacidades desejadas do investigador do estudo do caso, a preparação e o treino dos investigadores do estudo do caso para um caso de estudo específico, a natureza do protocolo do estudo de caso, e o papel e propósito de um caso piloto. Todos os estudos de caso deveriam seguir estes passos diferentes a graus variados, dependendo de inquéritos específicos.

Tal como acontece com a gerência de outros assuntos, a peritagem com a qual estas actividades são conduzidas, melhorará com a prática. Uma sequência desejável é que complete um estudo de caso relativamente directo antes de tentar fazer um mais complexo, tal como um de uma posição de gerência. Com a conclusão com sucesso de cada estudo de caso, estas tarefas preparatórias podem até mesmo tornar - se uma Segunda natureza. Mais, se a mesma equipa de estudo de caso conduziu vários estudos diferentes junta, a equipa irá trabalhar com crescente eficiência e satisfação profissional com cada estudo caso resultante.

EXERCÍCIOS

- 1. Identificar tarefas para fazer estudos de caso. Nomeie as várias capacidades que são importantes que um investigador de estudo de caso possua. Conhece alguém que tenha tido sucesso numa investigação de estudo de caso? Quais as forças e fraquezas que possuem como investigadores de investigação? Estas são semelhantes às que já nomeou?
- 2. Desenvolver um "velho protocolo retrospectivamente. Seleccione um dos estudos de caso citados nas CAIXAS deste livro. Para apenas um dos capítulos neste estudo de caso, planeie o protocolo que teria cedido às descobertas agora encontradas neste capítulo. Que questões teriam sido afirmadas pelo protocolo? Quais os procedimentos se seguiram à resposta destas questões e recolha de dados relevantes?
- **3.** *Desenvolver um protocolo " novo*. Seleccione alguns fenómenos que precisem de explicação do quotidiano da sua universidade. Temas ilustrativos podem ser, por exemplo, porque é que a Universidade

alterou recentemente algumas políticas, ou como é que o seu departamento toma decisões sobre os requisitos do seu currículo.

Para este fenómeno, planeie um protocolo de estudo de caso para recolher informações necessárias para fazer uma explicação adequada. A quem é que entrevistaria? Que documentos precisaria? Que observações, se é que algumas, faria? Como se relacionaria tudo isto com as questões chave do seu estudo de caso?

- **4.** Conduzir treino para a investigação do estudo de caso. Descreva as maneiras mais importantes, nas quais as preparações e o treino para fazer o projecto de um estudo de caso são diferentes daquelas de fazer projectos usando outros tipos de estratégias de investigação (ex.: vigilâncias, experiências, histórias e análises de arquivo). Desenvolver uma agenda de treino para preparar o estudo do caso que pode estar a considerar, no qual duas ou três pessoas irão colaborar.
- **5.** Seleccionar um caso para fazer um estudo piloto. Defina as características desejáveis para o caso piloto como um prelúdio para um projecto de investigação de estudo de caso novo. Como iria contactar e usar tal caso? Descreva porque pode querer apenas um sítio piloto, em oposição a dois ou mais sítios piloto.

Conduzir Estudos de Caso: Recolher Provas

As provas para estudos de caso podem vir de seis fontes: documentos, registos de arquivo, observação directa, observação participativa, e artefactos físicos. O uso destas seis fontes necessita de capacidades ligeiramente diferentes e procedimentos metodológicos.

A juntar à atenção dada a estas fontes individuais, alguns princípios suprimidos são importantes para qualquer esforço de recolha de dados ao fazer estudos de caso. Estes incluem o uso de a) fonte múltiplas de provas, isto é, provas de duas ou mais fontes, mas convergindo sobre o mesmo conjunto de factos e descobertas; b) uma base de dados do estudo de caso, isto é, uma assembleia formal de provas distintas do relatório final do estudo do caso; e c) uma cadeia de provas, isto é, elos explícitos entre as questões

perguntadas, dados recolhidos, e conclusões tiradas. A incorporação destes princípios na investigação do estudo do caso aumentará a sua qualidade substancialmente.

A recolha de dados para estudos de caso pode confiar em muitas fontes de provas. Seis importantes são discutidas neste capítulo: documentação, registos de arquivo, entrevistas, observação directa, observação participativa, e artefactos físicos. Um propósito deste cap. é rever , brevemente, as maneiras e recolher dados destas fontes. Um segundo propósito é transmitir três princípios essenciais de recolha de dados, independentemente da fonte ou fontes de provas usadas.

No que diz respeito ao primeiro propósito, a revisão das seis fontes é necessariamente breve devido a numerosos livros de leitura e artigos de investigação - tal como os trabalhos incluídos sobre " os métodos de campo " por Schatzman e Strauss (1973), Murphy (1980) e Webb, Campbell, Schwartz e Grove (1981) - já contêm informações semelhantes. Tais livros são fáceis de usar e discutem técnicas de recolha de dados específicas relevantes para estudos de caso, incluindo a logística do planeamento e condução do trabalho de campo (ver Fiedler, 1978). Semelhantemente, há também muitos trabalhos sobre temas especializados mas relacionados, incluindo o seguinte.

- · Estudos de gerência e organizacionais: Bouchard (1976) e Webb
- Observação Participativa
- · Métodos antropológicos
- Técnicas Observacionais
- · Psicologia Clínica
- · Avaliação do Programa
- · Técnicas Históricas e o uso de Documentos

Qualquer pessoa que necessite de mais detalhes sobre a recolha de dados deveria consultar um ou mais destes trabalhos.

No entanto, a maioria destes trabalhos falha ao lidar com o estudo do caso como uma estratégia de investigação separada, e também tendem a tratar a recolha de dados isolada dos outros aspectos do processo de investigação. Pouco é dito, por exemplo, sobre como estas técnicas podem ajudar a lidar com os problemas do plano enumerados no cap.2: validade do construto, validade interna, validade externa e fiabilidade. Por esta razão, este cap. dá muita ênfase ao segundo propósito, a discussão de três princípios de recolha de dados.

Estes princípios têm sido negligenciados no passado e são discutidos com duração: a) usando fontes de provas múltiplas e não apenas simples; b) criar uma base de dados de estudos de caso; e c) manter uma corrente de provas. Os princípios são extremamente importantes para fazer estudos de caso de grande qualidade, são relevantes para todos os seis tipos de fontes de provas, e deveriam ser seguidos sempre que possível. Em particular, os princípios, como notado no cap.2 (ver Figura 2.5), ajudará a lidar com problemas do constructo de validade e fiabilidade.

SEIS FONTES DE PROVAS

As fontes de provas discutidas aqui são documentação, registos de arquivo, entrevistas, observações directas, observação participativa e artefactos físicos. No entanto, deve estar consciente que uma lista completa de fontes pode ser bastante extensa - incluindo fílmes, fotografías fílmes e cassetes de vídeo; técnicas de diagnóstico e testes psicológicos; proxémicos; cinéticos; etnografía de " rua "; e histórias de vida (Marshall & Rossman, 1989).

Uma visão geral útil das seis maiores fontes considera as suas forças e fraquezas comparativas (ver Figura 4.1.) Deve Imediatamente notar que nenhuma fonte simples tem uma vantagem completa sobre as outras. De facto, as várias fontes são altamente complementares, e um bom estudo de caso irá por isso querer usar tantas fontes quanto possível (ver a última discussão neste cap. sobre " fontes múltiplas de provas").

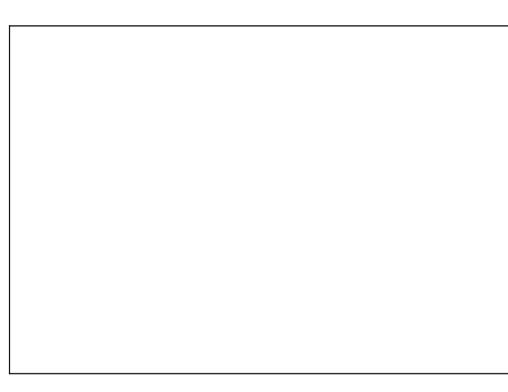


Figura 4.1 . Seis Fontes de Provas: Forças e Fraquezas (p.80) **Documentação**

Excepto para estudos de sociedades pré - letradas, a informação documentária é passível de ser relevante para todos os temas do estudo do caso. Este tipo de investigação pode tomar formas e deve ser objecto de planos de recolha de dados específicos.

Por exemplo, considere a seguinte variedade de documentos:

- · Cartas, memorandos, e outras comunicações
- · Agendas, anúncios de minutas de reuniões, e outros relatórios escritos de acontecimentos
- · Documentos administrativos propostas, relatórios de progresso, e outros documentos internos

- · Estudos formais ou avaliação do mesmo " sítio " sob estudo
- · Cadernos de jornais e outros artigos que apareçam nos mass media

A utilidade destes e outros tipos de documentos não é baseada não sua exactidão ou falta de preconceito. De facto, os documentos têm de ser cuidadosamente usados e não deveriam ser aceites como registos literais de acontecimentos que tiveram lugar. Poucas pessoas se apercebem, por exemplo, que até mesmo as transcrições oficiais de audiências do Congresso americano são editadas deliberadamente - pelo pessoal do Congresso e outros que podem Ter testemunhado - antes de serem imprimidos na forma final. Em outro campo, os historiadores que trabalham com documentos primarias também devem estar relacionados com a validade de um documento.

Para os estudos de caso, o uso mais importante de documentos é corroborar e aumentar as provas de outras fontes. Primeiro, os documentos são úteis a verificar a correcta ortografia e títulos ou nomes de organizações que podem ter sido mencionadas numa entrevista. Segundo, os documentos podem fornecer outros detalhes específicos para corroborar as informações de outras fontes. Se as provas documentárias são contraditórias em vez de corroboratórias, o investigador do estudo do caso tem razões específicas para inquirir mais sobre o assunto. Terceiro, as inferências podem ser feitas a partir de documentos. Por exemplo, ao observar a lista de distribuição para um documento específico, pode descobrir novas questões sobre comunicações e redes de trabalho dentro duma organização. No entanto, estas inferências deveriam ser tratadas apenas como pistas que valem a pena mais investigação em vez de descobertas definitivas, porque as inferências podem revelar - se como pistas falsas.

Por causa do seu valor geral, os documentos têm um papel explicito em qualquer recolha de dados ao fazer estudos de caso. Procuras sistemáticas de documentos relevantes são importantes em qualquer plano de recolha de dados. Por exemplo, durante as visitas de campo, deveria permitir tempo para usar as bibliotecas locais e outros centros de referência. Você deveria também arranjar acesso para examinar os ficheiros de qualquer organização a ser estudados, incluindo uma revisão de documentos

que podem ter sido postos em armazém. O escalonamento de tais actividades de retiro é normalmente um assunto flexível, independente de outras actividades de recolha de dados, e a procura normalmente pode ser conduzida à sua conveniência. Por esta razão, há poucas desculpas para omitir uma revisão completa de provas de documentários. (ver CAIXA 15).

CAIXA 15 Usar Documentos na Investigação de Estudos de Caso

Ás vezes um estudo de caso pode ser sobre um "projecto" exemplar - tal como um esforço de investigação ou uma actividade federalmente fundada. Neste tipo de estudo de caso, muita documentação é passível de ser relevante.

Este tipo de estudo de caso é conduzido por Moore e Yin (1983), os quais examinaram nove projectos R&D separados, a maioria deles em cenários universitários. Por cada projecto, os investigadores recolheram documentos tais como as propostas de projecto, relatório interinos e papéis de trabalho, manuscritos completos e reimpressões correspondência entre a equipa de investigação e os seus patrocinadores, e agendas e sumários de reuniões de comités de aconselhamento. A atenção era paga até várias selecções do mesmo documento, como mudanças subtis frequentemente reflectiam chaves de desenvolvimento independentes no projecto.

Estes documentos forma usados em conjunção com outras fontes de informação, tal como entrevistas da equipa de investigação e observações das actividades e trabalho do projecto de investigação. Apenas quando todas as provas produziam uma imagem consistente é que a equipa de investigação ficava satisfeita de que um acontecimento particular tinha realmente ocorrido de uma certa maneira.

Ao mesmo tempo, muitas pessoas têm sido criticas da potencial sobre - confiança em documentos de investigação de casos de estudo. Isto acontece provavelmente porque o investigador casual pode errar certos tipos de documentos - tal como propostas para projectos ou programas - para

aqueles que contêm a verdade implacável. De facto, é importante ao rever qualquer documento compreender que foi escrito para alguns propósitos específicos e algumas audiências específicas *outras que não* aquelas do estudo do caso a ser feito. Neste sentido, o investigador do estudo do caso é um observador indirecto, e as provas do documentário reflectem uma comunicação entre outras partes tentando alcançar alguns outros objectivos. Ao tentar constantemente identificar estas condições, você é menos passível de ser mal direccionado por provas documentárias e mais passível de ser correctamente crítico a interpretar os conteúdos de tais provas,

Registos de Arquivo

Para muitos estudos de caso, os registos de arquivo - frequentemente na forma computadorizada - podem ser também relevantes. Estes podem ser como se segue:

- Registos de serviço, tal como os que mostram o número de clientes servidos ao longo de um dado período de tempo
- Registos organizacionais, tal como mapas organizacionais e orçamentos ao longo de um período de tempo
- · Mapas das características geográficas de um lugar
- · Listas de nomes e outras comodidades relevantes
- · Dados de vigilância, tais como registos de censos ou dados previamente recolhidos sobre um " sítio "
- · Registos pessoais, tal como diários, calendários e listas telefónicas

Estes e outros registos de arquivo podem ser usados em conjunção com outras fontes de informação a produzir um estudo de caso (ver CAIXA 16). No entanto, ao contrário das provas documentárias, a utilidade destes registos de arquivo irão variar de estudo do caso para estudo de caso. Para alguns estudos, os registos podem ser tão importantes que se podem tornar o objecto de retiro extenso e análise. Em outros estudos, podem ser apenas relevância passageira.

Quando provas de arquivo foram consideradas relevantes, um investigador deve ser cuidadoso para verificar as condições sob as quais elas foram produzidas assim como a sua exactidão. Ás vezes, os registos de

arquivo podem ser grandemente quantitativos, mas números apenas não deveriam automaticamente serem considerados um sinal de exactidão. Quase todos os cientistas sociais, por exemplo, estão conscientes das armadilhas de usar os Relatórios de Crime do FBI - ou quaisquer outros registos de arquivo baseados em crimes relatados por agência de forças da lei. O mesmo tipo de precaução aplica - se , por isso, à interpretação de provas documentárias: a maioria dos registos de arquivo foram produzidos para um propósito específico e uma audiência específica (outra que não a investigação do estudo do caso), e estas condições devem ser completamente apreciadas de modo a interpretar a utilidade de qualquer registo de arquivo.

CAIXA 16 Uso das Fontes de Arquivo tanto para Provas Quantitativas como Qualitativas

Fontes de arquivo podem produzir tanto informações quantitativas como qualitativas.

Dados numéricos (informação qualitativa).

Dezassete Estudos de Caso de Tecnologias Médicas foram comissionadas pelo Gabinete de Avaliação Tecnológica dos EUA entre 1979 e 1981 e ilustra a integração de informação quantitativa e qualitativa, derivada principalmente de provas de arquivo de um único tipo: relatórios de experiências cientificas. Cada caso cobre um tecnologia específica, cujo desenvolvimento e implementação são relatados de forma qualitativa. Cada caso também apresenta informação quantitativa, de numerosas experiências anteriores, sobre os custos aparentes e benefícios das tecnologias. Desta maneira, os estudos de caso chegam a uma " avaliação tecnológica", que se pretende que ajude aqueles que tomam as decisões no campo dos cuidados de saúde.

Entrevistas

Uma das fontes de informação do estudo do caso mais importantes é a entrevista. Tal conclusão pode ser surpreendente, devido à associação normal entre entrevistas e o método de vigilância. No entanto, as entrevistas são também fontes essenciais de informação de estudos de caso.

As entrevistas podem tomar várias formas formais. Mais normalmente, as entrevistas de estudo de caso são de natureza de resposta aberta, na qual você pode perguntar aos respondentes chave por factos de um assunto assim como as opiniões dos respondentes sobre os acontecimentos. Em algumas situações, pode mesmo pedir ao respondente para propor as suas próprias perspectivas em relação a certas ocorrências e pode usar tais proposições como a base para mais inquéritos.

A quanto mais o respondente assistir neste último assunto, mais o seu papel pode ser considerados de " informante " em vez de respondente. Os informantes chave são frequentemente críticos ao sucesso do estudo do caso. Tais pessoas não fornecem apenas ao investigador do estudo do caso perspectivas num assunto, mas também podem sugerir fontes de provas corroboratórias - e iniciar o acesso a tais fontes. Tal pessoa, chamada " Doc ", representou um papel essencial na condução do famoso estudo de caso apresentado em Street Corner Society (Whyite, 1943/1955), informantes semelhantes têm sido notados em outros estudos de caso. Claro, você precisa de ser cuidadoso sobre tornar -se sufocantemente dependente do informante chave, especialmente devido à influência interpessoal frequentemente indefinível - que o informante pode Ter sobre si. Uma maneira razoável de lidar com esta armadilha mais uma vez é confiar em outras fontes de provas para corroborar qualquer perspectiva de tais informantes e procurar provas contrárias tão cuidadosamente quanto possível.

Um segundo tipo de entrevista é uma entrevista *concentrada* (Merton et al.,1990), na qual um respondente é entrevistado por um período curto de tempo - uma hora, por exemplo. Em tais casos, as entrevistas podem continuar de resposta aberta e assumir uma maneira de conversa, mas é mais passível de estar a seguir um certo conjunto de questões derivadas do protocolo do estudo do caso.

Por exemplo, um propósito mais importante de tal entrevista pode ser simplesmente corroborar certos factos que você pensa já terem sido estabelecidos (mas não perguntar sobre outros temas de natureza de resposta aberta, mais alargada. Nesta situação, as questões específicas têm de ser bem faladas, para que você aparente genuinamente ingénuo acerca do

tema e permita ao respondente fornecer um comentário fresco sobre o assunto: em contraste, se perguntar questões guiadas, o propósito corroboratório da entrevista não terá sido conseguido. Mesmo assim, precisa de ter cuidado quando os entrevistados aparentam estar a ecoar os mesmos pensamentos - corroborando -se uns aos outros, mas numa maneira conspiratória. São necessárias mais provas. Ima maneira é semelhante àquela usada por bons jornalistas, que irão tipicamente estabelecer a sequência de acontecimentos ao deliberar verificar com pessoas que se sabe terem perspectivas diferentes. Se um dos entrevistados não fizer comentários, embora os outros tenham tendência a corroborar as versões uns dos outros daquilo que aconteceu, o bom jornalista irá mesmo indicar este resultado, citando o facto de que uma pessoa foi perguntada mas declinou comentar

No entanto, um terceiro tipo de entrevista vincula questões mais estruturadas, junto com as linhas de uma *vigilância* formal. Tal vigilância podia ser planeada como parte de um estudo de caso. Esta situação seria relevante, por exemplo, se estivesse a fazer um estudo de caso de um bairro e vigilasse os residentes ou comerciantes como parte do estudo de caso. Este tipo de vigilância envolveria tanto os procedimentos de amostragem e os instrumentos usados nas vigilâncias normais, e subsequentemente seria analisada de maneira semelhante. A diferença seria o papel da vigilância em relação a outras fontes de prova; por exemplo, as percepções dos residentes do declínio ou melhorias do bairro não iriam necessariamente ser tomadas como uma medida de verdadeiro declínio ou melhoria, mas seria considerada apenas uma componente da avaliação geral do bairro. (ver CAIXA 17 para outro exemplo, mostrando como as vigilâncias podem ser usadas em conjunção com, em vez de, estudos de casos.)

No geral, as entrevistas são uma fonte essencial de provas de estudo de caso, porque a maioria dos estudos de caso são sobre assuntos humanos. Estes assuntos humanos deveriam ser relatados e interpretados através dos olhos de entrevistados específicos, e respondentes bem informados podem fornecer perspectivas importantes da situação. Eles podem também fornecer atalhos à história anterior da situação, ajudando - o a identificar outras fontes relvastes de provas. No entanto, as entrevistas deviam sempre ser consideradas apenas *relatórios verbais*. Como tal, são sujeitas aos problemas comuns do preconceito, pobre lembrança, e

articulação inexacta ou pobre. Mais uma vez, uma abordagem razoável é corroborar dados de entrevista com informações de outras fontes.

Uma questão comum sobre gravar entrevistas tem a ver com o uso de gravadores. Usar tais aparelhos é em parte uma questão de preferência pessoal. As cassetes certamente fornecerão uma interpretação mais exacta de qualquer entrevista do que qualquer outro método. No entanto, um gravador não deveria ser usado quando a) um entrevistado recusa autorização ou aparenta estar desconfortável na sua presença, b) não há plano específico para transcrever ou ouvir sistematicamente os conteúdos das cassetes, c) o investigador é desajeitado o suficiente com aparelhos mecânicos, de modo que o gravador possa ser uma distracção durante a entrevista, ou d) o investigador pensa que o gravador é um substituto para "escutar" atentamente ao longo do curso de uma entrevista.

CAIXA 17 Integrar o Estudo de Caso e Provas de Vigilância

Certos estudos podem beneficiar quando as mesmas questões são afirmadas para dois conjuntos de" sítios " - um conjunto mais pequeno que é a matéria dos estudos de caso e um conjunto maior que é a matéria da vigilância. As respostas podem ser comparadas pela consistência, mas os "sítios" do estudo do caso podem permitir algumas perspectivas nos processos causais, ao passo que os sítios de vigilância podem fornecer algumas indicações da prevalência de um fenómeno.

Esta abordagem foi usada num estudo de inovações organizacionais de Robert K. Yin (*Mudar as Burocracias Urbanas*, 1979). Para certas questões chave, a prova de 19 sítios de estudos de caso foi tabelada junto com provas de 90 sítios de telefone. A comparação mostrou que os resultados não diferiam e forneceram mais confiança que os dois conjuntos de sítios que apontavam em direcção a um padrão consistente de comportamento de inovação. A juntar às tabelações paralelas, as análises compararam deliberadamente as descobertas de estudos de caso com as de sítios de vigilância, mais uma vez para determinar o grau de convergência das duas fontes de dados.

Observação Directa

Ao fazer a visita de campo ao " sítio" do estudo de caso, você está a criar a oportunidade para observações directas. Assumindo que o fenómeno de interesse não tem sido puramente histórico, alguns comportamentos relevantes ou condições ambientais estarão disponíveis para observação.

Tais observações servem ainda como outra fonte de provas num estudo de caso

As observações podem ir de actividades de recolha de dados formais a casuais. Mais formalmente, os protocolos observacionais podem ser desenvolvidos como parte do protocolo do estudo do caso, e ao trabalhador de campo pode ser pedido que meça a incidência de certos tipos de comportamentos durante certos períodos de tempo no campo. Isto pode envolver observações de reuniões, actividades de passeio de rua, trabalho de fábrica, salas de aula, e outros. Menos formalmente, observações directas podem ser feitas através de uma visita de campo , incluindo aquelas ocasiões durante as quais outras provas, tal como as entrevistas, estão a ser recolhidas. Por exemplo, a condição de edificios ou espaços de trabalho indicará algo sobre o clima ou empobrecimento de uma organização; semelhantemente, a localização ou a mobília do escritório de um respondente pode ser um indicador da posição do respondente dentro da organização.

As provas observacionais são frequentemente úteis a fornecer informações adicionais sobre o tema a ser estudado. Se um caso é sobre, por exemplo, uma nova tecnologia, as observações da tecnologia no trabalho são ajudas preciosas para qualquer outro entendimento dos limites ou problemas com tecnologia. Semelhantemente, as observações de um bairro ou de uma unidade organizacional adiciona novas dimensões para compreender o contexto ou o fenómeno a ser estudado. As observações podem ser tão valiosas que pode até considerar tirar fotografías no sítio do estudo do caso. No mínimo, estas fotografías ajudarão a transmitir características importantes do caso a observadores exteriores (ver Dabbs, 1982). Note, no entanto, que em algumas situações - tais como estudantes de fotografía de escolas públicas - precisará de autorização escrita antes de proceder.

Para aumentar a fiabilidade das provas observacionais, um procedimento comum é ter mais do que um único observador a fazer uma observação - quer da variedade formal ou casual. Assim, quando os recursos permitem, a investigação de um estudo de caso deveria permitir o uso de múltiplos observadores.

Observação participativa

A observação participativa é um modo especial de observação, no qual você não é meramente um observador passivo. Em vez disso, você pode assumir uma variedade de papéis dentro da situação de estudo do caso e pode realmente participar nos acontecimentos a serem estudados. Em bairros urbanos, por exemplo, estes papéis podem ir de ter interacções sociais casuais com vários residentes até fazer actividades funcionais específicas dentro do bairro (ver Yin, 1982 a). Os papéis para diferentes estudos ilustrativos nos bairros e organizações têm incluído:

- Ser residente num bairro que é a matéria do estudo do caso (ver Gans, 1962, e CAIXA 18)
- · Tomar alguns outros papéis funcionais num bairro, tal como servir como assistente de armazém
- · Servir como membro do pessoal num cenário organizacional
- Ser quem toma a decisão chave num cenário organizacional (ver Mechling, 1974)

CAIXA 18

Observação Participativa num Bairro Perto de " Street Corner Society "

A observação participativa era um método usado frequentemente para estudar bairros urbanos durante os anos 60. Um desses estudos de fama subsequente foi conduzido por Herbert Gans, que escreveu *Os aldeões Urbanos* (1962), um estudo sobre um "grupo e classe na vida de Italianos - Americanos."

A metodologia de Gans está documentada num cap. separado do seu livro, intitulado " Sobre os Métodos Usados Neste Estudo". Ele notta que as suas provas foram baseadas em seis abordagens: o uso das instalações do bairro, a frequência de reuniões, visitas informais com vizinhos e amigos, entrevistas formais e informais, o uso de informantes e a observação directa. De todas estas fontes, o " papel de participação resultou como sendo bastante produtivo " (pp.339 -340). Este papel era baseado no facto de Gans ser realmente um residente, juntamente com a sua mulher, do bairro que estava a estudar. O resultado é uma afirmação clássica da vida do bairro passar por renovação urbana e mudança e forte contraste com a estabilidade encontrada perto de *Street Corner Society* (1943/1955) de Whyite, alguns 20 anos antes.

A técnica da observação participativa tem sido frequentemente usada em estudos antropológicos de grupos e sub - grupos culturalmente diferentes. A técnica também pode ser usada em mais cenários do quotidiano, tais como uma organização ou outros grupos pequenos (ver CAIXA 19).

A observação participativa fornece certas oportunidades fora do normal de recolher dados de estudo de caso, mas também envolve grandes problemas. A oportunidade mais distintiva está relacionada com a sua capacidade de ganhar acesso a acontecimentos ou grupos que são, caso contrário, inacessíveis à investigação científica. Por outras palavras, para alguns temas, pode não haver outra maneira de recolher provas do que através da observação participativa. Outra oportunidade distintiva é a capacidade de perceber a realidade do ponto de vista de alguém " dentro " do estudo do caso em vez de externo a ele. Muitos têm argumentado que tal perspectiva não é valiosa a produzir um retrato " exacto " do fenómeno do estudo do caso. Finalmente, outras oportunidades surgem porque você tem a capacidade de manipular acontecimentos de menos importância - tais como convocar uma reunião de um grupo de pessoas no estudo do caso. Apenas através de observação participativa pode tal manipulação ocorrer, como o uso de documentos, registos de arquivo, e entrevistas, por exemplo, todos assumem um investigador passivo. As manipulações não serão tão precisas como as das experiências, mas podem produzir uma variedade maior de situações para os propósitos de recolha de dados.

Os maiores problemas relacionados com a observação participativa têm a ver com os potenciais preconceitos produzidos (ver Becker, 1958). Primeiro, o investigador tem menos capacidade para trabalhar como um observador externo e pode, às vezes, ter de assumir posições ou advogar papéis contrários aos interesses das boas práticas científicas. Segundo, o observador participante é passível de seguir um fenómeno normalmente conhecido e tornar - se um apoiante do grupo ou organização a serem estudados, se tal apoio não existisse já. Terceiro, o papel de participante pode simplesmente requerer demasiada atenção relativa ao papel de observador. O observador participante pode não ter tempo suficiente para tirar notas ou para levantar questões sobre eventos de diferentes perspectivas, como um bom observador deve fazer.

Estas trocas entre as oportunidades e os problemas têm de ser consideradas seriamente ai tomar qualquer estudo de observação participativa. Sob algumas circunstância, esta abordagem às provas do estudo do caso pode ser mesmo a abordagem certa; sob outras circunstâncias, a credibilidade de um projecto de estudo de caso pode ser ameaçado.

CAIXA 19 Um estudo de Observador Participativo Num Cenário do " Quotidiano"

Eric Redman fornece uma visão interna de como o Congresso funciona no seu conceituado estudo, *A Dança da Legislação* (1973). O estudo do caso localiza a introdução e passagem da legislação que criou o Corpo Nacional dos Serviços de Saúde durante o 91º Congresso em 1970

A informação de Redman, do ponto de vantagem de um autor que esteve também no pessoal de um dos principais apoiantes da lei, Senador Warren G. Magnuson, não está simplesmente bem escrito e fácil de ler. Esta informação também fornece ao leitor uma visão interior das operações diárias do Congresso - da Introdução da lei até à sua eventual passagem, incluindo as políticas de sessão de especulação quando R. Nixon era Presidente.

A informação é um exemplo excelente de observação participativa num cenário contemporâneo. Contém informação sobre o papel dos internos que poucas pessoas têm tido o privilégio de partilhar. As estratégias legislativas subtis, o papel dissimulado dos empregados do comité e dos lobbyistas , e a interacção entre os ramos legislativo e executivo do governo estão bem recreados pelo estudo do caso, e todos adicionam à compreensão geral do leitor do processo legislativo.

Artefactos Físicos

Uma fonte final de provas é o artefacto físico ou cultural - um engenho tecnológico, uma ferramenta ou instrumento, uma peça de arte, ou qualquer outra prova física. Tais artefactos podem ser recolhidos ou observados como parte de uma visita de campo e tem sido usado extensivamente na investigação antropológica.

Os artefactos físicos têm menos relevância potencial no tipo de caso de estudo mais típico. No entanto, quando relevante, os artefactos podem ser uma componente importante no geral do caso. Por exemplo, um

estudo do caso do uso de micro - computadores na sala de aula precisava de verificar a natureza do verdadeiro uso das máquinas. Embora o uso pudesse ser directamente observado, um artefacto - a impressora - estava também disponível. Os estudantes usavam estas impressoras como os produtos acabados do seu trabalho e mantinham blocos de notas das impressões. Cada impressão mostrava não apenas o tipo de trabalho escolar que tinha sido feito, mas também a data e quantidade de tempo usado no computador para fazer o trabalho. Ao examinar as impressões, os investigadores do estudo do caso eram capazes de desenvolver uma perspectiva mais alargada respeitante a todas as aplicações na sala de aula, para além daquelas que podiam ser observadas directamente num período curto de tempo.

Sumário

Esta secção tem revisto seis fontes comuns de provas de estudo de caso. Os procedimentos para recolher cada tipo de provas tem de ser desenvolvido e melhorado independentemente para assegurar que cada fonte está a ser usada devidamente. Nem todas as fontes serão relevantes para todos os estudos de caso. No entanto, o investigador de estudo de caso treinado deveria estar familiarizado com cada abordagem - ou ter colegas que possuem a peritagem necessária e que podem trabalhar como membros da equipa do estudo do caso.

TRÊS PRÍNCIPIOS DE RECOLHA DE DADOS

Os benefícios destas seis fontes de provas podem ser maximizados se seguir os três princípios. Estes princípios são relevantes para todas as seis fontes e, quando usados correctamente, podem ajudar a lidar com os problemas de estabelecer o constructo de validade e fiabilidade do estudo do caso. Os três são os que se seguem.

Princípio 1: Use Fontes Múltiplas de Provas

Qualquer das fontes anteriores de provas podem e têm sido a base para estudos inteiros. Por exemplo, alguns estudos têm confiado apenas na observação participativa, mas não têm examinado um único documento; semelhantemente, há numerosos estudos que têm confiado em registos de arquivo mas que não têm envolvido uma única entrevista.

Este uso isolado de fontes de uso podem ser uma função da maneira independente que as fontes têm tipicamente concebido- como se um investigador devesse escolher a única fonte mais apropriada ou aquela com que está mais familiarizado. Assim, em muitas ocasiões, os investigadores têm anunciado o plano de um novo estudo ao identificar tanto o problema a ser estudado como a selecção de uma única fonte de provas - tal como as " entrevista " - como o ponto de concentração do esforço da recolha de dados.

Triangulação: Pensamento lógico para usar fontes múltiplas de provas. Uma abordagem às fontes individuais de provas tais como a discutida acima não é, no entanto, recomendada para conduzir estudos de caso. Pelo contrário, uma força maior da recolha de dados de estudo de caso é a oportunidade para usar muitas fontes diferentes de provas (ver CAIXA 20 para um exemplo de um destes estudos). Mais, a necessidade de usar múltiplas fontes de provas excede de longe que noutras estratégias de investigação, tais como experiências, vigilâncias, ou histórias. experiências, por exemplo, estão largamente limitadas à medição e gravação de comportamentos no laboratório e geralmente não incluem sistemático da vigilância ou informação verbal. As vigilância tendem a ser o oposto, enfatizando a informação verbal, mas não a medição ou gravação do comportamento. Finalmente, as histórias estão limitadas aos acontecimentos no passado " morto " e por isso, raramente têm qualquer fontes de provas contemporâneas, tais como observações directas de um fenómeno de entrevistas com actores chave.

Claro, cada uma destas estratégias pode ser modificada, criando estratégias híbridas, nas quais fontes de provas múltiplas são mais passíveis de serem relevantes. Um exemplo disto é a evolução dos estudos da "história oral" nas últimas décadas. Mesmo assim, tal modificação das estratégias tradicionais não altera o facto de que o estudo do caso lida inerentemente com uma grande variedade de provas, ao passo que as outras estratégias não o fazem.

O uso de fontes múltiplas de provas nos estudos de caso permite que um investigador se dirija a um alcance histórico mais alargado, assuntos de comportamento e atitudes. No entanto, a vantagem mais importante apresentada pelo uso de fontes múltiplas é o desenvolvimento das *linhas convergentes de inquérito*, um processo de triangulação mencionado

repetidamente na secção anterior deste cap.. Assim, qualquer descoberta ou conclusão num estudo de caso é passível de ser muito mais convincente e exacta se for baseada em várias fontes diferentes de informação, seguindo um modo corroboratório.

Patton (1987) discute quatro tipos de triangulação ao fazer avaliações - isto é, a triangulação

- 1. De fontes de doados (triangulação de dados)
- 2. Entre diferentes avaliadores (triangulação do investigador)
- 3. Das perspectivas no mesmo conjunto de dados (teoria da triangulação), e
- 4. Dos métodos (triangulação metodológica).

A presente discussão pertence apenas ao primeiro destes quatro tipos, encorajá - lo a recolher informações de fontes múltiplas, mas com o objectivo de corroborar o mesmo facto ou fenómeno. A Figura 4.2. distingue entre duas condições - quando você triangulou realmente (porção de cima) e quando você tem fontes múltiplas que mesmo assim se dirigem a factos diferentes (porção de baixo).

Com a triangulação, os potenciais problemas do *constructo de validade* podem também ser dirigidos, porque as fontes múltiplas de provas fornecem essencialmente medidas múltiplas do mesmo fenómeno. Não surpreendentemente, uma análise de métodos de estudos de caso descobriu que esses estudos de caso que usam fontes múltiplas de provas eram taxadas mais elevadamente, em termos da sua qualidade geral, do que aqueles que se baseavam apenas numa única fonte de informação (ver Yin, Bateman, & Moore, 1983).

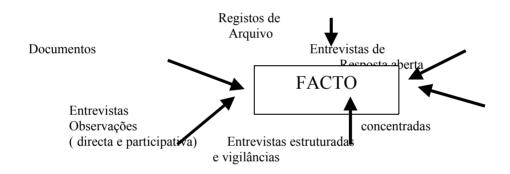
Caixa 20 Usar Fontes Múltiplas de Provas em Estudos de Caso

Os estudos de caso não precisam de ser limitados a uma +única fonte de provas. De facto, a maioria dos melhores estudos de caso baseiam -se numa grande variedade de fontes.

Um exemplo de um estudo de caso que usou tal variedade é um livro de Gross et al., *Implementar Inovações Organizacionais* (1971) cobrindo acontecimentos numa única escola. O estudo do caso incluía uma vigilância estruturada de um grande número de professores, entrevistas de resposta aberta com um número mais pequeno de pessoas chave, um protocolo observacional para medir o tempo que os estudantes gastavam nas várias tarefas, e uma revisão dos documentos organizacionais. Tanto a vigilância como os procedimentos de observação levaram a informações quantitativas sobre atitudes e comportamentos na escola, ao passo que as entrevistas de resposta aberta e provas documentárias levaram a informações qualitativas.

Todas as fontes de prova foram revistas e analisadas juntas, de modo que as descobertas do estudo do caso fossem baseadas na convergência da informação de diferentes fontes, nem quantitativas nem qualitativas apenas.

CONVERGÊNCIA DAS FONTES MÚLTIPLAS DE PROVAS (estudo simples)



<u>NÃO</u> CONVERGÊNCIA DE FONTES MÚLTIPLAS DE PROVAS

(sub - estudos separados)

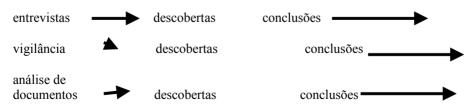


Figura 4.2 Convergência e Não convergência das Fontes Múltiplas de Provas

FONTE: Corporação COSMOS

Pré-requisitos para usar fonte múltiplas de provas. Ao mesmo tempo, o uso de fontes múltiplas de provas impõe um grande fardo, referenciado anteriormente, sobre si e qualquer outro investigador de estudo de caso. Primeiro é que a recolha de dados de fontes múltiplas é mais cara do que se os dados fossem recolhidos de apenas uma fonte (Denzin, 1978,p.61). Segundo e mais importante, cada investigador precisa de saber como levar a cabo a variedade completa de técnicas de recolha de dados. Por exemplo, um investigador de estudo de caso pode ter de recolher e analisar provas documentárias como na história, para retirar e analisar registo de arquivo como na investigação de operações económicas, e para planear e conduzir vigilâncias como numa investigação de vigilância. Se alguma destas técnicas é usada impropriamente, a oportunidade para dirigir uma ordem mais alargada de assuntos, ou estabelecer linhas de inquérito convergentes, pode estar perdida. Esta necessidade para melhorar as técnicas de recolha de dados levanta, por isso, questões importantes, no que diz respeito ao treino e peritagem do investigador do estudo do caso.

Infelizmente, muitos programas de treino graduados enfatizam um tipo de actividade de recolha de dados sobre todos os outros e o estudante com sucesso não é passível de ter a oportunidade melhorar os outros. Para ultrapassar tais condições, você deveria procurar outras maneiras de obter o treino e a prática necessários. Ima forma é trabalhar numa organização de investigação multidisciplinar, em vez de estar limitado a um único departamento académico. Outra forma é analisar as escritas metodológicas de uma variedade de cientistas sociais (ver Hammond, 1968) e aprender sobre as forças e fraquezas das diferentes técnicas de recolha de dados como têm sido praticadas por eruditos experientes. Ainda, uma terceira maneira de planear diferentes estudos piloto que fornecerão um oportunidade para praticar diferentes técnicas.

Independentemente da experiência ganha, todo o investigador de estudo deveria estar bem informado sobre uma variedade de técnicas de

recolha de dados, de modo que um estudo de caso possa usar fontes múltiplas de provas. Sem tais fontes múltiplas, uma vantagem inavaliável da estratégia do estudo de caso ter - se -à perdido.

Princípio 2: Criar uma Base de Dados de um Estudo de Caso

Um segundo principio tem a ver com a maneira de organizar e documentar os dados recolhidos para estudos de caso. Aqui, a estratégia de estudo de caso tem muito que aprender das práticas usadas com outras estratégias, nas quais a documentação geralmente consiste de duas recolhas separadas:

- 1. Os dados ou base de provas e
- 2. O relatório do investigador, quer em artigo, relatório ou livro

Com o advento dos ficheiros computadorizados, a distinção entre estas duas recolhas tem sido tornada mais clara. Por exemplo, os investigadores em investigação psicológica, vigilância e económica podem mudar as cassetes de dados e outra documentação que contenha apenas realmente a base de dados - por exemplo, respostas comportamentais ou testes de pontuação em psicologia, discrimina respostas a várias questões de vigilância, ou indicadores económicos. A base de dados pode depois ser matéria de análises separadas, secundárias, independentes de qualquer relatório pelo investigador original.

No entanto, com estudos de caso, a distinção entre uma base de dados separada e o relatório de estudo de caso *ainda* não se tornou uma prática institucionalizada. Muito frequentemente, os dados de estudo de caso são sinónimos de provas apresentadas no relatório do estudo do caso, e um leitor crítico não tem recurso se quiser inspeccionar a base de dados que conduziu às conclusões do estudo do caso. Uma excepção importante para isto têm sido os Ficheiros da Área das Relações Humanas da Universidade de Yale, os quais armazenam os " dados " para numerosos estudos etnográficos de diferentes grupos culturais, tornando estes dados disponíveis para os novos investigadores de investigação. No entanto, independente da necessidade de um repositório central, o ponto principal aqui é que cada projecto de estudo de caso deveria esforçar - se para desenvolver uma base de dados formal, apresentável, de modo que, em principio, outros

investigadores possam rever as provas directamente e não estar limitados aos relatórios escritos. Desta maneira, a base de dados do estudo de caso aumenta marcadamente a fiabilidade do estudo de caso completo.

A falta de uma base de dados formal para a maioria dos esforços de estudos de caso é uma importante insuficiência da investigação de estudos de caso e precisa de ser corrigida no futuro. Há numerosas maneiras de conseguir atingir a tarefa, desde que você e outros investigadores estejam conscientes da necessidade e estejam dispostos a comprometeram -se com os recursos adicionais necessários para construir uma base de dados. Ao mesmo tempo, a existência de uma base de dados inadequada não impede a necessidade de apresentar provas suficientes dentro do próprio relatório do estudo do caso (a ser discutido mais à frente no cap. 6). Cada relatório deveria ainda conter dados suficientes de modo que o leitor do relatório possa retirar conclusões independentes sobre o estudo do caso.

Mesmo assim, o problema inicial de estabelecer uma base de dados de estudo do caso não tem sido reconhecida pela maioria dos livros sobre " métodos de campo." As sub - secções abaixo representam uma extensão do actual estado da arte. As notas, documentos, materiais tabelares e narrativas.

Notas de Estudo de caso. Para estudos de caso, as notas são passíveis de serem a componente mais normal de uma base de dados. Estas notas tomam uma variedade de formas. As notas podem resultar das entrevistas de um investigador, observações, ou análise de documentos. As notas podem estar manuscritas, dactilografadas, em cassetes áudio ou em disquetes de micro - computadores e podem estar reunidas em forma de um diário, ou cartões de índice, ou de forma menos organizada.

Independentemente da sua forma ou conteúdo, estas notas de estudo de caso devem ser armazenadas de maneira que outras pessoas, incluindo o investigador, possam usá - las eficientemente mais tarde. Mais normalmente, as notas podem ser divididas nas matérias principais - como limitado num protocolo de estudo de caso - cobertas por um estudo de caso; no entanto, qualquer sistema classificativo servirá, enquanto o sistema seja evidente para uma parte exterior. Apenas desta maneira as notas estarão disponíveis como parte da base de dados do estudo do caso.

Esta identificação das notas como parte da base de dados do estudo de caso não significa, no entanto, que o investigador precisa de gastar excessivas quantias de tempo a rescrever entrevistas ou a fazer mudanças

editoriais extensas para tornar as notas apresentáveis. Tal construção de um registo de caso, incluindo a edição e rescrita das notas de entrevista, é recomendada por pelo menos um autor (Patton, 1980, p. 303), mas resulta numa prioridade mal colocada. Qualquer esforço de edição parecido deveria ser dirigido ao próprio relatório do estudo de caso, não às notas. As únicas características essenciais das notas é que sejam organizadas, categorizadas, completas e disponíveis para um acesso mais tardio.

Documentos de estudo de caso. Muitos documentos relevantes para um estudo de caso serão recolhidos durante o curso de um estudo. O cap.3 indicou que a disposição destes documentos deveria ser coberta no protocolo do estudo do caso e sugeriu que uma maneira auxiliadora é ter uma bibliografía anotada destes documentos. Tais anotações iriam ami8s uma vez facilitar o armazenamento e recuperação, de modo que outros investigadores mais tarde possam inspeccionar ou partilhar a base de dados.

A única característica destes documentos é que eles são passíveis de requerer uma grande quantidade de espaço físico de armazenamento. A juntar, os documentos podem ser de importância variada para a base de dados, e o investigador pode querer estabelecer um ficheiro primário e um fícheiro secundário de tais documentos. O objectivo principal, mais uma vez, é tornar os documentos rapidamente recuperáveis para inspecções mais tarde e leituras cuidadosas. Naquelas situações em que os documentos foram relevantes para entrevistas específicas, uma contra - referência adicional é ter as notas da entrevista discriminada no documento.

Materiais tabelares. A base de dados pode consistir em materiais tabelares, quer recolhidos do sítio a serem estudados ou criados pela equipa de investigação. Tais materiais podem incluir vigilância e outros dados quantitativos. Por exemplo, uma vigilância pode ter sido conduzida num ou mais sítios do estudo de caso como parte do estudo geral. Em tais situações, ao lidar com provas de arquivo ou observacionais, um estudo de caso pode ter chamado por " contas " de vários fenómenos (ver Miles, 1979). A documentação destas contas, feitas pela equipa do estudo do caso, também deveria ser organizada e armazenada como parte da base de dados. Resumindo, quaisquer materiais tabelares, quer baseados em vigilâncias, contas observacional, ou dados de arquivos, podem ser tratados de uma

maneira semelhante à maneira como eles são lidados em outras estratégias de investigação.

Narrativas. Certas formas de narrativa também podem ser consideradas uma parte formal da base de dados e não parte do relatório final do estudo do caso. Isto é reflectido por uma prática especial que deveria ser usada mais frequentemente: os investigadores do estudo de caso comporem respostas abertas às questões do protocolo no estudo de caso. Esta prática foi usada em várias ocasiões em estudos de casos múltiplos planeados pelo autor (ver CAIXA 21). As questões e respostas, de forma modificada, podem mesmo servir directamente como base para o relatório final do estudo do caso, como descrito mais à frente no cap.6.

CAIXA 21

Narrativas na Base de Dados de um Estudo de Caso

Uma série de 12 estudos de caso foi feita sobre o uso do micro computador nas escolas (Yin & White, 1984). Cada estudo de caso era baseado em respostas abertas a cerca de 50 questões de protocolo respeitante a assuntos tais como o número e localização dos micro - computadores (uma questão de inventário requerindo respostas tabelares e narrativas), a relação entre as unidades do micro- computador e outros sistemas computadorizados dentro do distrito escolar, e o treino e coordenação fornecidos pelo distrito.

A primeira responsabilidade do investigador do estudo do caso era responder a estas 20 perguntas tão completamente quanto possível, citando fontes específicas de provas em notas de rodapé. Estas respostas não eram editadas mas serviam como base para os relatórios de casos individuais e análises de contra - caso. A disponibilidade da base de dados significava que outros membros da equipa do estudo do caso podiam determinar os acontecimentos em cada sítio, mesmo antes dos relatórios de estudo de caso estarem completos. Estes ficheiros continua um fonte de provas rica que podia ser usada outra vez, mesmo como parte de outro estudo.

Em tal situação, cada resposta representa uma tentativa de integrar as provas disponíveis e de convergir sobre factos do assunto ou as suas interpretações tentadas. O processo é na verdade analítico e é parte integral da análise do estudo do caso. O formato para as respostas pode ser considerado análogo ao do exame compreensivo de " levar para casa", usado nos programas de graus graduados. O investigador é o respondente. E o seu objectivo é citar as provas relevantes - quer de entrevistas, documentos, observações, ou provas de arquivo - para compor uma resposta adequada. O objectivo principal da resposta aberta é documentar a relação entre peças específicas de provas e vários assuntos no estudo do caso, usando notas de rodapé e citações generosamente.

O conjunto completo de respostas pode ser considerados parte da base de dados do estudo do caso. O investigador, juntamente com outra parte interessada, pode depois usar esta base de dados para compor o verdadeiro relatório do estudo do caso. Ou, se não forem compostos relatórios respeitantes a casos individuais (ver Cap.6 para tais situações), as respostas podem servir como a base de dados para subsequente análise de contra - caso. Mais uma vez, porque as respostas são parte da base de dados e não do relatório final, os investigadores não deveriam gastar muito tempo a tentar tornar as respostas apresentáveis. Em outras palavras, eles não precisam de representar a edição padronizada e tarefas de edição de cópias 8 respostas podem mesmo permanecer manuscritas dactilografadas). O atributo mais importante das boas respostas é que elas na verdade ligam as provas específicas - através de citação adequada - aos assuntos pertinentes de estudos de caso.

Principio 3 : Manter uma Cadeia de Provas

Outro principio a ser seguido, para aumentar a fiabilidade da informação num estudo de caso, é manter uma cadeia de provas. Tal principio é baseado numa noção semelhante à usada nas investigações criminais.

O principio é permitir um observador externo - o leitor do estudo do caso, por exemplo - seguir a derivação de algumas provas das questões iniciais da investigação para ultimar as conclusões do estudo do caso. Mais, este observador externo deve ser capaz de localizar os passos em ambas as direcções (das conclusões até às questões de investigação iniciais ou das

questões para as conclusões). Como acontece com as provas criminais , o processo de se ser apertado o suficiente para que as provas apresentadas em "tribunal " - o relatório do estudo do caso - sejam seguramente as mesmas que as recolhidas no local do "crime "durante o processo de recolha de dados; inversamente, nenhuma prova original deve ser perdida, devido ao descuido ou preconceitos, e por isso deixar de receber a atenção apropriada ao considerar os "factos " de um caso. Se estes objectivos são alcançados, um estudo de caso terá também atingido o problema metodológico de determinar o constructo da validade, e assim aumentar a qualidade geral do caso.

Imagine o cenário seguinte. Você leu as conclusões num relatório de estudo de caso, quer saber mais sobre a derivação desta conclusão, e está a localizar a processo de investigação ao contrário.

Primeiro, o relatório em si deveria ter feito citações suficientes às porções relevantes da base de dados do estudo do caso - por exemplo, citando documentos específicos, entrevistas e observações (ver CAIXA 22 para um exemplo contrário). Segundo, a base de dados, sob inspecção, deveria revelar as verdadeiras provas e também indicar as circunstâncias sob as quais as provas foram recolhidas - por exemplo, o tempo e local de uma entrevista. Terceiro, estas circunstâncias deveriam ser consistentes com os procedimentos específicos e questões contidas no protocolo do estudo do caso, para mostrar que a recolha de dados seguiu os procedimentos estipulados no protocolo. Finalmente, um leitura do protocolo deveria indicar o elo entre o conteúdo do protocolo e as questões iniciais do estudo.

No agregado, tem por isso sido capaz de se movimentar de uma porção do estudo do caso para outra, com procedimentos metodológicos contra - referenciais claros e para as provas resultantes. Esta é a derradeira " cadeia de provas " que é desejável.

CAIXA 22

Casos Descritivos a Precisar de Provas

Um estudo de caso descritivo é normalmente considerado menos exigente do que um explanatório. Pouca teoria é tida como necessária, elos causais não têm de ser feitos, e a análise é mínima. O investigador estudo do caso é simplesmente suposto de ser livre de " dizer tal como é".

Os três "Retratos de Escolas Secundárias Exemplares" de Sara Lightfoot publicados no *Daedalus* (1981), são exemplos de tais estudos de caso descritivos. Cada caso cobre uma escola secundária distinta, o seu pessoal e currículo, alguns acontecimentos críticos, e apanhados do quotidiano da vida escolar. Os " retratos " como trabalhos de arte, são idiossincráticos para cada escola e não seguem qualquer estrutura teórica normal.

No entanto, mesmo sob estas condições, as provas evidentes precisam de ser citadas. Uma deficiência importante destes estudos de caso é que nenhum deles tem uma única nota de rodapé - citando entrevistas específicas, documentos, ou observações. O leitor não pode dizer que fontes o autor usou e por isso não pode independentemente julgar a fiabilidade da informação. Tal problema pode subverter a credibilidade de um completo estudo de caso.

SUMÁRIO

Este cap. reviu seis tipos de provas de estudos de caso, como ela podem ser recolhidas, e três importantes princípios respeitantes ao processo de recolha de dados.

O processo de recolha de dados para estudos de caso é mais complexo do que os processos usados em outras estratégias de investigação. O investigador do estudo de caso deve ter uma versatilidade metodológica não necessariamente requerida para usar outras estratégias e deve permitir certos procedimentos formais para assegurar o *controlo de qualidade* durante o processo de recolha de dados. Os três princípios descritos acima são passos nessa direcção. Não se pretende que ponha numa camisa de forças o investigador inventivo e cheio de perspectivas. Pretende - se que façam o processo tão explicito quanto possível, de modo que os resultados finais - os dados que foram recolhidos - reflictam uma preocupação pelo constructo de validade e pela fiabilidade, por isso tornando -se digno de mais análise. Como tais análises podem ser levadas a cabo é a matéria do próximo capítulo.

EXERCÍCIOS

- 1. Usar provas. Seleccione um dos estudos de caso citados nas caixas deste livro. Percorra o estudo do caso e identifique cinco " factos " importantes para o estudo do caso. Para cada facto, indique a fonte ou fontes de provas, se algumas, usadas para definir o facto. Em quantas instâncias havia mais do que uma única fonte de provas?
- 2. *Identificar tipos ilustrativos de provas*. Nomeie um tema de estudo de caso que gostaria de estudar. Para alguns aspectos

deste tema, identifique o tipo específico de provas que seriam relevantes - por exemplo, se um documento, que tipo de documento? Se uma entrevista, que respondentes e que questões? Se um registo de arquivo, que registos e que variáveis?

- **3.** Procurar provas convergentes. Nomeie um incidente particular que ocorreu recentemente na sua vida diária. Como estabeleceria os " factos " deste incidente, se quisesse demonstrar o que tinha acontecido? Entrevistaria pessoas importantes (incluindo a si próprio)?Teria havido alguns artefactos ou documentação para se basear?
- 4. Praticar o desenvolvimento da base de dados. Para o tema que você cobriu na questão anterior, escreva um pequeno relatório (não mais do que duas páginas dactilografadas). Comece este relatório com a questão mais importante a que está a tentar responder, e depois forneça a resposta, citando as provas que usou (o seu formato deveria incluir notas de rodapé). Encare como esta sequência questão resposta poderá ser uma de muitas na sua "base de dados" total.
- **5.** Estabelecer uma cadeia de provas. Afirme uma conclusão hipotética que poderá emergir de um estudo de caso que você vai fazer. Agora trabalhe ao contrário e identifique os dados específicos ou provas que teriam apoiado tal conclusão. Semelhantemente, trabalhe para trás e defina a questão de protocolo que teria dirigido a recolha de provas, e depois a questão de estudo que de volta levaria ao plano da questão de protocolo. Compreende como esta cadeia de provas tem sido formada, e como se pode avançar e recuar na localização da cadeia?

Notas

 Sugestões excelentes respeitantes às maneiras de verificar provas documentais, incluindo o problema não trivial de determinar o verdadeiro autor de um documento, são oferecidas por Barzun e Graff (1985, pp. 109 - 133). 2. Esta prática foi ilustrada muito eficazmente no livro best - seller de Bernstein e Woodward (1974) na cobertura do Watergate. O trabalho de campo dos autores, reflectido nas formas nas quais artigos individuais foram escritos para apresentação no The Washington Post, continuamente incluíam oportunidades para todos os participantes exprimirem os seus pontos de vista ou para negarem as afirmações dos outros. Quando pessoas chave não desejavam comentar, esta ocorrência era também notada nos artigos.

Analisar as Provas de Estudo de Caso

A análise de dados consiste em examinar, categorizar, tabelar ou de outra forma, recombinar as provas para dirigir as proposições iniciais de um estudo. Analisar provas de estudos de caso é especialmente difícil porque as estratégias e técnicas não foram bem definidas no passado. No entanto, todas as investigações deveriam começar com uma estratégia analítica geral - cedendo prioridades para o que analisar e porquê.

Dentro de tal estratégia, quatro técnicas analíticas dominantes deveriam ser usadas: padrões de ligação, construção de explicações, análise de séries de tempo e modelos lógicos de programas. Cada é aplicável quer um estudo envolva um plano de caso simples ou múltiplo, e cada estudo de caso deveria considerar estas técnicas. Outros tipos de técnicas analíticas são também possíveis de lidar com situações especiais - nomeadamente, nas quais um estudo de caso tem unidades de análise embutidas ou nas quais há grandes números de estudos de caso para analisar. Estas outras técnicas deveriam por isso ser usadas em conjunção com as quatro técnicas dominantes, e não sozinhas.

Necessidade de uma Estratégia Analítica

A análise de provas de um estudo de caso é um dos menos desenvolvidos e mais difíceis aspectos de fazer estudos de caso. Muitas vezes, os investigadores começam estudos de caso sem ter a mais pequena noção sobre como as provas devem ser analisadas (apesar da recomendação no capítulo 3 de que as abordagens analíticas serem desenvolvidas como parte do protocolo do estudo do caso). Tais investigações facilmente ficaram empatadas na fase analítica; este autor tem conhecido colegas que simplesmente ignoraram os dados dos seus estudos de caso mês após mês, sem saber o que fazer com as provas.

Devido a este problema, o investigador experiente de estudo de caso é passível de ter grandes vantagens sobre os novatos na fase analítica. Ao contrário das análises estatísticas, há poucas formulas fixas ou livros de receitas para guiar os novatos (um dos poucos textos para tentar isto é Miles & Huberman, 1984). Em vez disso, muito depende do próprio estilo rigoroso de pensar de um investigador, juntamente com a apresentação suficiente de provas e consideração cuidadosa de interpretações alternativas.

Tal observação levou alguns a sugerir que uma abordagem a análises bem sucedida é fazer dados de estudos de caso conducentes a análises estatísticas - codificando acontecimentos em formas numéricas, por exemplo. Tais estudos de caso "quantitativos (Pelz, 1981) podem ser possíveis quando se tem uma unidade embutida de análises dentro do estudo do caso, mas esta abordagem ainda falha a dirigir as necessidades de fazer análises ao nível de todo o caso, no qual poderá haver apenas um único ou poucos casos.

Uma Segunda abordagem sugerida tem sido a de usar várias *técnicas* analíticas (ver Miles & Huberman, 1984), tais como:

- Pôr informação em diferentes ordens
- · Fazer uma matriz de categorias e colocar as provas dentro de tais categorias
- · Criar mostradores de dados mapas e outros engenhos para examinar os dados
- · Tabelar a frequência de diferentes acontecimentos
- · Examinar a complexidade de tais tabelações e as suas relações, calculando números de segunda ordem tais como meios e variâncias

· Pôr informação em ordem cronológica ou usar um outro esquema temporal

Estas técnicas são na verdade úteis e importantes e deveriam ser usadas para pôr as provas em alguma ordem anterior à análise actual. Mias, tais manipulações preliminares de dados são uma maneira de ultrapassar o empatamento do problema mencionado acima. Ao mesmo tempo, as manipulações devem ser feitas cuidadosamente para evitar que os resultados sejam preconceituosos.

No entanto, mais importante do que estas duas abordagens é ter uma estratégia analítica geral para começar. O último objectivo é tratar as provas justamente, para produzir conclusões analíticas forçadas, e excluir interpretações analíticas. O papel da estratégia geral é ajudar um investigador a escolher entre várias técnicas diferentes e a completar a fase analítica da investigação com sucesso. Dois tipos de tais estratégias são descritos abaixo, após as quais formas específicas de conduzir a análise de estudo de caso são revistas.

Duas Estratégias Gerais

Confiar em proposições teóricas. A primeira e mais preferida estratégia é seguir as proposições teóricas que levam ao estudo do caso. Os objectivos originais e plano do estudo do caso presumivelmente foram baseados em tais proposições, as quais em troca reflectiam um conjunto de questões de investigação, revisões da bibliografia e novas perspectivas.

As proposições teriam dado forma aos planos de recolha de dados e por isso teriam dado prioridades às estratégias analíticas relevantes. Um exemplo, de um estudo de relações intergovernamentais, seguiu as proposições que os fundos federias não apenas tinham efeitos redistributivos no dólar, mas também criaram novas mudanças organizacionais a nível do local (Yin, 1980). A proposição básica - a criação de uma burocracia " contrária " na forma de organizações de planeamento locais, grupos de acção de cidadãos, e outros escritórios novos dentro de um governo local, mas também sintonizado para programa federais específicos - foi localizado em estudos de caso de várias cidades. Para cada cidade, o propósito do estudo do caso era mostrar como a formação e modificação em organizações locais ocorreram *após* mudanças em programas federais relacionados e

mostrar como estas organizações locais agiam em nome dos programas federais embora eles tivessem sido componentes de governos locais.

Esta proposição é um exemplo de uma orientação teórica guiando a análise do estudo do caso. Claramente, a proposição ajuda a concentrar a atenção em vários dados e a ignorar outros. (Um bom teste é decidir que dados poderia citar se tivesse apenas 5 minutos para defender a proposição no seu estudo de caso). A proposição também ajuda a organizar o estudo de caso inteiro e a definir explicações alternativas a serem examinadas. Proposições teóricas sobre relações causais - respostas a questões " como " e " porquê " - podem ser muito úteis a guiar análises de estudo de caso desta maneira

Desenvolver uma descrição de caso. Um Segunda estratégia analítica geral é desenvolver uma estrutura descritiva para organizar o estudo do caso. Esta estratégia é menos preferível do que o uso de proposições teóricas mas serve como uma alternativa quando as proposições teóricas estão ausentes.

Ás vezes, o propósito original do estudo de caso pode ter sido descritivo. Este foi o objectivo do famoso estudo sociológico de *Middletown* (Lynd & Lynd, 1929), o qual foi um estudo de caso de uma pequena cidade do centro oeste. O que é interessante em *Middletown*, aparte do seu valor clássico como um caso rico e histórico, é a sua estrutura, reflectido pelos seus capítulos:

· Cap. I: Arranjar uma modo de Vida

· Cap. II: Fazer um Lar

· Cap. III: Treinar os Jovens

· Cap. IV: Utilizar a Diversão

Cap. V: Envolver - se em Práticas Religiosas

· Cap. VI: Envolver- se nas Actividades da Comunidade

Estes capítulos cobrem uma alcance de temas relevantes para a vida da comunidade no principio do século vinte, quando Middletown foi estudada. A estrutura descritiva também organiza a análise do estudo do caso. (Como um aparte, um exercício útil é notar a estrutura de estudos de caso exemplares existentes - alguns citados nas CAIXAS ao longo deste

livro - ao examinar as suas tabelas de conteúdos, como uma pista implícita para diferentes abordagens analíticas.)

Em outras situações, o objectivo original do estudo de caso pode não ter sido descritivo, mas uma abordagem descritiva pode ajudar a identificar o elo causal apropriado a ser analisado - mesmo quantitativamente. A caixa 23 dá um exemplo de um estudo de caso que estava relacionado com a complexidade de implementar programas de desenvolvimento económico local. Tal complexidade, os investigadores aperceberam - se, podia ser *descrita* em termos da multiplicidade de decisões que tinham ocorrido de modo a que a implementação tivesse sucesso. Esta perspectiva descritiva levou, mais tarde à enumeração, tabelação, e daí quantificação das várias decisões. Neste sentido, a abordagem descritiva foi usada para identificar a) um tipo de acontecimento que pudesse ser quantificado e b) um padrão geral de complexidade que derradeiramente foi usado num sentido causal para "explicar " porque é que a implementação tinha falhado.

CAIXA 23 Ouantificar os Elementos Descritivos de um Estudo de Caso

O livro de Pressman e Wildavsky, *Implementação: Como as Grandes Expectativas de Washington são Destruídas em Oakland* (1973), é tido como um dos melhores contribuições mais avançadas para o estudo da implementação. Este é o processo onde alguma actividade programática - um projecto de desenvolvimento económico, um novo currículo numa escola, ou um programa de prevenção do crime, por exemplo - é instalada numa organização específica. O processo é complexo e envolve numerosos indivíduos, regras organizacionais, normas sociais, e misturas de boas e más intenções.

Pode um processo tão complexo também ser matéria de inquéritos quantitativos e análise? Pressman e Wildavsky oferecem uma solução inovadora. À dimensão de implementações com sucesso podem ser *descritas* como sequência de decisões, um analista pode concentrar parte do seu estudo de caso no número e tipos de tais decisões ou elementos.

Assim, no seu cap. intitulado " A complexidade da Acção Conjunta", os autores analisam as dificuldades em Oakland: para implementar um programa de trabalhos públicos eram necessárias um total de 70 decisões sequenciais - aprovações de projecto, negociações de licenças, contractos de aluguer, a assim por diante. A análise examinou o nível de concordância e o tempo necessário para alcançar concordância em cada uma dos 70 pontos de decisão. Dada a diversidade normal de opinião e derrapagem no tempo, a análise ilustra - de forma quantitativa - a baixa probabilidade de sucesso da implementação.

Sumário. A melhor preparação para conduzir a análise de um estudo de caso é ter uma estratégia analítica geral. Duas foram descritas, uma baseando - se em proposições teóricas e a outra começando com u ma bordagem descritiva ao caso. Estas duas estratégias gerais sustentam os procedimentos analíticos específicos a serem descritos abaixo. Sem tais estratégias (ou alternativas a elas), as análises de estudo de caso continuarão com dificuldade. Uma forma de ultrapassar tal dificuldade é " jogar com os dados ", usando algumas técnicas que têm sido enumeradas. No entanto, se as estratégias gerias estão ausentes, e se não se é hábil a jogar com os dados, todo o estudo do caso é provável de estar em perigo.

O resto deste capítulo cobre técnicas analíticas específicas, para serem usadas como parte de uma estratégia geral. As secções são divididas em dois conjuntos. O primeiro " Modos Dominantes de Análise", contém quatro técnicas importantes (ligação de padrões, construção de explicações, análise de séries de tempo, e modelos lógicos de programa). Este primeiro conjunto tem como principal intenção lidar com os problemas anteriormente referidos de desenvolver a *validade interna* e *validade externa* ao fazer estudos de caso (ver Cap. 2). O segundo " Modos de Análise Menores", contém técnicas que normalmente precisam de ser usadas em conjunto com um dos modos dominantes.

MODOS DOMINANTES DE ANÁLISE

Ligação de Padrões

Para a análise de estudos de caso, uma das estratégias mais desejáveis é usar uma lógica de ligação de padrão. Tal lógica (Trochim, 1989) compara um padrão baseado empiricamente com um previsto (ou

com várias previsões alternativas). Se os padrões coincidirem, os resultados podem ajudar o estudo do caso a fortalecer a sua *validade interna*.

Se o estudo do caso é explanatório, os padrões podem estar relacionados com as variáveis dependentes independentes do estudo (ou ambas). Se o estudo do caso é descritivo, a ligação de padrões é ainda relevante, desde que o padrão previsto de variáveis específicas seja definido antes da recolha de dados

Variáveis dependentes não - equivalentes como um padrão. O padrão de variáveis dependentes pode ser derivado de um dos planos de investigação quasi - experimentais mais potentes, rotulado um " plano de variáveis dependentes não - equivalentes " (Cook & Campbell, 1979, p. 118) . De acordo com este plano, uma experiência ou quasi - experiência pode ter múltiplas variáveis dependentes - isto é, uma variedade de resultados. Se , para cada resultado, os valores inicialmente previstos tiverem sido encontrados, e ao mesmo tempo " padrões alternativos de valores previstos (incluindo aqueles que derivam de artefactos metodológicos, ou " ameaças " à validade) não tiverem sido encontrados, podem ser feitas fortes inferências.

Por exemplo, considere um único caso, no qual você esteja a estudar os efeitos de um sistema automatizado de escritório recentemente instalado. A sua proposição mais importante é que, porque tal sistema é descentralizado - isto é, cada peça de equipamento automática, tal como um processador de *word*, pode trabalhar independentemente de qualquer computador central - um certo padrão de mudanças organizacionais e acentuações acontecerão. Entre estas mudanças e acentuações, você especifica o seguinte, baseado em proposições derivadas de teorias de descentralização anteriores:

- · Os empregados criarão novas *aplicações* para o equipamento do escritório, e estas aplicações serão idiossincráticas para cada empregado;
- Elos tradicionais de supervisão serão ameaçados, à medida que o controlo da gerência sobre as tarefas do word e o uso das fontes centrais de informação terão menos importância;

- · Conflitos organizacionais aumentarão, devido à competição por recursos entre o novo sistema e o existente, sistema principal de computadores que a organização tem tido; mas, mesmo assim.
- A produtividade aumentará sobre os níveis anteriores à instalação do novo sistema.

Neste exemplo, estes quatro resultados representam cada variáveis dependentes diferentes, e você avaliaria cada com medidas diferentes e instrumentos. A esta dimensão, você tem um estudo que tem variáveis dependentes *não - equivalentes*. Você também previu um padrão geral de resultados cobrindo cada uma destas variáveis. Se os resultados são os previstos, você pode retirar uma conclusão sólida sobre os efeitos da descentralização na automatização do escritório. No entanto, se os resultados não mostrarem o padrão completo como previsto - a sua proposição inicial teria de ser questionada.

Este primeiro caso poderia depois ser aumentado por um segundo, no qual outro sistema de automatização do escritório tenha sido instalado, mas de natureza centralizada - isto é, o equipamento de todas as estações de trabalho individuais estavam ligados à mesma rede, e toda a rede era controlada por uma unidade computadorizada central (um sistema de lógica- partilhada). Agora você iria prever um padrão diferente de resultados, usando as mesmas quatro variáveis dependentes enumeradas em cima. E agora, se os resultados mostram que o sistema descentralizado (Caso 1) tinham realmente produzido o padrão previsto, e que este primeiro padrão era diferente do previsto e produzido pelo sistema centralizado (Caso 2), seria capaz de retirar uma conclusão ainda mais forte sobre os efeitos de descentralização. Nesta situação, você fez uma replicação teórica através dos casos (Em outras situações, você poderia ter procurado uma *replicação literal* ao descobrir dois ou mais casos de sistemas descentralizados.)

Finalmente, você pode estar consciente da existência de certas ameaças à validade desta lógica (ver Cook & Campbell, 1979), para uma lista completa destas ameaças). Por exemplo, um novo executivo poderia ter assumido escritório no caso 1., deixando lugar para um contra - argumento: que os efeitos aparentes da descentralização eram realmente

atribuíveis à nomeação deste executivo e não a sistemas de automatização de escritórios recentemente instalados. Para lidar com esta ameaça, você teria de identificar alguns sub - conjuntos das variáveis dependentes iniciais e mostrar que o padrão teria sido diferente (no Caso 1), se o executivo tivesse sido a verdadeira razão para os efeitos. Se você só tivesse um estudo de caso simples, este tipo de procedimentos seria essencial; você estaria a usar os mesmos dados para ditar argumentos baseados numa ameaça potencial à validade. Dada a existência de um segundo caso, como no nosso exemplo hipotético, você poderia mostrar que o argumento acerca do executivo não explicaria certas partes do padrão encontradas no Caso 2 (no qual a ausência do executivo deveria ter sido associado a certos resultados opositores.) Em essência, o seu objectivo é identificar todas as ameaças razoáveis à validade e conduzir comparações repetidas, mostrando como tais ameaças não podem contar para os padrões duais em ambos os casos hipotéticos.

Explanações rivais como padrões. Um segundo tipo de ligação de padrões é para as variáveis independentes. Em tal situação (por exemplo, ver CAIXA 24), vários casos podem ser conhecidos com obtendo um certo tipo de resultados, e a investigação ter - se concentrado em como e porquê este resultado ocorreu em cada caso.

Esta análises requer o desenvolvimento de proposições teóricas rivais articuladas em termos operacionais. As características importantes destas explanações rivais é que cada envolve um padrão de variáveis independentes que é mutuamente exclusivo: Se uma explicação é valida, os outras não o podem ser. Isto significa que a presença de certas variáveis independentes (previstas por uma explicação) impedem a presença de outras variáveis independentes (previstas por uma explicação rival). As variáveis independentes podem envolver várias ou muitas características diferentes ou acontecimentos, avaliado cada com medidas e instrumentos diferentes. A preocupação da análise do estudo de caso, no entanto, tem a ver com o padrão geral de resultados e o grau a que o padrão se liga com o previsto.

Este tipo de ligação de padrões de variáveis independentes também pode ser feito quer com um caso simples ou casos múltiplos. Com um caso simples, o sucesso de ligação do padrão a uma das explicações rivais seria a

prova para concluir que a explicação estava correcta (e que a outra explicação estava incorrecta). Mais uma vez, mesmo com um estudo de caso simples, ameaças à validade - que basicamente constituem outro grupo de explicações rivais - deveriam ser identificadas e eliminadas. A juntar, se este resultado idêntico fosse obtido sobre casos múltiplos, a *replicação literal* de casos simples teria sido conseguida, e os resultados do contra - caso poderiam ser afirmados ainda mais assertivamente . Depois, se este mesmo resultado também não ocorresse num segundo grupo de casos, devido a circunstâncias previstas diferentes, *a replicação teórica* teria sido conseguida, e o resultado inicial ficaria ainda mais forte.

Padrões mais simples. Esta mesma lógica pode ser aplicada a padrões mais simples, tendo uma variedade mínima de variáveis quer dependentes, quer independentes. No caso mais simples, no qual poderá haver apenas duas variáveis dependentes (ou independentes) diferentes, a ligação de padrões é possível desde que um padrão diferente tenha sido estipulado para estas duas variáveis.

Quanto menos as variáveis, claro, mais dramáticos os padrões diferentes terão de ser para permitir qualquer comparação das suas diferenças. Mesmo assim, há algumas situações, nas quais os padrões mais

CAIXA 24

Ligação de Padrões para Explicações Rivais

Um problema comum de política é compreender as condições sob as quais R&D podem ser tornadas úteis para a sociedade. Muito frequentemente, as pessoas pensam que a investigação serve - se apenas a si própria e não vai ao encontro de necessidades práticas.

Este tema foi a matéria de vários estudos de caso, nos quais os resultados dum projecto R & D já se sabia terem sido usados. Os estudos de caso investigaram como e porquê estes resultados tinham ocorrido, entretendo várias explicações rivais baseadas em três modelos prevalentes de uso de investigação: a) a investigação, o desenvolvimento e o modelo de difusão; b) o modelo de resolução de problemas; e c) o modelo de interacção social (Yin & Moore, 1984). Os acontecimentos para cada caso foram comparados com os previstos por cada modelo, num modo de ligação de padrões. Por exemplo, o modelo de resolução de problemas requer a existência anterior de um problema, como prelúdio à iniciação de um projecto R6D, mas esta não é uma condição reconhecida pelos outros dois modelos. Este é, por isso, um exemplo de como diferentes modelos teóricos podem prever mutuamente acontecimentos exclusivos, facilitando comparações efectivas.

Para todos os casos que foram estudados (N = 9), os acontecimentos revelaram -se como ligando à melhor combinação do segundo ou terceiro modelos. Os investigadores tinham, por isso, usado explicações rivais para analisar os dados dentro de cada caso e uma lógica de replicação ao longo dos caso

Construção de Explicações

Uma Segunda estratégia de análise é de facto um tipo especial de ligação de padrões, mas o procedimento é mais difícil e por isso merece atenção separada. Aqui, o objectivo é analisar os dados de estudo do caso, construindo um a explicação sobre o caso (Yin, 1982 b 9.

Como usado neste capítulo, o procedimento é principalmente relevante para estudos de caso explanatórios. Um procedimento semelhante, para estudos de caso exploratórios, tem sido normalmente citado como parte de um processo de gerar hipóteses (ver Laser & Strauss, 1967); no entanto, o seu objectivo não é concluir um estudo, mas desenvolver ideias para outros estudos.

Elementos de explicação. "Explicar" um fenómeno é estipular um conjunto de elos causais sobre o mesmo. Estes elos causais são semelhantes às variáveis independentes no anteriormente descrito uso de explicações rivais. Na maioria dos estudos, os elos podem ser complexos e difíceis de medir de maneira precisa.

Na maioria dos casos existentes, a construção de explicações ocorreu de forma narrativa. Porque tais narrativas não podem ser precisa, os melhores estudos de caso são aqueles, nos quais as explicações reflectiram algumas proposições teoricamente significativas. Por exemplo, os elos causais podem reflectir perspectivas críticas de processos de política pública ou de teorias de ciências sociais. A proposições de política pública, se

correctas, podem levar a recomendações para acções políticas futuras (ver CAIXA 25, parte A, para um exemplo); as proposições de ciências sociais, se correctas, podem levar as contribuições mais importantes de construção de teorias (ver CAIXA 25, parte B, para um exemplo).

Natureza iterativa de construção de explicações. O processo de construção de explicações, para estudos de caso explanatórios, não tem sido bem documentado em termos operacionais. No entanto, uma característica importante é que a explicação final é um resultado de uma série de iterações:

- · Fazer uma afirmação teórica inicial ou uma proposição inicial sobre política ou comportamento social
- · Comparar as descobertas de *um caso inicial* contra tal afirmação ou proposição
- · Rever a afirmação ou proposição
- · Comparar outros dados do caso contra a revisão
- · Rever novamente a afirmação ou proposição
- · Comparar a revisão aos factos de um segundo, terceiro, ou mais casos
- · Repetir este processo tantas vezes quantas necessárias

Neste sentido, a explicação final pode não ter sido completamente estipulada ao principio de um estudo e por isso difere a este respeito das abordagens de ligação de padrões anteriormente descritas. Em vez disso, as provas do estudo do caso são examinadas, posições teóricas são revistas, e as provas examinadas mais uma vez de uma nova perspectiva, neste modo iterativo.

A construção de uma explicação gradual é semelhante ao processo de refinar um conjunto de ideias, no qual um aspecto importante é mais uma vez entreter outras *explicações plausíveis ou rivais*. Como antes, o objectivo é mostrar como estas explicações não podem ser construídas , dado o conjunto actual dos acontecimentos de estudo de caso. Se esta abordagem é aplicada a estudos de caso múltiplos (como na CAIXA 25), o resultado de um processo de construção de explicação é também a criação de uma análise de contra caso, não simplesmente uma análise para cada caso individual.

Problemas potenciais na construção de explicações. Qualquer investigador deveria ser avisado previamente que esta abordagem à análise de estudos de caso está carregada de perigos . é exigida muita inteligência do construtor de explicação. À medida que o recesso iterativo progride, por exemplo, um investigador pode começar lentamente a afastar - se do tema de interesse original. Referência constante ao propósito original do inquérito e a explicações alternativas possíveis podem ajudar a reduzir este problema

CAIXA 24

A. Construção de Explicações em Estudos de Casos Múltiplos

Num estudo de caso múltiplo, um objectivo é construir uma explicação geral que sirva a cada um dos casos individuais, mesmo que os casos variem nos seus detalhes. O objectivo é análogo para experiências múltiplas.

Novas Cidades na Cidade: Porque falhou um programa Federal (1972 9 é um livro de Martha Derthick sobre um problema de habitação criado pelo Presidente Lyndon Johnson.

O governo federal devia dar a sua terra excedente - localizada à escolha nas partes interiores da cidade - aos governos locais para desenvolvimentos habitacionais. Mas após quatro anos, tinha sido feito pouco progresso nos sete sítios - San Antonio, New Bedford (Massachusetts), San Francisco, Washington D.C., Atlanta, Louisville e Clinton Township (Michigan) - e o programa foi considerado um falhanco.

O relato de Derthick analisa primeiro os acontecimentos em cada dos sete sítio. Depois, uma explicação geral - que os projectos falharam para gerar apoio local suficiente - é encontrado insatisfatória porque a condição não era dominante em todos os sítios. De acordo com Derthick, embora existisse apoio local, " os oficiais federais afirmaram, no entanto, objectivos tão ambíguos que algum grau de falhanço era certo"(p. 91). Em vez disso, Derthick constrói uma explicação modificada e conclui que " o programa de terras excedentes falhou porque o governo federal tinha influência limitada a nível local e porque estabeleceu objectos elevados impossíveis" (p. 93).

B. Construção de Explicação em Estudos de Casos Múltiplos:

Um exemplo de Outro Campo

Um plano semelhante ao de Dethick é usado por Barrington Moore na sua história intitulada *Origens Sociais de uma Ditadura e Democracia* (1966). O livro serve uma outra ilustração de construção de explicação em estudos de casos - múltiplos, mesmo embora os casos seiam na verdade exemplos históricos.

O livro de Moore cobre a transformação das sociedades agrárias em sociedades industriais em seis países diferentes - Inglaterra, França. EUA, China, Japão e Índia - e a explicação geral do papel das classes altas e dos camponeses é um esquema básico que emerge. Esta explicação representa uma contribuição significativa para o campo da história.

Análise da Série de Tempos

Uma terceira estratégia analítica é conduzir uma análise de séries de tempo, directamente análoga às análises de séries de tempo conduzidas em experiências e quasi - experiências. Tais análises podem seguir muitos padrões complexos, os quais têm sido a matéria de vários livros importantes em psicologia experimental e clínica (ver Kratochwill, 1978); o leitor interessado é referido para tais trabalhos para aconselhamento mais detalhado. Quanto mais complexo e preciso o padrão, mais as análises de séries de tempo irão também lançar alicerces mais firmes para as conclusões do estudo do caso.

Especialmente relevante para estudos de caso é uma análise metodológica, intrigante de investigação qualitativa de Louise Kidder (19819, que demonstrou que certos tipos de estudos de observadores participativos seguiam os planos de séries de tempo, desconhecido dos investigadores originais. Por exemplo, um estudo estava relacionado com o curso dos acontecimentos que levavam ao uso da marijuana, as hipóteses sendo que a sequência de " séries de tempo " de pelo menos três condições era necessária (Becker, 1963): inicialmente fumar marijuana, mais tarde sentir os seus efeitos, e subsequentemente desfrutar dos seus efeitos. Se uma pessoa experimentava apenas um ou dois destes três passos mas não os três, a hipótese é que não se seguiria o uso regular de marijuana. Este tipo de pós - análise visionária, por parte de Kidder, precisa de ser repetida no futuro para ajudar a revelar tais técnicas de análise implícitas.

Séries de tempo simples. Comparado com a análise dos padrões de ligação mais gerais, um plano de séries de tempo pode ser muito mais simples num sentido: Nas séries de tempo, só pode haver uma única variável dependente ou independente. Nestas circunstâncias, quando um número grande de dados são relevantes e disponíveis, os testes estatísticos podem mesmo ser usados para analisar os dados (ver Kratochwill, 1978).

No entanto, o padrão pode ser mais complicado em outro sentido, porque as mudanças múltiplas nesta única variável, ao longo do tempo, pode não ter um começo ou fim claros. Apesar deste problema. A capacidade de localizar as mudanças ao longo do tempo é uma força muito importante de estudos de caso - os quais não estão limitados a avaliações contra - secções ou estáticas de uma situação particular. Se os acontecimentos ao longo do

tempo foram localizados em detalhe e com precisão, algum tipo de análise de séries de tempo pode ser possível, mesmo que a análise do estudo do caso envolva também outras técnicas.

A lógica essencial que sustenta um plano de série de tempo é a ligação entre uma tendência de dados comparados com a) uma tendência teórica significativa especificada antes do início das investigações, versus b) algumas tendências rivais, também especificadas anteriormente, versus c) qualquer tendência baseada em algum artefacto ou ameaca à validade interna. Dentro do mesmo estudo de caso, por exemplo, dois padrões diferentes podem Ter sido hipotetisados ao longo do tempo. Isto foi o que Campbell fez no seu agora famosos estudo da lei de limite de velocidade de Connecticut (ver CAIXA 26; ver também Cap. 2, Fig.2.2.) Um padrão de séries de tempo foi baseado na proposição que a nova lei (uma " interrupção" nas séries de tempo) tinha reduzido substancialmente o número de fatalidades, ao passo que outro padrão de séries de tempo foi baseado na proposição que não tinha ocorrido tal efeito. O exame dos dados reais - isto é, o número anual das fatalidades ao longo de um período de anos- era feita depois para determinar quais das séries de tempo propostas ligava melhor com as provas empíricas. Tal comparação de " séries de tempo interrompidas" dentro do mesmo caso pode ser aplicada a muitos cenários diferentes.

Ao longo de casos simples, a mesma lógica pode ser usada, com padrões de séries de tempo diferentes postulados para casos diferentes. Por exemplo, um estudo de caso sobre desenvolvimento económico nas cidades pode ter postulado as razões que cidades baseadas na manufactura teriam mais tendências negativas de emprego do que aquelas baseadas em serviços. Os dados pertinentes resultantes podem ter consistido de números de emprego anuais sobre um período limitado de tempo, tal como 10 anos.

Nas cidades baseadas na manufactura, os dados podem ter sido examinados por uma tendência de declínio de emprego, ao passo que nas cidades baseadas em serviços podem ter sido examinados por uma tendência crescente de emprego. Análises semelhantes podem ser examinadas no que diz respeito ao exame das tendências criminosas ao longo do tempo dentro de cidades individuais, mudanças no envolvimento escolar e presumível mudança de bairro, e muitos outros indicadores urbanos.

CAIXA 26Uma Série de Tempo simples Análise e Ligação de padrões

Um exemplo de uma análise de série de tempo é o artigo clássico de Donald Campbell, "Reformas como Experiências " (1969). Embora o autor não considere o seu estudo como um estudo de caso, a sua análise ilustra bem o uso de ligação de padrões com um conjunto simples de dados ao longo do tempo - uma técnica que é largamente aplicável a todos os tipos de estudos de caso. Campbell estava a tentar comparar duas proposições teóricas. Na primeira, a redução do limite de velocidade no Conneticut em 1955 foi aclamado como tendo reduzido o número anual de fatalidades. No segundo, o limite de velocidade foi alegado não tendo nenhum efeito real. Os factos do caso indicam que, embora o número de fatalidades tenha diminuído no ano seguinte do novo limite de velocidade, mais observações das fatalidades sobre um período de 10 anos mostrou que esta diminuição aparente estava bem dentro do alcance de flutuação normal para este período de tempo. Por isso Campbell concluiu que o limite de velocidade não tinha nenhum efeito.

O que Campbell tinha feito era recolher uma única série de tempo (as fatalidades anuais ao longo do tempo) e ligar os dados contra duas explicações alternativas - uma explicação de " efeitos" e uma explicação de " flutuação aleatória" (ver Figura 2.1 no Cap.2). Os resultados são claros a olho nu, e nenhuma comparação estatística foi necessária (ou conduzida) para confirmar os resultados.

Séries de tempo complexas. Os planos de séries de tempo podem ser mais complexos quando as tendências dentro de um dado caso são postuladas para serem mais complexas. Pode - se postular, por exemplo, não meramente tendências de subidas ou descidas, mas algumas subidas

seguidas por algumas descidas dentro do mesmo caso. Este tipo de padrão dual, através do tempo, seria o começo de uma série de tempo mais complexa. Como sempre, a força da estratégia do estudo de caso não estaria meramente em avaliar este tipo de séries de tempo, mas também em ter desenvolvido uma explicação rica para o padrão complexo de resultados e em comparar a explicação com os resultados.

Mesmo maiores complexidades surgem naqueles momentos, nos quais um conjunto de variáveis múltiplas - não apenas uma - é relevante para um estudo de caso e no qual cada variável é prevista como tendo um padrão diferente ao longo do tempo. Um estudo de mudanca de bairro frequentemente assume estas características. As teorias de mudanças típicas de bairro, por exemplo, sugerem que alturas diferentes de tempo existem nos níveis de lucros entre a) a população residencial, b) comerciantes e vendedores, c) instituições de serviços locais como igreja e serviços públicos, e d) o valor das casas. Quando um bairro está a passar por mudanças raciais, actualizações, ou outro tipo de transições normais, todas estas taxas de lucro podem ter sido estudadas num período superior a 10 - 20 anos. As curvas resultantes, de acordo com teorias de mudanca do bairro, irá varia em maneiras previsíveis. Por exemplo, certas mudanças de população (tal como uma alteração subtil de pequenas para grandes famílias) é dito como sendo seguidas primeiro por certas mudanças em serviços municipais tais como envolvimento escolar assim como aumentos na necessidade para servicos de rua) mas só mais tarde devido a lucros em estabelecimentos comerciais; mais, os tipos de igrejas podem nem sequer mudar durante este processo.

Um estudo como este requer frequentemente a recolha de

CAIXA 27

Mudanças nos Indicadores de Tempo ao Longo do Tempo

A preocupação sobre os bairros e a mudança urbana alcançou novos picos durante os anos 60 e 70, quando os lugares urbanos aparentavam estar a sofrer de um declínio desordenado. Muitos observadores especularam que a cidade americana central estava, de facto, à beira de desaparecer como uma forma funcional.

Este tipo de preocupação levou a numerosos esforços para catalogar e localizar mudanças em vários indicadores numa base cidade por cidade. Um estudo d (Yin 1972, reeditado em Yin, 1982 a) chegou a concentrar - se nas ocorrências de alarmes de incêndio e os fenómenos sociais potencialmente diferentes reflectidos por alarmes de verdadeiros incêndios em oposição aos falsos alarmes. Os padrões de alarme, foram comparados com numerosos outros indicadores, incluindo tendências de crime, alterações na localização residencial dos lares em bem estar, e mudanças dos serviços urbanos. Este tipo de abordagem a mudanças urbanas e de bairro representa um exemplo de plano de séries de tempo múltiplo e análises.

No entanto, se deixados tempo e esforços adequados para conduzir a recolha e análise necessária de dados, o resultado pode ser uma análise forçada - como num estudo, no qual um " plano de séries de tempos interrompidas " foi usado para examinar os efeitos de perigos naturais nas comunidades a longo prazo . Neste último estudo, foram feitos esforços extenso de recolha de dados em cada das quatro comunidades, apenas para obter os dados de séries de tempo necessárias; os resultados de caso múltiplos são descritos na CAIXA 28.

Em geral, embora uma série de tempos mais complexa crie mais problemas para a recolha de dados, também leva a uma tendência mais elaborada (ou conjunto de tendências), tornando as análises mais definitivas. Qualquer ligação de uma série de tempo prevista com uma real, quando ambas são complexas, irá produzir provas fortes para uma proposição teórica inicial.

desastre deste tipo.

CAIXA 28

Estudos de Caso Usando Análises Complexas de Séries de Tempo

Um desastre natural - tal como um furação, tornado, dilúvio - pode ser considerado um acontecimento disruptivo muito importante para a comunidade. Padrões de negócios e vendas, crimes e outras tendências populacionais podem ser todas esperadas que mudem como resultado de um

Paul Friesema e os seus colegas (1979) estudaram tais mudancas em quatro comunidades

que sofreram grandes desastres: Yuba City, California, 1955; Galveston, Texas, 1961; Conway, Arkansas, 1965; e Topeka, Kansas, 1966. Em cada um destes estudos de caso, os investigadores recolheram dados de séries de tempo extensas para vários indicadores económicos e sociais. A sua análise mostrou que os acontecimentos desastrosos , embora tendo um efeito a curto prazo- isto é, dentro de um período de 12 meses - tinham poucos efeitos, se alguns, a longo prazo. Esta análise representa uma aplicação excelente de uma técnica de séries de tempo complexa como a base para um estudo de caso múltiplo.

Cronologias. A análise de acontecimentos cronológicos é uma técnica frequente em estudos de caso e pode ser considerada uma forma especial de análise de séries de tempo. A sequência cronológica mais uma vez se concentra directamente na força mais importante dos casos citados anteriormente - que os estudos de caso permitem a um investigador localizar acontecimentos ao longo do tempo.

A ordenação dos acontecimentos numa cronologia permite ao investigador determinar acontecimentos causais ao longo do tempo, porque a sequência básica de uma causa e os seus efeitos não podem ser temporalmente invertidos. No entanto, ao contrário das abordagens mais gerais de séries de tempo, a cronologia é passível de cobrir muitos tipos diferentes de variáveis e não estar limitada a uma única variável independente ou dependente.

O objectivo analítico é comparar a cronologia com a prevista por algumas teorias explanatórias - nas quais a teoria especificou um ou mais dos seguintes tipos de condições:

- · Alguns acontecimentos devem sempre ocorrer antes de outros acontecimentos, com a *sequência* inversa sendo impossível.
- · Alguns acontecimentos devem sempre seguir outros, numa base de *contigência*.
- · Alguns acontecimentos só podem seguir outros acontecimentos após *uma passagem de tempo* específica.

· Certos *períodos de tempo* num estudo de caso podem estar marcados por classes de acontecimentos que diferem substancialmente daqueles do outro período de tempo

Se os acontecimentos reais de um estudo de caso, cuidadosamente documentados e determinados por um investigador, seguiram uma sequência prevista de acontecimentos e não aquela sequência rival, forçada, o estudo do caso simples pode mais uma vez tornar - se a base inicial para inferências causais. A comparação com outros caso, assim como a consideração explícita de ameaças à validade interna, irá reforçar mais esta inferência.

Condições sumárias para análise de séries de tempo. Seja qual for a natureza estipulada das séries de tempo, o objectivo mais importante do estudo de caso é examinar algumas questões " como " e " porquê " relevantes sobre a relação de acontecimentos ao longo do tempo, não meramente para observar só as tendências do tempo. Uma interrupção numa série de tempo será a ocasião para postular relações causais; semelhantemente, uma sequência cronológica deveria obter postulados causais. Em contraste, se um estudo está limitado às análises de tendências de tempo, como num modo descritivo, no qual inferências causais não são importantes, uma estratégia de não - estudo de caso é provavelmente mais relevante - por exemplo, a análise económica das tendências de preços de consumo ao longo do tempo.

Nessas ocasiões quando o uso de análises de séries de tempo é relevante para um estudo de caso, uma característica essencial é identificar os indicadores específicos a serem localizados ao longo do tempo, assim como os intervalos de tempo específicos a serem cobertos. Apenas como um resultado de tal especificação anterior é que os dados relevantes passíveis de serem recolhidos em primeiro lugar, muito menos analisados devidamente.

Modelos de Lógica de Programa

Esta quarta estratégia é de facto uma combinação de uma ligação de padrão e análise de séries de tempo. O padrão a ser ligado é o padrão chave causa - efeito entre variáveis dependentes e independentes (Peterson & Bickman, 1992; Rog & Huebner, 1992). No entanto, a análise estipula deliberadamente uma cadeia complexa de acontecimentos (padrão 9 ao

longo do tempo (serie de tempo), cobrindo estas variáveis independentes e dependentes. A estratégia é mais útil para estudos de caso explanatórios, exploratórios do que para estudos de caso descritivos.

Joseph Wholey (1979), do Instituto Urbano, foi o primeiro a promover a ideia de um "modelo de lógica de programa". Ele aplicou este conceito à localização de acontecimentos quando a intervenção de uma política pública tinha como intenção produzir um certo resultado. A intervenção podia inicialmente produzir actividades com os seus resultados imediatos; estes resultados imediatos podiam em troca produzir alguns resultados intermédios e em troca produzir resultados finais ou derradeiros.

Por exemplo, uma intervenção escolar poderia ter sido iniciada baseada num programa escolar recentemente organizado - um que tentasse lidar com os objectivos da reforma escolar " América 2000 " actualmente prevalentes no campo educacional. Um resultado deste novo programa era criar um novo conjunto de actividades de sala de aula durante uma hora extra no dia escolar. Estas actividades forneciam tempo para os estudantes trabalharem com os pais em exercícios conjuntos (resultado imediato). O resultado deste resultado imediato era um relatório de compreensão crescente e de satisfação com o processo educativo por parte dos estudantes, pais e professores (resultado intermédio). Eventualmente, os exercícios e a satisfação levaram à aprendizagem crescente de certos conceitos pelos estudantes e pais (resultado final).

Neste exemplo, a análise do estudo do caso iria fornecer os dados empíricos em apoio (ou desafiar 9 este modelo de lógica. A análise teria de envolver cadeias rivais de acontecimentos assim como a importância potencial de acontecimentos externos falsificados. Se os dados fossem apoiantes da cadeia inicial, e não pudessem ser fundamentados rivais, a análise poderia alegar um efeito causal entre a intervenção inicial da reforma escolar e a crescente aprendizagem. Para um estudo de caso exploratório, a conclusão pode ser alcançada que as séries específicas de acontecimentos não eram lógicas - por exemplo, que a intervenção não tinha como objectivo principal o interesse da aprendizagem.

Esta estratégia de modelo de lógica de programa pode ser usado numa variedade de circunstâncias, não apenas aquelas, nas quais uma intervenção da política pública tenha ocorrido. Um ingrediente chave é a alegada existência de sequências de acontecimentos causa - efeito repetidas,

todas ligadas entre si. Quanto mais complexo o elo, mais definitivamente os dados do estudo do caso podem ser analisados para determinar se uma ligação de padrão tem sido feita com estes acontecimentos ao longo do tempo.

MODOS MENORES DE ANÁLISE

Três modos "menores" de análise também podem ser usados em estudos de caso: a) análise de unidades de análise embutidas, b) observações repetidas, e c) a abordagem da vigilância do caso. No entanto, este segundo conjunto consiste em abordagens analíticas incompletas. Devem ser usadas em combinação com um dos modos dominantes de modo a produzir uma análise de estudo de caso completa e forçada, as razões par a qual são dadas em baixo

Quando um plano de estudo de caso inclui uma unidade de análise embutida - isto é, uma unidade menor do que o próprio caso, para o qual dados numerosos foram recolhidos (ver cap. 2) - as abordagens analíticas relevantes podem cobrir aproximadamente qualquer das técnicas das ciências sociais.

Por exemplo, a unidade embutida pode ter estabelecido um conjunto de respostas a uma vigilância - se uma vigilância de oficiais ou de residentes fosse conduzida como parte de um estudo de caso simples. Alternativamente, a unidade embutida pode ter sido algum indicador de arquivo - se, por exemplo, dados de mercado ou habitação tivessem sido recolhidos como parte de um estudo de caso simples. Finalmente, a unidade embutida pode ter tido algum resultado de serviço, tal como o número de clientes servidos por uma unidade organizacional que tivesse sido a matéria de um estudo de caso simples.

Em cada um destes exemplos, a estratégia analítica pertinente reflectiria as proposições a serem examinadas para a unidade embutida Estas proposições estariam relacionadas mas de forma diferente das proposições para os casos maiores. As verdadeiras técnicas analíticas poderiam envolver análises de vigilância, análise económica, análise histórica, ou mesmo investigação de operações. O que distingue este tipo de análise, em cada situação, de um estudo de vigilância, histórica, económica, ou operação investigação normais é que a unidade de análise está claramente embutida

dentro de um caso maior, e o caso maior é o interesse maior do estudo. Se a unidade embutida é em si própria o foco de atenção principal (ou é permitido tornar - se), e se o caso maior é apenas um assunto contextual menor, o esforço não deveria ser considerado um estudo de caso, e algumas outras estratégias de investigação deveriam ser usadas.

Esta distinção aparece mais claramente em casos múltiplos e embutidos. Em tais exemplos, a análise apropriada das unidades embutidas deveria primeiro ser conduzida *dentro de cada caso*. Os resultados deveriam ser interpretados ao nível do caso simples e podem ser tratados como um dos vários factores numa análise de ligação de padrões ou construção de explicações ao nível do caso simples. Os padrões ou explicações para cada caso simples pode depois ser comparado ao longo dos casos, seguindo o modo de replicação para casos múltiplos. Finalmente, as conclusões tiradas para os casos múltiplos podem tornar - se as conclusões do estudo em geral.

Em contraste, um estudo que não é de facto um estudo do caso seguiria uma sequência analítica diferente, mesmo com os mesmos dados. Em tais caos, a análise apropriada da unidade embutida é primeiro conduzida *ao longo dos caso*, com todos os dados agrupados ao longo dos casos. Os resultados desta análise podem ser aumentados por discussões de caos individuais como um contexto para estes dados agrupados, mas nenhuma tentativa formal é feita para relacionar os dados dentro - do - caso com contextos de casos individuais, e nenhuma lógica de replicação é aplicada ao longo dos caos. Neste tipo de estudo (tal como uma vigilância ou um estudo económico das taxas de inflação ao longo das cidades), as conclusões primárias lidam com as unidades embutidas, agrupadas, e os casos individuais são de importância periférica. Este tipo de estudo não é um caso de estudo.

Em resumo, onde um genuíno estudo de caso está envolvido, qualquer análise das unidades embutidas é feita dentro de cada caso (e não conjunto). A juntar, esta análise não pode ser a única análise, mas deve ser aumentada por algumas outras técnicas analíticas ao nível do caso " inteiro ", tal como a ligação de padrões, construção de explicações, séries de tempo, ou modelos programas de lógica.

Fazer Observações Repetidas

As observações repetidas são outro modo menor de análise. Quando tais observações são feitas sobre o tempo, este tipo de análise pode ser considerada um tipo especial de análise de séries de tempo. No entanto, as observações repetidas também podem ser feitas numa base contra - secção - por exemplo, em " sítios" (?) repetidos ou para outras unidades de análise embutidas dentro do mesmo caso. Por esta razão, o uso de observações repetidas é considerado uma abordagem repetida separada da análise de séries de tempo.

Por exemplo, uma avaliação de um sistema de relatórios nacionais de grande escala(um estudo de caso simples) chamou a atenção para o problema de que o sistema pedia informações de testes dos estudantes no Outono e outra vez na Primavera. Assumia - se que estes dados pré- e pós servir para chamar a atenção das mudanças, se algumas, que tivessem resultado de esforços educacionais compensatórios feitos durante o ano escolar (Linn et al., 1982 9. No entanto, a avaliação encontrou que os ganhos agudos do Outono para a Primavera estavam contaminados pelo factos de que os estudantes normalmente fazem progressos durante este período de tempo; como resultado, a avaliação recomendada de que uma medida mais justa seria comparar a performance dos estudantes numa base anual. O estudo mostrou que para cada ano da escola primária durante um ano ilustrativo - isto é, para repetidas tentativas ao longo dos anos - as comparações Outono - Primavera eram factualmente mais favoráveis do que as comparações anuais (ver Figura 5.1 / fotocópias página 122).

Se um estudo do caso pode seguir este tipo de análise, é seguindo uma análise de observações repetidas, quer a repetição seja em diferentes salas de aula, escolas, estudantes, ou outras unidades de análise. O que faz o uso de repetidas observações um modo menor de análise é que a análise não é passível de reflectir toadas as preocupações de um estudo de caso. Como no exemplo ilustrativo, no qual o foco maior do caso era o esforço educacional compensatório e não simplesmente a sequência Primavera Outono, as observações repetidas são passíveis de serem aumentadas por outras análises do caso " completo ".

Fazer Uma Vigilância de Caso Análise Secundária pelos Casos Uma alternativa final é limitada àquelas situações em que numerosos estudos de casos estão disponíveis para análise. Por exemplo, uma análise secundária de certos temas - tais como participação de cidadãos em serviços urbanos (Yin & Yates, 1975) ou inovações em serviços urbanos (Yin, Heald & Vogel, 1977) - podem ser baseados em mais de 200 ou 300 estudos de caso. Estes caso não são resultado de um único estudo, mas representam uma "bibliografía" de numerosos estudos.

A abordagem de vigilância de caso precisa de desenvolvimento, o qual é depois aplicado a cada estudo de caso. O codificador, ou o leitor - analista, usa cada caso como a base para responder ao instrumento, e os dados recolhidos são reproduzidos e analisados da mesma maneira como aqueles de vigilância normal (Lucas, 1974; Yin, Bingham, & Heald, 1976; Yin & Heald, 1975). Como se passa com a vigilância normal, a codificação pode ser contra - verificada e a sua fiabilidade avaliada e os resultados do caso de vigilância serão principalmente de natureza quantitativa. Se o número de casos é grande o suficiente, proposições interactivas diferentes podem ser examinadas estatisticamente; onde códigos categóricos foram usados, técnicas inovadoras lineares e variáveis analíticas (ver Bishop, Fienberg, & Holland, 1975; Goodman, 1978) deveriam ser usadas.

Esta abordagem a análises de estudos de caso, no entanto, não deveriam ser confundidas com outras duas abordagens. Primeiro, a vigilância de caso é uma abordagem à analise de *contra* - caso e não é a mesma que a análise quantitativa, que pode ser conduzida de uma unidade embutida *dentro* do mesmo caso. Segundo, e mais importante, como numa técnica de contra - caso, a vigilância de caso tem limitações severas em relação Às análises de casos múltiplos anteriormente descritos.

Isto é porque a vigilância do caso é improvável de alcançar quer generalização teórica ou estatística. A generalização teórica é impedida porque a selecção dos caso individuais, ao contrário de um plano de casos múltiplos verdadeiro, está para além do controlo do investigador (sendo uma análise secundária) e não é por isso baseada em qualquer replicação lógica (a excepção seria a rara situação, na qual centenas de casos individuais forma planeados e conduzidos especificamente como parte da mesma investigação, e nos quais a vigilância do caso era uma técnica analítica primária e não secundária). Semelhantemente, a generalização estatística é impedida porque a selecção dos casos individuais, mais uma

vez para além do controlo do investigador, não é baseada em qualquer lógica de amostragem.

No entanto, este problema de generalização não é sempre relevante quando se faz uma vigilância de caso. A vigilância pode simplesmente ter sido tomada para sintetizar os estudos de caso existentes sobre um tema, e nesta situação nem a generalização teórica nem estatística seriam de preocupar. Assim, a vigilância de caso é uma técnica relevante quando o objectivo da investigação é explicitamente a da análise secundária - por exemplo, para determinar " o que o bibliografía existente diz" acerca de um tema. Em tais situações, a vigilância de caso é de facto preferida a outros modos de " rever a bibliografía 2 , os quais geralmente reflectem julgamentos subjectivos na selecção dos estudos relevantes e a quantidade de atenção dada a cada. A técnica de vigilância de caso pode minimizar estes preconceitos e é a técnica desejada se for aplicável. No entanto, a vigilância de caso não deveria ser considerada um modo dominante de análise para planear e fazer um conjunto fresco de estudo de caso.

PRESSIONAR PARA UMA ANÁLISE DE ALTA QUALIDADE

Independentemente da estratégia analítica específica escolhida, você deve fazer tudo para ter a certeza que a sua análise é da mais alta qualidade. Pelo menos quatro princípios aparentam sustentar todas as ciências sociais boas (Yin, 1994) e requerem a sua atenção.

Primeiro a sua análise deve mostrar que confia em *todas as provas relevantes* . as suas estratégias analíticas, incluindo o desenvolvimento das hipóteses rivais, devem ser exaustivas. A sua análise devia mostrar como procurou tantas provas quantas as disponíveis, e a sua interpretação deveria ter em conta todas estas provas e não deixar becos sem saída.

Segundo, a sua análise deveria incluir *toadas as interpretações rivais mais importantes*. Se mais alguém tem uma explicação alternativa para uma ou mais das suas descobertas, torne esta alternativa numa rival, Há provas para dirigir esta rival? Se sim, quais são os resultados? Se não, como pode a rival ser reafirmada como um beco sem saída para ser investigado em estudos futuros?

Terceiro, a sua análise deveria dirigir - se ao aspecto mais significativo do seu estudo de caso. Quer seja um estudo de caso simples ou

múltiplo, terá demonstrado as suas melhores capacidades analíticas se a análise está no alvo mais elevado. Porquê dar - se ao trabalho de fazer um estudo de caso a não ser que possa dirigir - se ao assunto maior?

Quarto, deveria trazer o seu *conhecimento anterior* para o seu estudo de caso. A forte preferência aqui é que você analise assuntos semelhantes no passado e esteja consciente de pensamentos actuais e debates sobre o tema do estudo do caso. Se conhece o seu assunto como resultado de investigações anteriores e publicações, então melhor.

O estudo do caso na CAIXA 29 foi feito por um consultor de gerência, não um cientista social académico. Mesmo assim, devido a vários passos que foram tomadas, o autor demonstrou um cuidado pela investigação empírica, cujo espirito é merecedor de consideração por todos os investigadores de estudos de caso. Extraordinariamente, o cuidado é reflectido na apresentação dos caso em si , e não apenas devido à existência de uma secção de " metodologia " rigorosa. Se pode emular estas e outras estratégias na sua análise, ao seu estudo de caso também serão dado o respeito e reconhecimento devidos.

CAIXA 29 Qualidade analítica num estudo de caso múltiplo de Competição de Negócios Internacional				

SUMÁRIO

Este capítulo apresentou várias estratégias importantes para analisar estudos de caso. Primeiro, as potenciais dificuldades analíticas podem ser reduzidas se um investigador tem uma estratégia geral para analisar dados quer tal estratégia seja baseada em proposições teóricas ou numa estrutura básica descritiva. Na ausência de tal estratégia, o investigador é encorajado a " jogar com os dados " num sentido preliminar, como prelúdio para desenvolver um sentido sistemático de aquilo que vale a pena analisar e como deve ser analisado.

Segundo, dada uma estratégia geral, várias estratégias analíticas específicas podem ser usadas. Destas, quatro estratégias (ligação de padrões, construção de explicações, análise de séries de tempo e modelos de programas de lógica) são formas eficazes para colocar os alicerces para estudos de alta qualidade. Para todos os quatro, uma lógica de replicação semelhante deveria ser aplicada se o estudo envolve casos múltiplos (ganhando assim validade externa), mas comparações importantes a proposições rivais e ameaças à validade interna deveriam ser feitas dentro de cada caso individual.

Três outras estratégias (analisar unidades embutidas, fazer observações repetidas e fazer vigilâncias de caso) são maneiras incompletas de fazer análises de estudos de caso. No geral. Estes últimos procedimentos devem ser usados em conjunto com uma das outras técnicas de modo a ter uma análise eficaz.

Nenhuma destas estratégias é fácil de usar. Nenhuma pode ser aplicada mecanicamente, seguindo qualquer receita simples de procedimento. Não surpreendentemente, a análise de estudo de caso é a fase mais difícil de fazer estudos de caso, e investigadores novatos são particularmente passíveis de passar por experiências trabalhosas. Mais uma vez, uma recomendação ao novato é começar a carreira de estudos de caso

com um estudo de caso simples e directo, mesmo que as questões de investigação não sejam tão sofisticadas ou inovadoras como desejadas.. à medida que se ganha experiência a completar tais estudos de caso mais simples, os novatos tornar - se - ão capazes de tactear a investigação mais difícil.

EXERCÍCIOS

- 1. Analisar o processo analítico. Seleccione um dos estudos de caso descritos nas CAIXAS deste livro. Descubra um dos capítulos (normalmente a meio do estudo), no qual provas são apresentadas, mas conclusões também são feitas. Descreva como esta ligação de provas citadas a conclusões ocorre. Os dados são expostos em tabelas ou outros formatos? São feitas comparações?
- **2.** Fundir dados quantitativos e qualitativos . Nomeie alguns temas dentro de um estudo de caso que você possa estar a conduzir para o qual tanto os dados qualitativos como os quantitativos possam ser relevantes. Identifique os dois tipos de dados, assuma que eles têm sido recolhidos com sucesso, e discuta as maneiras , nas quais eles poderiam ser combinados ou comparados. Qual é o valor de ter cada tipo de dados?
- **3.** Ligação de padrões. Nomeie um estudo de caso que usou uma técnica de ligação de padrões na sua análise. Que vantagens e desvantagens peculiares tem a oferecer? Como pode a técnica produzir uma análise forçada mesmo quando aplicada apenas a um caso simples?
- 4. Construir uma explicação. Identifique algumas mudanças observáveis que tenham ocorrido no seu bairro (ou no bairro à volta dos seu campus). Desenvolva uma explicação para estas mudanças, e indique um conjunto crítico de provas que recolheria para apoiar ou desafiar esta explicação. Se tais provas estivessem disponíveis, a sua explicação estaria completa? Forçada? Útil para investigar mudanças semelhantes noutros bairros?

5. Analisar as tenências de séries de tempo. Identifique uma série de tempo simples - por exemplo, o número de estudantes envolvidos na sua universidade por cada dos passados 20 anos. Como compararia um período de tempo com outro dentro dum período de 20 anos? Se as políticas de admissão à universidade tivessem mudado durante este tempo, como compararia os efeitos de tais políticas? Como poderia esta análise ser considerada parte de um estudo de caso mais alargado da sua universidade?

Compor o " Relatório" de Estudo de Caso

O relato de um estudo de caso pode tomar formas escritas ou orais. Independentemente da forma, no entanto, passos semelhantes precisam de ser seguidos no processo composicional: identificar a audiência para o relatório, desenvolver a estrutura composicional, e e seguir certos procedimentos (tal como ter uma revisão do relatório por pessoas informadas, que foram objecto do estudo do caso).

A fase do relatório é uma das mais difíceis de levar a cabo os estudos de caso. O melhor conselho geral é compor porções do estudo do caso antes (ex.: bibliografía) e manter registos de várias partes do relatório (ex.: a secção metodológica) em vez de esperar até ao final do processo de análise de dados. No que diz respeito às estruturas composicionais, seis alternativas são sugeridas: estruturas analítica- linear, comparativa, cronológica, construção de teoria, "suspense e não sequenciada.

Como regra geral, a fase composicional é mais exigente para o investigador num estudo de caso. O " relatório " de estudo de caso não segue qualquer forma estereotipada, tal como os artigos de revistas especializadas em psicologia. Mais, o " relatório " não precisa de ser apenas na forma escrita. Devido a esta natureza incerta, os investigadores que não gostam de compor provavelmente não deviam fazer estudos de caso.

Claro, a maioria dos investigadores pode acabar por aprender a compor facilmente e bem, e a inexperiência a compor não deveria ser impeditiva de fazer estudos de caso. No entanto, é necessária muita prática. Mais, você devia querer tornar - se bom compor - e não apenas aguentar a situação. Um indicador de se você é provável de ter sucesso nesta fase do trabalho é se os trabalhos de fim de período eram fáceis d fazer no secundário ou universidade. Quanto mais difíceis fossem, mais difícil será compor um relatório de estudo de caso. Outro indicador é se compor é visto como uma oportunidade ou como um fardo. O investigador com sucesso normalmente vê a fase composicional como uma oportunidade - de fazer uma contribuição significativa para o conhecimento e prática.

Infelizmente, poucas pessoas são previamente avisadas sobre este problema que fica no fim do planeamento e do estudo do caso. No entanto, o investigador inteligente começará a compor o relatório do estudo do caso mesmo antes da recolha de dados e da análise estarem completas. Em geral, quer o " relatório " tenha a forma escrita, oral ou pictórica (as aspas são usadas para lembrá -lo que um relatório pode tomar todas estas formas, não apenas a escrita), a fase composicional é tão importante que deveria ter especial atenção ao longo das primeiras fases do estudo do caso.

Apesar deste conselho, a maioria dos investigadores tipicamente ignora a fase composicional até mesmo ao final dos seus estudos de caso. Sob tais circunstâncias, todos os tipos de " caibras de escritor" podem surgir, e o relatório do estudo de caso pode tornar - se impossível de compor. Assim, um prelúdio a qualquer investigação de estudo de caso pode ser consultar um livro cobrindo a escrita dos relatórios de investigação mais geralmente (ver Barzun & Graff, 1985). Tais textos oferecem lembranças de valor inestimável para tirar notas, estabelecer limites, usar palavras acessíveis, escrever frases claras, estabelecer um horário para compor, e combater a necessidade normal de não compor.

O propósito deste capítulo não é repetir estas lições gerias, embora elas sejam aplicáveis e estudos de caso. A maioria das lições são importantes para todas as formas de composição de investigação, e descreve - los aqui derrota o propósito de fornecer informações específicas a estudos de caso. Em vez disso, o propósito principal deste capítulo é dar mais relevância àqueles aspectos relacionados com os estudos de caso. Estes incluem os seguintes tema, cada coberto numa secção separada:

- Audiências para estudos de caso
- Variedade de composições de estudos de caso
- · Estruturas ilustrativas para composições de estudos de caso
- · Procedimentos a seguir ao fazer o relatório do estudo de caso
- E. em conclusão, especulações sobre as características de um estudo de caso exemplar (para além do relatório em si e cobrindo o plano e o conteúdo do caso).

Uma lembrança do capítulo 4 é que o relatório do estudo do caso não deveria ser a maneira principal de gravar ou armazenar a base probatória do estudo de caso. Em vez disso, o capítulo 4 advogou o uso de uma base de dados do estudo do caso para este propósito (ver Capítulo 4, Principio 2), e os esforços composicionais descritos neste capítulo têm como intenção primária servir objectivos de relatório e não de documentação.

CAIXA 30

Reimpressão de Estudo de Caso Famosos

Durante muitos anos, a obra de Philip Selznick *TVA e as Raízes da Erva* (1949) tem permanecido como um clássico sobre as organizações públicas. O caso tem sido citado em muitos estudos de agências federais subsequentes, comportamentos políticos e descentralização organizacional.

30 anos após a sua publicação original, este caso foi reimpresso em 1980 como parte da Série de Reimpressões Bibliográficas da Imprensa da Universidade de Califórnia, o editor original. Este tipo de publicação permite a numerosos investigadores terem acesso a este famoso estudo de caso e reflecte a sua substancial contribuição para o campo

AUDIÊNCIAS PARA OS ESTUDOS DE CASO

Alcance de Audiências Possíveis

Os estudos de caso tem um conjunto mais diverso de possíveis audiências do que a maioria de outros tipos de investigação. Estas audiências incluem: a) colegas no mesmo campo; b) fazedores de políticas, praticantes, líderes comunitários, e outros profissionais que não se especializaram na metodologia de estudos de caso; c) grupos especiais tais como a dissertação de um estudante ou comité de tese; e d) patrocinadores de investigação.

Com a maioria dos relatórios de investigação, tal como as experiências, a segunda audiência não é tipicamente relevante, como alguns esperariam que os resultados de experiências laboratoriais a serem dirigidas por não especialistas. No entanto, para estudos de caso, esta segunda audiência pode ser um alvo frequente para o relatório do estudo de caso. Como outro contraste, a terceira audiência raramente iria ser relevante para alguns tipos de investigação - tal como avaliações - porque as avaliações não servem normalmente como estas ou as dissertações. No entanto, para estudos de caso, esta terceira audiência também é um consumidor frequente do relatório de estudo de caso, devido ao grande número destas e dissertações nas ciências sociais que se fiam em estudos de caso.

Porque os estudos de caso têm mais potenciais audiências do que outros tipos de investigação, uma tarefa essencial a planear a generalidade do relatório do estudo de caso é identificar as audiências específicas para o relatório. Cada audiência tem necessidades diferentes, e nenhum relatório servirá todas as audiências simultaneamente.

Para *colegas*, as relações entre o estudo do caso, as suas descobertas, e teorias anteriores ou investigação são prováveis de serem bastante importantes. Se um estudo de caso tem sucesso em convergir estas relações, pode ser largamente lido durante um longo período de tempo (ver CAIXA 30 para um exemplo). Para *não especialistas*, os elementos descritivos a retratar algumas situações da vida real, assim como as

implicações para acção são prováveis de serem importantes. Para um *comité* de tese, a mestria da metodologia e dos assuntos teóricos de um tema de estudo de caso, uma indicação dos cuidados com os quais a investigação foi conduzida, e provas de que o estudante negociou com sucesso todas as fases do processo de investigação são importantes. Finalmente, para os patrocinadores da investigação, a significância das descobertas do estudo do caso, quer em termos académicos ou práticos, é provavelmente tão importante como o rigor com o qual a investigação foi conduzida. Devido a estas diferenças entre audiências, a comunicação com sucesso com mais do que uma audiência significa a necessidade para mais do que uma versão de um relatório de estudo de caso. Os investigadores deveriam seriamente considerar servir tal necessidade (ver CAIXA 31).

CAIXA 31

Duas Versões do Mesmo Estudo de Caso

O gabinete do planeamento municipal de Broward County, Florida, implementou um sistema de automatização de escritório começando em 1982 ("As Políticas de Automatizar um Gabinete de Planeamento, Standerfer & Rider, 1983). As estratégias de implementação eram inovadoras e significativas - especialmente em relação a tensões com o departamento de computadores do município. Como resultado, o estudo do caso é interessante e informativo, e uma versão popularizada - que apareceu numa revista de praticantes - é divertido e fácil de ler.

Porque este tipo de implementação também cobre assuntos técnicos complexos, os autores fizeram informações suplementares disponíveis para o leitor interessado. A versão popularizada forneceu um nome, morada e número de telefone, de modo que o leitor pudesse obter as informações adicionais. Este tipo de disponibilidade dual dos relatórios de estudo de caso é só um exemplo de como diferentes relatórios do *mesmo* estudo de caso podem ser úteis para comunicar com audiências diferentes

Comunicar Com Estudos de Caso

Uma diferença adicional entre o estudo do caso e outros tipos de investigação é que o relatório do estudo do caso pode em si ser um aparelho de comunicação significativo. Para muitos não especialistas, a descrição e análise de um caso simples frequentemente transmite informações sobre um fenómeno mais geral.

Uma situação relacionada, frequentemente examinada, ocorre quando testemunhos são feitos perante um comité do Congresso dos EUA. Se um ancião, por exemplo, testemunha sobre os seus serviços de saúde perante tal comité, os seus membros podem assumir que adquiriram uma compreensão de cuidados de saúde para os idosos mias geral - baseada neste " caso ". Só depois pode o comité ser capaz de interpretar estatísticas mais alargadas sobre os casos semelhantes prevalentes. Mais tarde, o comité pode inquirir sobre a natureza representativa do caso inicial, antes de propor nova legislação. No entanto, ao longo deste processo todo, o " caso " inicial - representado por uma testemunha - pode ter sido o ingrediente essencial a chamara a tenção para o assunto dos cuidados de saúde em primeiro lugar.

Desta e outras maneiras, os estudos de caso podem comunicar informações baseadas em investigação sobre um fenómeno a uma variedade de não especialistas. Desta maneira, a utilidade dos estudos de caso vai muito além do papel do relatório típico de investigação, o qual é geralmente dirigido a colegas em vez de não especialistas (ver CAIXA 32). Obviamente. Estudos de caso descritivos assim como explanatórios podem ser importantes neste papel, e o investigador inteligente não deveria

CAIXA 32

Fazer um Bom Estudo de Caso

Disponível para uma Audiência Alargada

A excelente análise de Neustadt e Fineberg de uma campanha de massas sobre imunização foi tratada originalmente como um relatório de governo em 1978, *O Caso da Febre Suína: Tomada de Decisão sobre uma doença derrapante*. Este estudo de caso foi depois citado, entre círculos de políticas públicas, como um exemplo de um estudo de caso de alta qualidade e completo, e o caso foi usado frequentemente com objectivos educacionais.

A forma original do estudo do caso, no entanto, era difícil de obter, tendo sido publicado pelo Gabinete de Imprensa do Governo Americano, o qual, de acordo com os autores, " tem muitas virtudes... mas preencher ordens que não têm mudanças exactas e números preciso não +e uma delas " (19883, p.xxiv). Como resultado, uma versão revista do estudo original de caso - juntando novo material ao caso original - foi publicado mais tarde como *a Epidemia que nunca o Foi: Fazer - Política e o Caso da Febre Suína* (1983). Esta publicação comercial de um estudo de caso tão elevadamente considerado é um exemplo raro daquilo que pode ser feito para melhorar a disseminação de estudos de caso.

Orientar o Relatório do Estudo de Caso às Necessidades de Uma Audiência

No geral, as preferências presumidas da potencial audiência deveria ditar a forma do relatório do estudo do caso. Embora os procedimentos da investigação e a metodologia devessem ter seguido outras linhas guia, sugeridas do capítulo 1 ao 5, o relatório em si reflecte ênfases, detalhes, formas composicionais, e mesmo uma duração adequada às necessidades da potencial audiência. Você deveria formalmente recolher informações sobre o que as audiências precisam e os seu tipos preferidos de comunicação (Morris, Fitz - Gibbon, & Freeman, 1987, p. 13).ao longo destas linhas, este autor chamou frequentemente a atenção de estudantes de tese ou dissertação para o facto que o comité de tese ou dissertação pode ser a sua *única* audiência. Este último relatório, sob estas circunstâncias, deveria tentar comunicar directamente com este comité. Uma táctica recomendada é integrar as investigações anteriores dos membros do comité na tese ou dissertação, aumentando assim a sua potencial comunicabilidade.

Seja qual for a audiência, o maior erro que um investigador pode fazer é compor o relatório a partir de uma perspectiva egocêntrica. Este erro ocorrerá se um relatório é concluído sem identificar um audiência específica ou sem compreender as necessidades específicas de tal audiência. Para

evitar tal erro, uma sugestão é identificar a audiência, como se notou anteriormente. Uma Segunda e igualmente importante sugestão é examinar relatórios de estudos de caso anteriores que comunicaram com sucesso com a sua audiência. Tais relatórios anteriores podem oferecer pistas Que ajudam a compor um novo relatório. Por exemplo, considere mais uma vez a tese ou dissertação do estudante, O estudante devia consultar dissertações anteriores e teses que tenham passado os regimes académicos com sucesso - ou sejam conhecidos como tendo sido documentos exemplares. A inspecção de tais documentos pode ceder informações sã respeitantes às normas do departamento (e possíveis preferencias dos críticos) para o plano da nova tese ou dissertação.

VARIEDADES DE COMPOSIÇÕES DE ESTUDOS DE CASO

" Relatórios " Escritos versus Não - escritos

Um "relatório" de estudo de caso não precisa de tomar apenas a forma escrita. As informações e os dados de um caso podem ser relatados de outras maneiras - como uma apresentação oral ou mesmo um conjunto de imagens ou cassetes de vídeo. Mesmo que a maioria dos estudos de caso ultimamente apareçam como produtos escritos, uma tarefa deliberada é seleccionar os modos mais relevante e eficazes para qualquer dado " relatório ". A escolha irá claramente interagir com aquele de identificar a audiência de estudos de caso.

No entanto, produtos escritos oferecem várias vantagens importantes. Informações mais precisas podem ser transmitidas e comunicadas sem ser através de formas pictóricas ou orais. Embora a máxima sobre as imagens valerem " por mil palavras " ser frequentemente verdade, a maioria dos estudos de caso são sobre conceitos abstractos - tais como estruturas organizacionais, implementação, programas públicos e grupos de interacção social - não prontamente convertidos em forma pictórica. Imagens individuais podem frequentemente permitir um textos

escrito (ver Dabbs, 1982), mas o texto será difícil de substituir na sal totalidade. Este autor conhece uma situação , na qual as imagens tiveram um papel crítico a transmitir informações sobre organizações de bairros ou fazedores de políticas que nunca tinham visitado tais organizações. No entanto, embora as fotografías melhorassem a comunicação das informações do estudo de caso, elas não substituíam a necessidade de outros tipos de provas, as quais em troca davam mais credibilidade às descobertas conclusões.

O produto escrito também tem a vantagem de familiaridade, tanto para o escritor como para o leitor. A maioria de nós praticaram compor ou revier relatórios escritos e estamos conscientes dos problemas gerais de exprimir - de uma maneira pouco preconceituosa mas compacta - dados e ideias através de frases, tabelas e capítulos. Em contraste, estas relações são menos bem compreendidas com outros modos de comunicação. Por exemplo, em outra situação conhecida do autor, um estudante de tese seleccionou uma cassete de vídeo como o meio de comunicação. No entanto, nem o estudante nem os críticos puderam explicar como as regras usadas para editar a cassete - reflectindo o lado " artístico " do autor - de facto afectavam as provas e a apresentação do caso. Consequentemente, um preconceito desconhecido foi introduzido através do processo de edição.

Mesmo assim, formas inovadoras de apresentação ainda deveriam ser procuradas. E materiais escritos deveriam prontamente complementadas com gráficos e visuais atractivos (Morri, Fitz - Gibbon, & Freeman, 1987, p. 37). A mais desejável das inovações deveria lidar com a maior desvantagem do estudo de caso escrito - a sua grande capacidade e duração. De tal forma, a informação do estudo de caso está a ser armazenado de uma maneira ineficaz e desarrumada . Imagine uma comparação entre a revisão de alguns dados de vigilância e de alguns dados de estudo de caso. Para o primeiro, uma cassete de computador ou disco conteria uma grande quantidade de informações de vigilância e seria susceptível a provas precisas e intensas; para o último, uma quantidade semelhante de informação é passível de requerer uma grande quantidade de texto, um procedimento ineficaz semelhante recuperável, e tempo substancial para a revisão.

Variedades de Relatórios Escritos

Entre as formas escritas de estudos de caso, há pelo menos quatro variedades importantes. A primeira é o clássico estudo de caso simples. Uma única narrativa é usada para descrever e analisar o caso. Para além disso, as informações da narrativa podem ser aumentadas com dispositivos tabelares, assim como gráficos e pictóricos. Dependendo da profundidade do estudo de caso, estes casos simples clássicos são passíveis de aparecer em livros, pois as revistas da especialidade não podem dispor do espaço necessário. (Alguns sociólogos também advogam que as revistas da especialidade discriminam a investigação dos estudos de caso - Feagin, Orum. & Sioberg. 1991 - no entanto, os estudos de caso são a Segunda maior e mais rápida categoria de estudos empíricos nas revistas de especialidades líderes na administração pública - Perry & Kraemer, 1986). Como uma palavra de conselho, se souber antes do tempo que o seu estudo de caso cairá nesta categoria, e que pode produzir apenas um manuscrito do tamanho de um livro, você deveria estabelecer alguns contactos prévios com o editor.

Um segundo tipo de produto escrito é a versão do caso múltiplo do caso simples clássico. Este tipo de relatório de caso múltiplo conterá narrativas múltiplas, normalmente apresentadas como capítulos separados ou secções, sobre cada um dos casos independentemente. A juntar a estas narrativas de casos individuais, o relatório irá também conter um capítulo ou secção cobrindo a análise e resultados do contra caso. Algumas situações podem mesmo precisar de vários capítulos ou secções de contra - caso (ver CAIXA 33), a porção de contra - caso do texto final pode justificar um volume separado de casos individuais de narrativas. Nestas situações, uma forma frequente de apresentação é fazer com que a grande quantidade do relatório principal contenha a análise do contra - caso, com os caso individuais apresentados como parte de um grande apêndice ao volume básico.

Um terceiro tipo de produto escrito cobre que um estudo de caso simples quer um estudo de caso múltiplo, mas não contém a narrativa tradicional. Em vez disso, a composição para cada caso segue uma série de questões e respostas, baseadas nas questões e respostas na base de dados do estudo do caso (ver Cap. 4). Para propósitos de relatório, o conteúdo da base de dados é encurtado e editado para leitura fácil, com o produto final ainda a assumir o formato, analogamente, de um exame compreensivo. (Em

contraste, a narrativo do estudo de caso tradicional pode ser considerada semelhante ao formato de um trabalho de fim de período). Este formato questão - resposta pode não reflectir completamente, o talento criativo de um investigador, mas o formato ajuda a evitar os problemas da caibras de escritor. Isto é porque um investigador pode proceder imediatamente a responder a um conjunto de questões requerido. (Mais uma vez, o exame compreensivo tem uma vantagem semelhante sobre o trabalho de fim de período.)

CAIXA 33 Um Relatório de Caso Múltiplo

Os estudos de casos múltiplos contém frequentemente tanto estudos de caso individuais e alguns capítulos de contra - caso. Esta composição de tal estudo de caso múltiplo também pode ser partilhada entre vários autores.

Este tipo de arranjo foi usado num estudo de um distrito escolar rural por Herriott e Gross, *A Dinâmica de Mudanças Educacionais Planeadas* (1979). O relatório final, um livro, continha 10 capítulos. Conto deles eram de narrativas de casos individuais. Outros cinco cobriam assuntos significativos de contra - caso. Para além disso, como reflexão da real divisão do trabalho a conduzir a investigação, cada um dos capítulos foi escrito por pessoas diferentes.

Se o formato questão - resposta tem sido usado para estudos de casos múltiplo, as vantagens são potencialmente enormes: um leitor apenas examina as respostas a algumas questões dentro do estudo do caso para começar a fazer comparações de contra - caso. Porque cada leitor pode estar interessado em diferentes questões, o formato inteiro facilita o desenvolvimento da análise de contra - caso talhada para interesses específicos dos seus leitores (ver CAIXA 34).

CAIXA 34 Um Formato Questão - Resposta: Estudos de caso sem a Narrativa Tradicional

As provas de estudos de caso não precisam de ser apresentadas na forma narrativa tradicional. Um formato alternativo para apresentar as mesmas provas é escrever a narrativa em forma questão - resposta. Uma série de questões podem ser postas, com as respostas a tomar durações razoáveis - por exemplo, três ou quatro parágrafos. Cada. Cada resposta pode conter toadas as provas relevantes e pode mesmo ser aumentada com apresentações tabelares.

Esta alternativa foi seguida nos 40 casos de estudo das organizações comunitárias produzidas pela Comissão Nacional de Bairros dos EUA, *Pessoas, Construindo Bairros* (1979). O mesmo formato de questão - resposta foi usado em cada caso, de modo que o leitor interessado pudesse fazer a sua análise de contra - caso seguindo as mesmas questões ao longo de todos os caso. O formato permite leitores apressados a encontrar exactamente as porções relevantes de cada caso. Para as pessoas ofendidas pela ausência da narrativa tradicional, cada caso também precisava de um sumário, não restringido na sua forma 8 mas com não mais de três páginas), permitindo ao autor exercitar os seus talentos literários

O quarto e último produto escrito aplica os estudos de casos múltiplos apenas. Nesta situação, pode *não* haver capítulos separados ou secções devotadas a casos individuais. Em vez disso, o relatório inteiro pode consistir da análise de contra - caso, quer puramente descritivo ou também cobrindo temas explanatórios. Em tal relatório, cada capítulo ou secção seria devotado a um assunto de contra - caso separado, e as informações dos casos individuais seriam dispersadas ao longo de cada capítulo ou secção. Com este formato, as informações sumárias sobre os casos individuais, se não forem ignoradas de todo (ver CAIXA 35), poderão ser apresentadas em vinhetas abreviadas.

Como nota final, o tipo específico de composição do estudo do caso, envolvendo uma escolha entre pelo menos estas quatro alternativas, deveria ser identificado durante o *plano* do estudo do caso. A escolha inicial pode ser sempre alterada, à medida que surjam condições inesperadas, e um diferente tipo de composição pode tornar - se mais relevante do que o originalmente seleccionado. No entanto, a selecção anterior irá facilitar tanto o plano e a condução do estudo do caso. Tal selecção inicial deveria ser

CAIXA 35

gabinetes dos chefes.

A . Escrever Um Relatório de Caso Múltiplo: Um exemplo no qual Nenhum Caso simples foi Apresentado

Num estudo de caso múltiplo, os estudos de casos individuais não precisa sempre de ser apresentado no manuscrito final. Os caso individuais, num sentido, servem apenas como base de provas para o estudo e pode ser usado somente na análise de contra - caso.

Esta abordagem foi usada num livro sobre seis chefes burocráticos, de Herbert Kaufman, *O Comportamento Administrativo dos Chefes de Escritórios Burocráticos* (1981). Kaufman passou períodos de tempo intensivos com cada chefe para compreender a sua rotina diária. Entrevistou os chefes, ouviu as suas chamadas telefónicas, assistiu a reuniões, e esteve presente durante as discussões de pessoal nos

O propósito do livro, no entanto, não era retratar qualquer destes chefes. Em vez disso, o livro sintetiza as lições de todos eles e é organizado à volta de temas como os chefes decidem as coisas, como recebem e revêem a informação, e com eles motivam o seu pessoal. Sob cada tema, Kaufman retira exemplos apropriados dos seis caso, mas nenhum dos seis é apresentado como um estudo de caso simples.

B. Escrever Um Relatório de Caso Múltiplo Um exemplo (de Outro Campo) no Qual Nenhum Caso Simples é Apresentado

Um plano semelhante ao de Kaufman é usado noutro campo - história - num livro famosos de Crane Brinton, *A Anatomia de uma Revolução* (1938). O livro de Brinton é baseado em quatro revoluções: a Inglesa, a Americana, a Francesa e a Russa. O livro é uma análise e teoria dos períodos revolucionários, com exemplos pertinentes retirados de cada dos " quatro casos "; no entanto, como no livro e Kaufman, não há tentativa de apresentar as revoluções como estudos de caso individuais.

ESTRUTURAS ILUSTRATIVAS PARA COMPOSIÇÕES DE ESTUDOS DE CASO

Os capítulos, secções, sub-tópicos e outras componentes de um relatório devem ser organizados de alguma forma, e sito constitui a estrutura do relatório. Tendo em conta que tal estrutura tem sido um tema de crescente atenção com outras metodologias. Por exemplo, Kidder e Judd (1986, pp. 430 - 431) escrevem sobre a forma de "ampulheta" de um relatório para estudos quantitativos. Semelhantemente, em etnografia, Juhn Van Maanen (1988) desenvolveu o conceito de "contos" para relatar os resultados de trabalho de campo. Ele identificou vários tipos diferentes de contos: contos realistas, contos confessionistas, contos impressionistas, contos críticos, contos formais, contos literários, e contos contados em conjunto. Estes tipos diferentes podem ser usados em combinações diferentes no mesmo relatório.

As alternativas existem para estruturar relatórios de estudos de caso. O propósito desta secção é sugerir algumas estruturas ilustrativas, as quais podem ser usadas com qualquer dos tipos de composição de estudos de caso agora descritos. Seis estruturas são sugeridas, com a esperança que reduzirão os problemas composicionais do investigador:

- 1. Estruturas analíticas lineares
- 2. Estruturas comparativas

- 3. Estruturas cronológicas
- 4. Estruturas de construção de teorias
- 5. Estruturas de suspense ,e
- 6. Estruturas não sequenciadas

As ilustrações são descritas principalmente em relação à composição de um estudo de caso simples, embora os princípios sejam prontamente traduzíveis em relatórios de casos múltiplos. Como outra nota, as primeiras três são todos aplicáveis a estudos de caso descritivos, exploratórios e explanatórios. A quarta é aplicável principalmente a estudos de caso exploratórios e explanatórios; a quinta a casos explanatórios; e a sexta, a caso descritivos (ver Fig. 6.1).

Tipo de estrutura	Propósito do Estudo de caso		
	(caso simples ou múltiplo)		
	Exploratória	Descritiva	Exploratória
•			
analíticas - lineares	X	X	X
comparativas	X	X	X
cronológicas	X	X	X
construção de teorias	X		
suspense	X		
não sequenciadas		X	
	1		

Figura 6.1. aplicação das Seis Estruturas a Diferentes Propósitos de Estudos de Caso

Estruturas Analítico - Lineares

Esta é uma abordagem padrão para compor relatórios de investigação. A sequência de subtópicos envolve o assunto ou problema a ser estudado, uma revisão da bibliografia anterior relevante, os métodos usados, as descobertas da recolha e análise de dados, e as conclusões e implicações das descobertas.

A maioria dos artigos das revistas especializadas em ciência experimental reflectem este tipo de estrutura, como também o fazem os estudos de caso. A estrutura é confortável para a maioria dos investigadores e provavelmente é a mais vantajosa quando os colegas de investigação ou um comité de tese ou dissertação constitui a audiência principal para o estudo do caso. Note que a estrutura é aplicável a estudos de caso explanatórios, descritivos, ou exploratórios. Por exemplo, um caso exploratório pode cobrir o assunto ou problema a ser explorado, os métodos de exploração, as descobertas da exploração, e as conclusões (para mais investigação).

Estruturas Comparativas

Uma estrutura comparativa repete o mesmo estudo de caso duas ou mais vezes, comparando descrições alternativas ou explicações do mesmo caso. Isto é melhor exemplificado no estudo de caso anotado de Graham Allison sobre a crise cubana de mísseis (1971). Neste livro, o autor repete os "factos" do estudo do caso três vezes, cada vez em conjunção com um modelo conceptual diferente de como a burocracia funciona (ver Cap. 1, CAIXA 2). O propósito da repetição é mostrar o grau a que os factos ase encaixam em cada modelo, e as repetições realmente ilustram uma técnica de ligação de padrão no trabalho.

Uma abordagem semelhante pode ser usada mesmo que um estudo do caso esteja a servir propósitos descritivos, e não explanatórios. O mesmo caso pode ser descrito repetidamente, de diferentes pontos de vista ou com modelos descritivos diferentes, para compreender como o caso pode ser melhor categorizado para propósitos descritivos - como chegar ao diagnóstico correcto de um paciente clínico de psicologia. Claro. Outras variantes da abordagem comparativa são possíveis, mas a característica principal é que o estudo do caso inteiro (ou os resultados da análise de contra - caso) é repetido duas ou mais vezes num modo abertamente comparativo.

Estruturas Cronológicas

Porque os estudos de caso geralmente cobrem acontecimentos ao longo do tempo, um terceiro tipo de abordagem é para apresentar as provas do estudo de caso numa ordem cronológica. Aqui, a sequência dos capítulos ou secções podem seguir as fases iniciais, médias e últimas da história de um caso. Esta abordagem pode servir u, propósito importante a fazer estudos de caso explanatórios, porque sequências causais devem ocorrer linearmente ao longo do tempo. Se uma causa presumida de um acontecimento ocorre após o acontecimento, haveria razões para questionar a proposição causal inicial

Quer para propósitos explanatórios ou descritivos, uma abordagem cronológica tem uma armadilha a evitar: atenção desapropriada é normalmente dada aos primeiros acontecimentos e atenção insuficiente aos últimos. Mais normalmente, um investigador irá gastar demasiados esforços a compor a introdução a um caso, incluindo a sua história inicial e antecedentes, e deixar tempo insuficiente para escrever sobre o estado actual do caso. Para evitar esta situação, uma recomendação, quando se usa uma estrutura cronológica, é seleccionar o estudo do caso em sentido inverso. Aqueles capítulos ou secções que são sobre o estado actual do caso deveriam ser seleccionados primeiro, e apenas após esta selecção ter sido concluída deveriam os antecedentes do estudo do caso ser seleccionado. Uma vez concluídas todas as selecções, pode depois voltar à sequência cronológica normal a compor a versão final do caso.

Estruturas de construção de Teorias

Nesta abordagem, a sequência dos capítulos ou secções seguirá alguma lógica de construção de teorias. A lógica dependerá de temas e teorias específicos, mas cada capítulo ou secção deveria desembaraçar uma nova parte dos argumentos teóricos a serem feitos. Se bem estruturada, a sequência completa produz uma afirmação forçada que pode ser bastante impressionante.

A abordagem é relevante tanto para estudos de caso explanatórios e exploratórios ambos podem estar relacionados com a construção da teoria. Os casos explanatórios irão examinar as várias facetas de um argumento

causal; casos exploratórios irão ser debater o valor de fazer mais investigações sobre várias hipóteses ou proposições.

Estruturas de Suspense

Esta estrutura inverte a abordagem analítica. A " resposta " directa ou resultado de um estudo de caso é paradoxalmente, apresentada no capítulo inicial ou secção. O restante do estudo de caso - e as suas partes mais intrigantes - é depois devotado ao desenvolvimento de uma explicação considerada nos capítulos resultantes ou secções.

Este tipo de abordagem é relevante principalmente para estudos de casos explanatórios, pois um estudo de caso descritivo não tem nenhum resultado especialmente importante. Quando bem usada, a abordagem de suspense é frequentemente uma estrutura composicional envolvente.

Estruturas Não Sequenciadas

Uma estrutura não sequenciada é uma na qual a sequência de secções ou capítulos não assumem qualquer importância particular. Esta estrutura é frequentemente suficiente para estudo de caso descritivos, como no exemplo de *Middletown* (Lynd & Lynd, 1929), citado no capítulo 5. Basicamente, poder - se - ia mudar a ordem dos capítulos nesse livro e não alterar o seu valor descritivo.

Estudos de caso descritivos de organizações frequentemente exibem a mesma característica. Tais estudos de caso cobrem a génese e história de uma organização, a sua entidade patronal e empregados, as linhas de produto, as sua linhas formais de organização, e o seu estado financeiro, em capítulos separados ou secções. A ordem particular, na qual estes capítulos ou secções são apresentados não é crítica e pode por isso ser vista como uma abordagem não sequenciada (ver também CAIXA 36 para outro exemplo).

Se é usada uma estrutura não sequenciada, o investigador não precisa de resolver um outro problema: um teste de conclusão. Assim, mesmo que a ordem dos capítulos ou secções possa não importar, a recolha geral importa. Se certos temas chave são deixados por cobrir, a descrição pode ser vista como incompleta. Um investigador deve conhecer um tema suficientemente bem - ou ter modelos relacionados de estudos de caso como referência - para evitar tal resultado. Se um estudo de caso falha, sem

desculpa, ao apresentar uma descrição completa, o investigador pode ser acusado de ser preconceituosos- embora o estudo do caso fosse apenas descritivo.

Caixa 36

Capítulos Não Sequenciados,

Mas num Livro Best - Seller

Um livro best - seller, atraente tanto para audiências populares como académicas foi o de Peters e Waterman À Procura de Excelência (1982). Embora o livro seja baseado em mais de 60 estudos de caso d negócios melhor sucedidos da América, o livro contém apenas uma análise de contra - caso , cada capítulo cobrindo uma perspectiva das características gerias associadas com a excelência organizacional. No entanto, a sequência particular destes capítulos é alterável. O livro faria uma contribuição significativa mesmo se os capítulos estivessem noutra ordem.

procedimentos para analisar os dados da ciência social e para compor o relatório. Numerosos textos oferecem bons conselhos sobre como pode desenvolver os seus próprios procedimentos de controlo, incluindo os beneficios e as armadilhas de usar software de processamento - o qual não irá necessariamente poupar tempo (Becker, 1986, p. 160). Um aviso comum é que escrever significa rescrever - uma função não normalmente praticada por estudantes e por isso subestimada durante os primeiros anos de carreiras de investigação (Becker, 1986, pp. 43 - 47). Quanto mais se rescrever, especialmente em resposta a outros comentários, melhor o relatório é passível de ser. A este respeito, o relatório de estudo do caso não é muito diferente dos outros relatórios.

No entanto, três procedimentos importantes pertence especificamente a estudos de casos e merece ser mais mencionado. O primeiro lida com uma táctica geral para começar uma composição, o segundo cobre o problema de se deixar as identidades do caso anónimas, e o terceiro descreve um procedimento de revisão para aumentar os constructo de validade do estudo de caso

Quando e Como Começar a Compor

O primeiro procedimento é começar a compor cedo no processo analítico. Um guia de facto repreende que " você não possa começar a escrever suficientemente cada " (Wolcott, 1990, p. 20). Desde quase o começo duma investigação, certas secções do relatório serão sempre seleccionáveis, e esta selecção deveria continuar mesmo antes da recolha de dados e a análise estarem completos.

Por exemplo, após a bibliografía ter sido revista e o estudo do caso Ter sido planeado, duas secções de um relatório de estudo de caso podem ser seleccionadas: a bibliografía e as secções metodológicas. A *bibliografía* pode sempre ser aumentada mais tarde com novas citações se necessário, mas as citações mais importantes terão sido cobertas em relação à revisão da bibliografía. Este é por isso o tempo para formalizar as citações, para ter a certeza que elas estão completas, e para construir uma selecção de bibliografía. Se algumas citações estão incompletas, os restantes detalhes podem ser localizados enquanto o resto do estudo do caso continua. Isto evitará a prática normal entre os investigadores, que fazem a bibliografía por último e que por isso gastam muito tempo no final da sua investigação, em vez de tratar de tarefas mais importantes (e agradáveis) de escrita, rescrita e edição.

A secção metodológica pode também ser seleccionada nesta fase porque os procedimentos mais importantes para a recolha de dados e análise deveriam tornar - se parte do plano do estudo do caso. Esta secção pode nem sequer se tornar uma parte formal da narrativa final mas pode ser designada como um apêndice. Quer como parte do texto ou como apêndice, no entanto, a secção metodológica pode e deve ser seleccionada nesta fase inicial. Você lembrará os seus procedimentos metodológicos com grande precisão neste ponto.

Após a recolha de dados antes da análise começar, outra secção que pode ser composta cobre *os dados descritivos sobre os casos a serem estudados*. Aio passo que a secção metodológica deveria Ter incluído os assuntos respeitantes à selecção de casos, os dados descritivos deveriam cobrir as informações qualitativas e quantitativas sobre os casos. Nesta fase no processo de investigação, pode não ter finalizado as suas ideias sobre i tipo de composição a ser usado e o tipo de estrutura a ser seguida. Se isto é verdade, as secções descritivas podem ainda serem seleccionadas de forma

abreviada, e a selecção em si pode estimular o seu pensamento sobre uma estrutura composicional geral.

Se pode seleccionar estas três secções antes da análise ter sido concluída, terá feito um grande avanço. Mias, estas secções podem precisar de documentação substancial, e o melhor tempo para reunir tal documentação é nesta fase da investigação. Também estará em vantagem se todos os detalhes - citações, referências, títulos organizacionais e a soletração do nome das pessoas - foram gravados com exactidão durante a recolha de dados e estão integrados no texto ao mesmo tempo (Wolcott, 1990, p. 41).

Se estas secções são seleccionadas devidamente, mais atenção pode ser devotada à análise em si assim como às descobertas e conclusões. Começar a compor cedo também serve outra função psicológica importante: você pode acostumar - se ao processo composicional e ter a oportunidade de praticá - lo antes da tarefa se tornar realmente medonha. Assim, se está a fazer um estudo de caos e pode identificar outras secções que podem ser seleccionadas nestas fases cedo, deveria seleccioná - las também.

Identidades de Caso: Reais ou Anónimos?

Quase todos os estudos de caso apresentam um investigador com uma escolha no que diz respeito ao anonimato do caso. Deveria o estudo do caso e os seus informantes ser devidamente identificados, ou deveriam os nomes de todo o caso e os seus participantes serem disfarçados? Note que o assunto do anonimato pode ser elevado a dois níveis: do caso inteiro (ou caso) e o de um individuo dentro do caso (ou casos).

A opção mais desejável é descobrir as identidades de tanto o caso como os indivíduos. Descobrir produz dois resultados positivos. Primeiro, o leitor é capaz de lembrar qualquer informação anterior que aprendeu sobre o mesmo caso- de investigações anteriores ou outras fontes - ao ler e interpretar o relatório do caso. A capacidade para integrar um novo estudo de caso com investigação anterior é inestimável, semelhante à capacidade de lembrar resultados experimentais anteriores quando se lê sobre um novo conjunto de experiências. Segundo, o caso inteiro pode ser revisto mais prontamente, para que as notas de rodapé e citações possam ser verificadas, se necessário, e criticismos apropriados possam ser levantados sobre o caso publicado.

Mesmo assim, há algumas ocasiões quando o anonimato é necessário. O pensamento lógico mais comum é que, quando o estudo do caso foi um tema controverso, o anonimato serve para proteger o caso real e os seus participantes. Uma segunda razão é que a sua publicação do relatório final do caso pode afectar as acções subsequentes daqueles que foram estudados. Este pensamento lógico foi usado no famoso estudo de caso de Whyte, *Street Corner Society* (o qual era acerca de um bairro anónimo, " Cornerville "). Como uma terceira situação ilustrativa, o propósito do estudo de caso pode ser retratar um " tipo ideal ", e pode não haver razão para descobrir as verdadeiras identidades em tal caso. Este pensamento lógico foi usado pelos Lynds, no seu estudo *Middletown*, no qual os nomes da pequena cidade, os seus residente, e as suas industrias estavam todos disfarçados.

Em todas as ocasiões em que o anonimato parece justificável, no entanto, outros compromissos deveriam ainda ser procurados. Primeiro, deveria determinar se o anonimato só dos indivíduos seria suficiente, deixando assim o caso em si para ser identificado com exactidão.